

# OCULUM ENSAIOS

REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO

# OCULUM ENSAIOS

REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO

# OCULUM ENSAIOS

REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO

Qualis B2

## REITORA

Profa. Dra. Ângela de Mendonça Engelbrecht

## VICE-REITOR

Prof. Dr. Eduard Prancie

## PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Vera Engler Cury

## PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Profa. Dra. Vera Engler Cury

## DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS

Prof. Dr. Ricardo Luís de Freitas

## DIRETOR ADJUNTO

Prof. Dr. José Estevão Picarelli

## COORDENADOR PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO

Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior

## EDITORA

Prof. Dra. Ivone Salgado

## EDITORES ASSOCIADOS

Profa. Dra. Laura Machado de Mello Bueno

Prof. Dr. Manoel Lemes da Silva Neto

## CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

Ana Fernandes [UFBA]

Arlete Moises Rodrigues [UNICAMP]

Beatriz Murgayar Kühl [USP]

Beatriz Picolotto Siqueira Bueno [USP]

Carlos Roberto Monteiro de Andrade [USP]

Cláudio Lister Marques Bahia [PUC-MG]

Cristina Meneguello [UNICAMP]

Denio Munia Benfatti [PUC-CAMPINAS]

Denise Pinheiro Machado [UFRJ]

Eugenio Fernandes Queiroga [USP]

Euler Sandeville Junior [USP]

Jane Victal Ferreira [PUC-CAMPINAS]

Jonathas Magalhães Pereira da Silva [PUC-CAMPINAS]

José Roberto Merlin [PUC-CAMPINAS]

Lília Inês Zanotti Medrano [PUC-CAMPINAS]

Lucio Kowarick [USP]

Luiz Cláudio Bittencourt [UNESP-BAURU]

Maria Helena Ferreira Machado [PUC-CAMPINAS]

Maria Cristina Schicchi [PUC-CAMPINAS]

Maria Stella Bresciani [UNICAMP]

Mario Henrique Simão D'Agostino [USP]

Mario Mendonça de Oliveira [UFBA]

Maura Pardini Bicudo Veras [PUC-SP]

Nabil Geoges Bonduki [USP]

Nadia Someck [MACKENZIE]

Nestor Goulart Reis [USP]

Paulo César Garcez Marins [USP]

Paulo de Martino Januzzi [PUC-CAMPINAS]

Raquel Rolnik [USP]

Renato Cymbalista [USP]

Ricardo Marques de Azevedo [USP]

Ricardo de Sousa Moretti [UF-ABC]

Ricardo Toledo Silva [USP]

Rogério Proença de Souza Leite [UFS]

Sarah Feldman [USP]

Silvana Barbosa Rubino [UNICAMP]

Wilson R. dos Santos Jr. [PUC-CAMPINAS]

## CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

Boaventura de S. Santos [UNIVERSIDADE DE COIMBRA]

Donatella Calabi [UNIVERSITÀ IUAV – VENEZIA]

Edésio Fernandes [UNIVERSITY OF LONDON]

Esteban de M. Jerez [ETSA – UNIVERSIDAD DE SEVILLA]

Flora Morcate Labrada [UNIVERSIDAD DE ORIENTE – CUBA]

Francisco Sabatini [PUC – CHILE]

Maria M. Maldonado [UNIVERSIDAD DE LOS ANDES – COLOMBIA]

Martin Smolka [LINCOLN INSTITUT AND LAND POLICY]

Oculum Ensaaios, fundada em 1992, é uma revista científica em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da PUC-Campinas, com periodicidade semestral, aberta a contribuições da comunidade científica nacional e internacional, assim como para os pesquisadores das diferentes áreas acadêmicas da arquitetura e do urbanismo, com o objetivo de registrar a memória do pensamento urbanístico e de manter o debate atualizado.

## CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência deve ser enviada à Oculum Ensaaios no endereço abaixo:

Núcleo de Editoração SBI

Prédio da Antiga Reitoria Sala 8 – *Campus I*

Rod. Dom Pedro I, km 136 – Pq. das Universidades

13086-900, Campinas, SP

Fone/Fax: (19) 3343-7401

E-mail: [sbi.ne\\_oculumensaios@puc-campinas.edu.br](mailto:sbi.ne_oculumensaios@puc-campinas.edu.br)

## ASSINATURAS

Pedidos de assinatura ou permuta devem ser encaminhados a Secretaria.

E-mail: [sbi.assinaturane@puc-campinas.edu.br](mailto:sbi.assinaturane@puc-campinas.edu.br)

Anual: Pessoa física: R\$50,00

Institucional: R\$140,00

© Revista Oculum Ensaaios

É permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte.

A reprodução total depende da autorização da Revista.

O Conselho Editorial não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados.

## NORMALIZAÇÃO

Maria Cristina Matoso

Janete Gonçalves de Oliveira Gama

## PROJETO GRÁFICO

Carla Castilho

Fernanda Ficher

## DIAGRAMAÇÃO

Carla Castilho | Estúdio

Victor Buck (assistente)

## FOTO DA CAPA

Foto de Romulo Fialdini sobre exposição de Guto Lacaz,

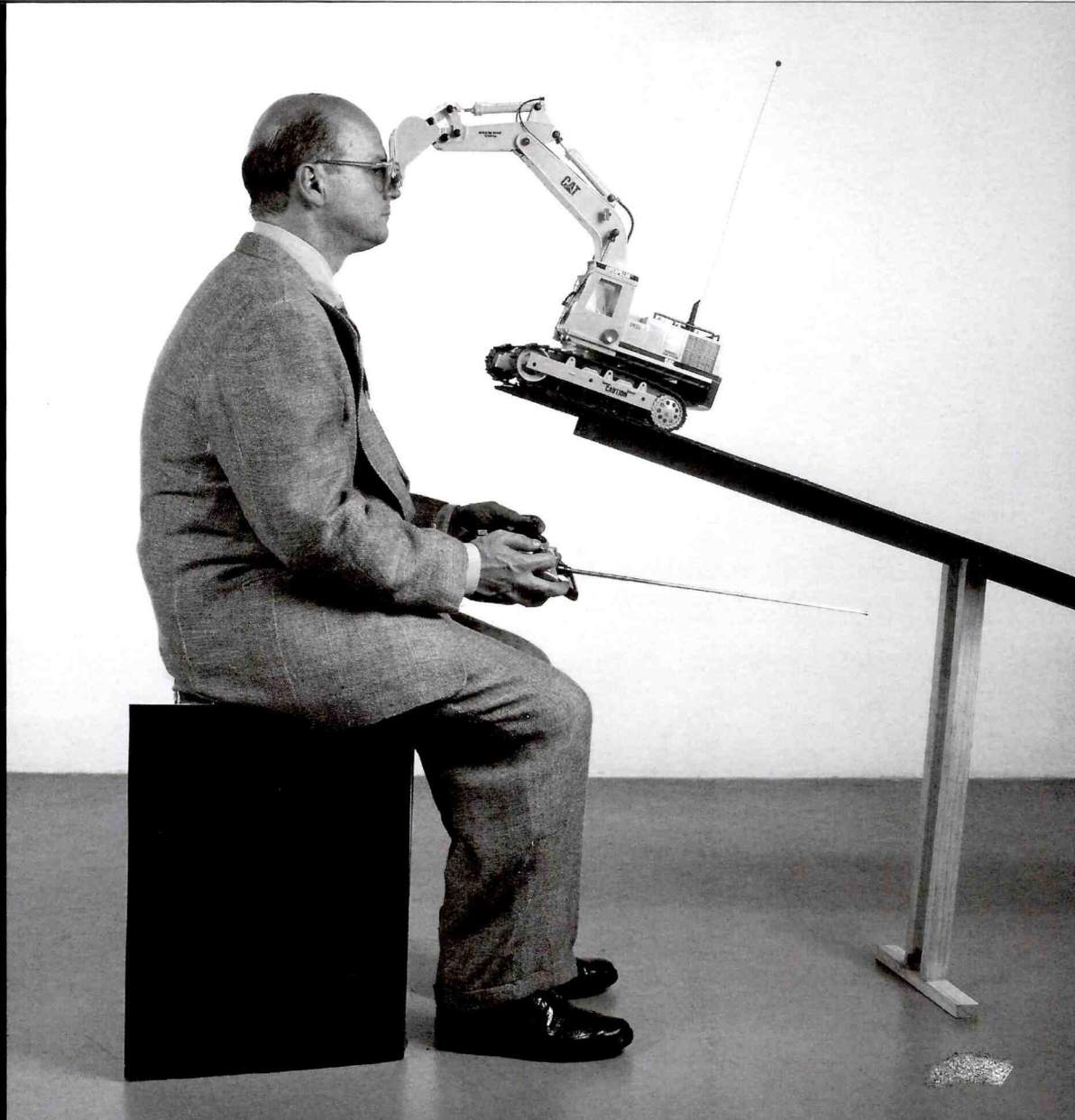
“Cosmos: um passeio no infinito”, com motores ligados, fotografia com longa exposição.

## IMPRESSÃO

Gráfica Modelo Ltda

Distribuição / Distribution

Sistema de Bibliotecas e Informação da  
PUC-Campinas – Serviço de Publicação,  
Divulgação e Intercâmbio



Artes Plásticas – Performance: Maquinas II.

## GUTO LACAZ: POETA-PENSADOR-MESTRE-DE-OBRA- APRENDIZ-DE-OFÍCIO DA BOA FORMA ARQUITETÔNICA

A obra de Carlos Augusto Martins Lacaz, ou Guto Lacaz, como é conhecido, é objeto do ensaio fotográfico deste número da revista. Arquiteto de formação, ele, como ninguém, representa a trajetória singular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São José dos Campos, no Vale do Paraíba, em São Paulo.

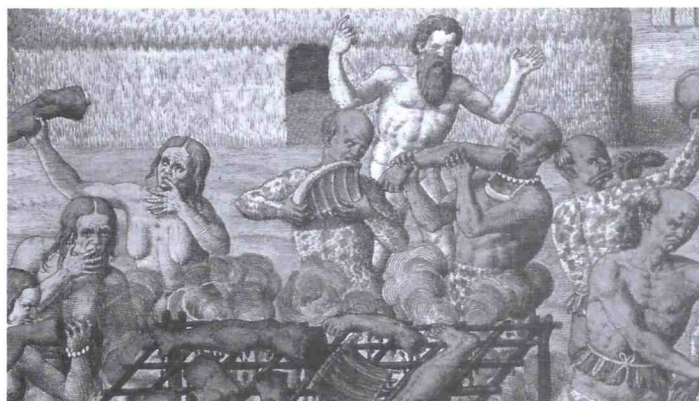
Criada em 1970, sob tempos sombrios, a escola funcionou até 1976. Representou uma das mais significativas experiências brasileiras de ensino da arquitetura e urbanismo. Práticas como ateliê integrado, unidades interdepartamentais e uma proposta inovadora de metodologia de projeto, a “prática-investigação”, fizeram dela um marco. E Guto Lacaz traduz a originalidade das idéias plantadas ali.

Guto também é depositário de uma tradição do pensamento arquitetônico-urbanístico.

De ser inteiro. De estar por inteiro, desde a intenção até à concretização da forma.



Plano da CPC para a Avenida 10 de Novembro (atual Guararapes).



O banquete antropofágico.

- 4  
**Ensaio Visual** GUTO LACAZ : POETA-PENSADOR-MESTRE-DE-OBRA-APRENDIZ-DE-OFÍCIO DA BOA FORMA ARQUITETÔNICA | Manoel Lemes da Silva Neto
- 12  
 LOCALISTAS E COSMOPOLITAS: A REDE DO *ROTARY CLUB INTERNATIONAL* E OS PRIMÓRDIOS DO URBANISMO NO BRASIL (1905-1935) | Margareth da Silva Pereira
- 32  
 EDIFÍCIO SANTANA, O PRIMEIRO ARRANHA-CÉU DE CAMPINAS | Silvia Amaral Palazzi Zakia
- 46  
 BANGALÔ – SUBÚRPIO: A CIRCULAÇÃO INTERCONTINENTAL DE UMA NOVA CULTURA DA HABITAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX | Maristela da Silva Janjulio
- 60  
 HABITAR O PLANO PILOTO: 50 ANOS – ENTRE AS PRIORIDADES DEFINIDAS NO PROJETO E AQUELAS VALORIZADAS PELA POPULAÇÃO | Tânia Beisl Ramos
- 68  
 EXPANSÃO URBANA E EXCLUSÃO SOCIAL EM BOA VISTA – RORAIMA | Pedro Marcelo Staevie
- 88  
 JAZIGOS E COVAS RASAS: O LIVRO QUE GILBERTO FREYRE NÃO ESCREVEU? | Solange de Aragão
- 98  
 AS PRÁTICAS DO URBANISMO MODERNISTA E DA CONSERVAÇÃO URBANA NA CIDADE DO RECIFE: DILEMAS, CONFRONTOS E O PLANO DE GABARITOS DE 1965 | Virgínia Pontual, Juliana Melo Pereira
- 112  
 EMPREENDIMENTOS AEROPORTUÁRIOS E SEUS IMPACTOS: O CASO DE VIRACOPOS | Paulo Domingos de Souza, Laura Machado de Mello Bueno
- 132  
 ANTROPOFAGIA, INCISÕES CORPORAIS, TERRA SEM MAL: OS MORTOS E A TERRITORIALIDADE TUPI NOS SÉCULOS XVI E XVII | Renato Cymbalista
- 154  
 DESINDUSTRIALIZAÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: PROBLEMA OU OPORTUNIDADE? | José Manuel Lopes Cordeiro
- 166  
**Resenha** A PAISAGEM COMPREENDIDA | por Denise de Alcântara
- 171  
 RESUMOS DE DISSERTAÇÕES

Desenhos, objetos, esculturas, pinturas, gravuras, performances, instalações e um sem número daqueles tipos de itens “malcomportados” que resistem à tentativa de classificação. Assim, com exuberância, traduz uma forma extremamente refinada de representar a arquitetura: a estrutura arquitetônica, ou, simplesmente, arquitetônica. Isto é, uma estrutura interna, bela e suficiente em si, que se encontra escondida na forma do objeto, do edifício, da cidade, do pensamento, da palavra.

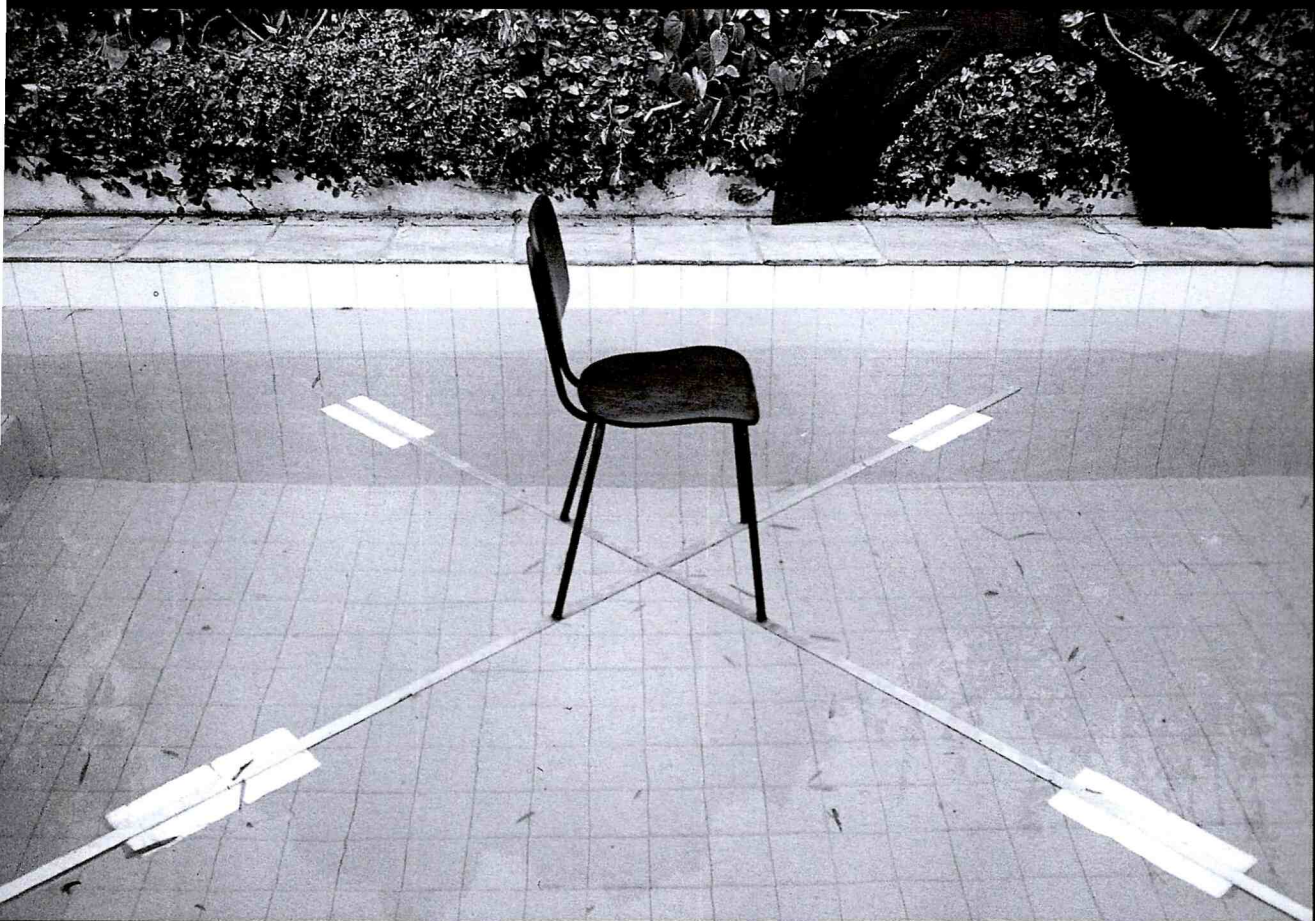
Pois os textos-com-textos de Guto Lacaz são expressões de pura metalinguagem da arquitetura em paisagens atentas, inquietas, repousantes. Um auditório indefinido pela imaginação, por exemplo. Ou equipo cinético para um passeio no infinito. Ou, ainda, o Eletro-Esfero-Espaço.

Mas também podem ser objetos curiosos. E, aqui, não por serem singularmente originais, mas porque eles mesmos são portadores de inocência inteligente, cheios de curiosidade lúdica, como num periscópio no Viaduto do Chá, uma garoa na cidade, piscinas de água azul no canal do Tietê.

E tudo tem-de-ter poesia. Há uma boa mescla de expressões poéticas, filosóficas e artísticas no fértil trabalho de criação de Guto Lacaz. Há, especialmente, técnica, e no sentido mais do que perfeito. Há, em tudo o que ele faz, do início ao fim do constructo, projeto minucioso que possibilita a concretização no mundo das sensações, generosamente compartilhado com todos. Melhor dizendo, formas-conteúdo sociais, socializantes, socializadas.

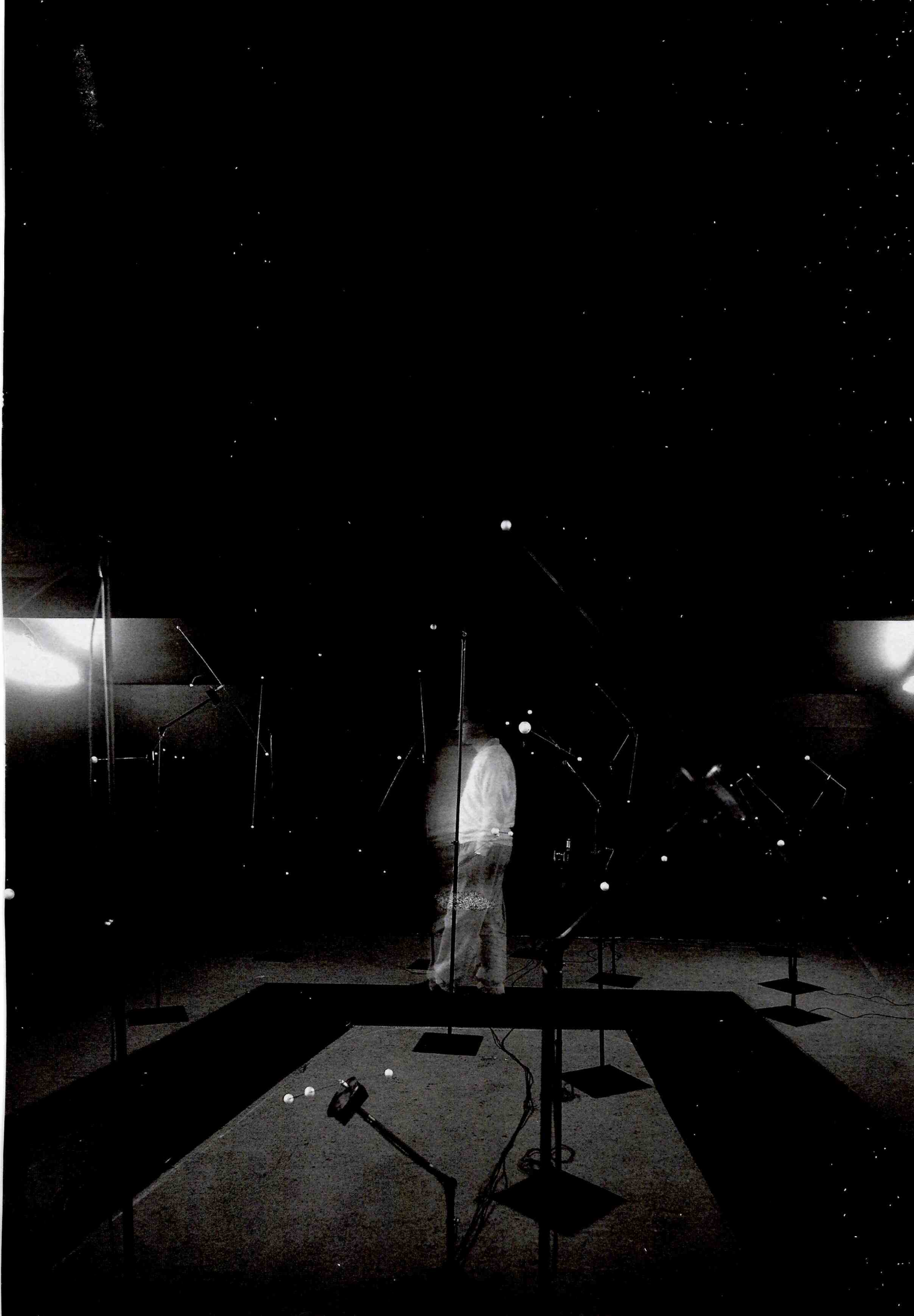
Visitando seu lugar de trabalho — fica em São Paulo —, é mais fácil compreender esse poeta-pensador-mestre-de-obra-aprendiz-de-ofício da boa forma arquitetônica. Falo, por experiência própria. Em 7 de junho de 2011, um dia de chuva fina, estive lá. Entre estantes, computadores, máquinas, serras, ferramentas, parafusos, porcas, arruelas, pregos, pecinhas organizadas religiosamente e pastas, deitadas ao chão, em fila, marcial, por uns bons sete ou oito metros, lá estava ele. Para identificar o conteúdo de cada uma das pastas, uma informação preciosa. “Canetas com branquinho”, daquelas usadas para correção de erros em papel. Para ele, ao contrário, não corrigem erros. Servem para descrever o material guardado nas pastas e a escrita é bem resistente à abrasão.

E seu trabalho já foi mostrado em 36 exposições no Brasil e no exterior. Somam, ainda, 21 instalações, 11 performances, 15 cenografias, sete livros, 20 ilustrações de livros, 21 premiações, etc. Também foi professor universitário e em cursos livres. Mas, para melhor apresentar sua obra — ele foi comparado ao genial vanguardista Marcel Duchamp —, é bem provável que daria de ombros à quantificação, que não lhe faz o menor sentido. O vital é marcar o tempo, navegar na cidade e nas coisas dos homens, como em navios, uma de suas paixões. Ou sonhar com balões e máquinas que voam, em companhia, claro, de Santos Dumont, de quem Guto Lacaz é fã por suas enormes e audaciosas qualidades inventivas.



Artes Plásticas – Mix: Auditório para questões delicadas: modelo.

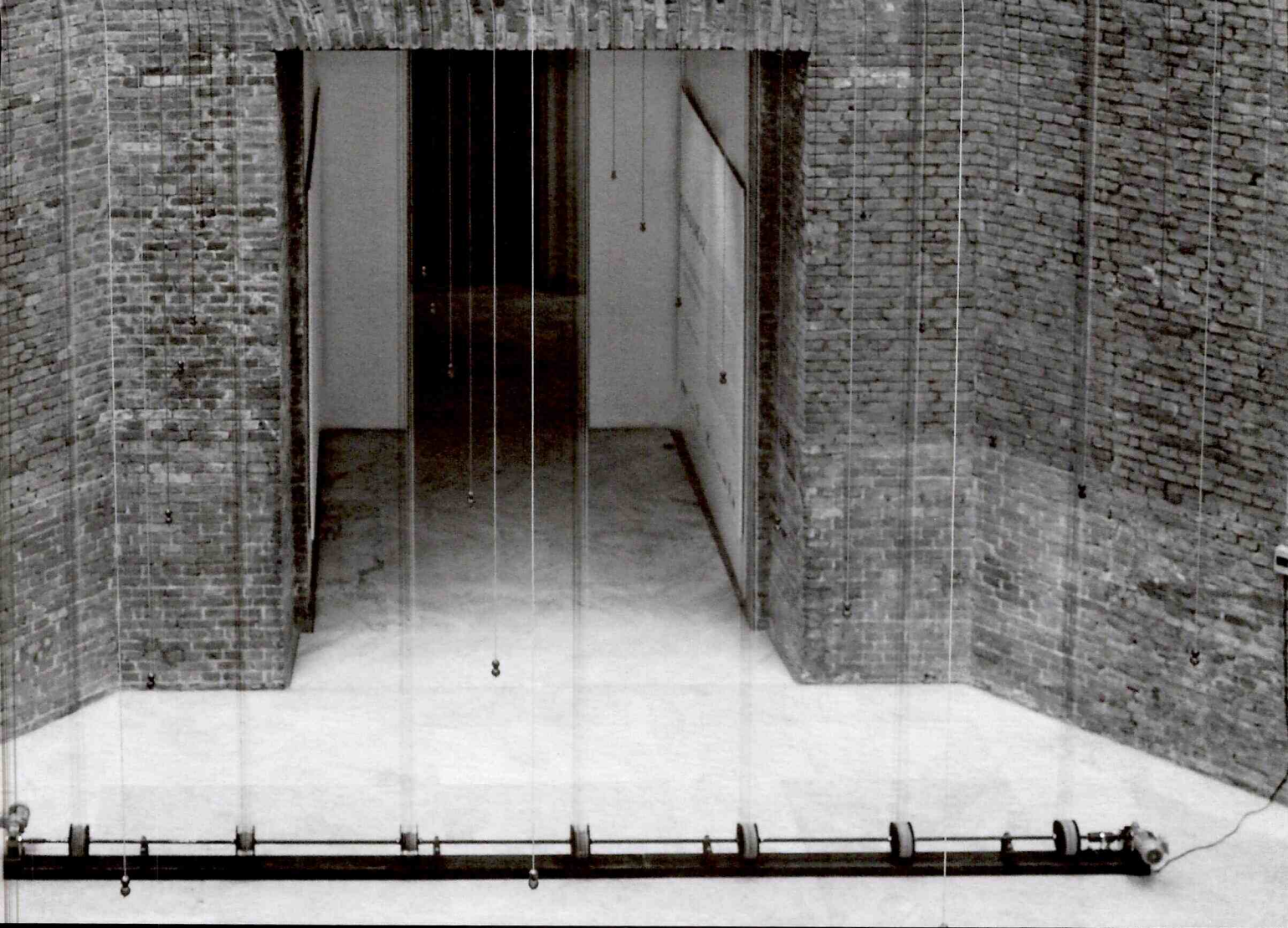
Artes Plásticas – Mix: Cosmos:  
um passeio no infinito, com luz de serviço.

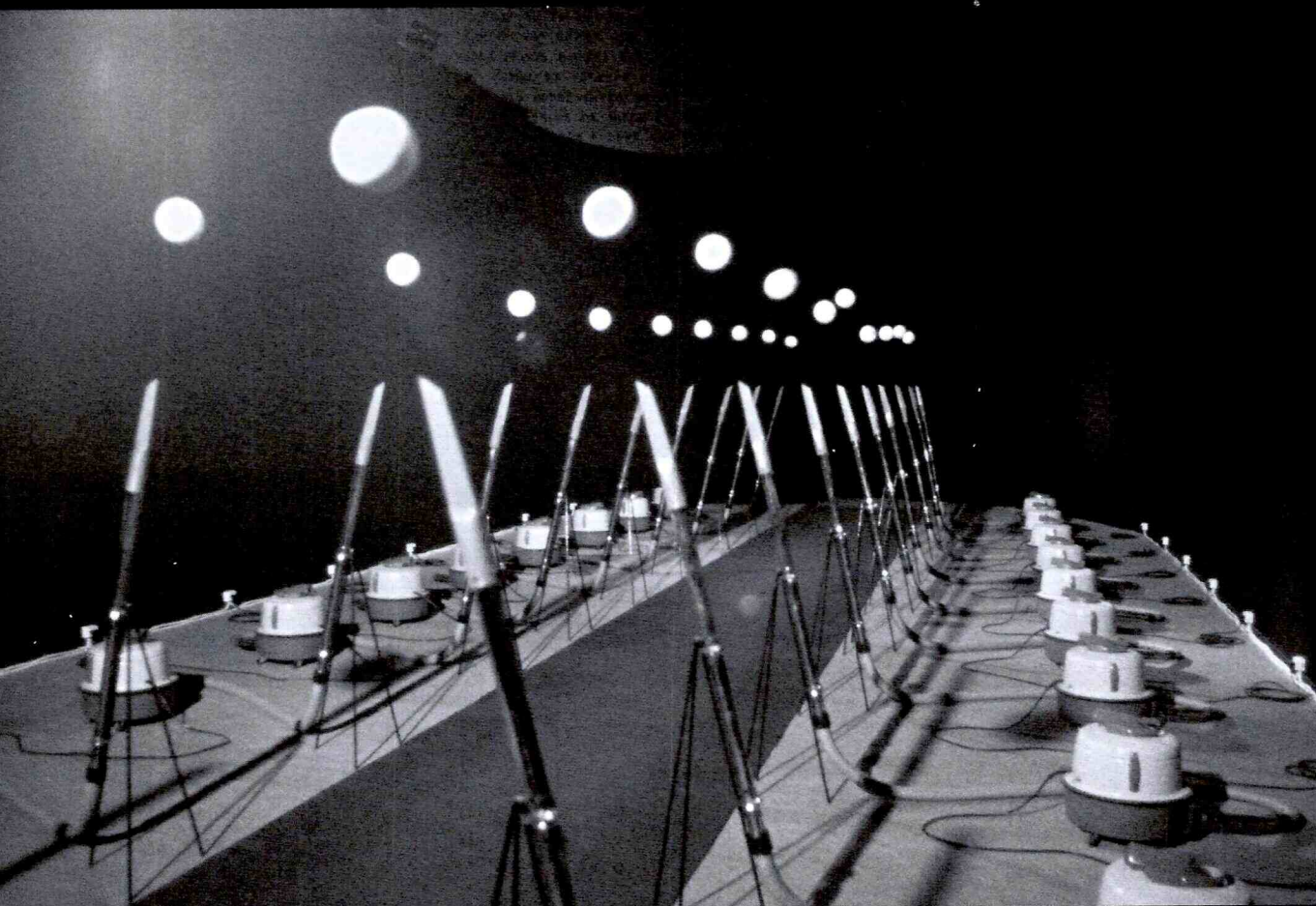




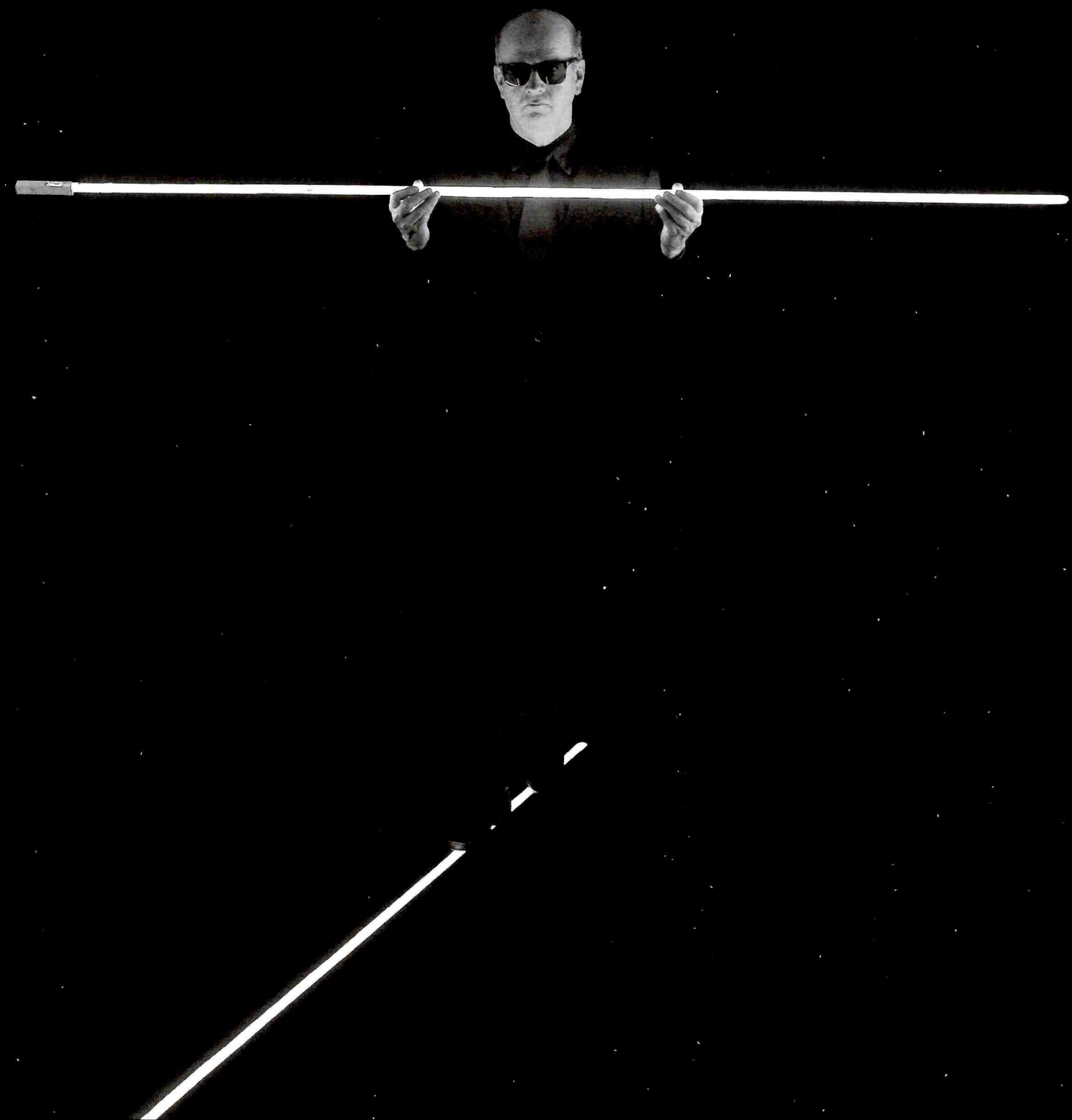


Artes Plásticas – Mix: garoa modernista.





Artes Plásticas – Mix: Eletroesferoespaço.



Artes Plásticas – Performance: Eletroperformance.

LOCALISTAS E COSMOPOLITAS: A REDE DO *ROTARY CLUB INTERNATIONAL*  
E OS PRIMÓRDIOS DO URBANISMO NO BRASIL (1905-1935) | Margareth da Silva Pereira

Universidade Federal do Rio de Janeiro | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Programa de Pós-Graduação em Urbanismo | Av. Pedro Calmon, 550, Prédio da  
Reitoria, Sala 529, Cidade Universitária, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro, RJ, Brasil  
E-mail: [spmarg@terra.com.br](mailto:spmarg@terra.com.br)

## **LOCALISTAS E COSMOPOLITAS: A REDE DO *ROTARY CLUB INTERNATIONAL* E OS PRIMÓRDIOS DO URBANISMO NO BRASIL (1905-1935)**

Quando, em 1905, o advogado Paul Harris criou o primeiro *Rotary Club*, ele não imaginava como sua iniciativa se multiplicaria rapidamente. Apenas seis anos mais tarde, seria criado o *Rotary International*, visando administrar, agora, um conjunto importante de clubes que vinham se espalhando não só pelos Estados Unidos, mas também pela Grã-Bretanha e pelo Canadá. Hoje com representação em 166 países, as práticas e os valores sociais do *Rotary Club*, consolidados nas primeiras décadas do século XX pelos seus membros pioneiros, são compartilhados por mais de um milhão e duzentos mil associados, fazendo da associação talvez a mais importante organização não governamental operando no mundo. Entretanto, a história do *Rotary Club* ainda não suscitou a atenção dos especialistas da área de sociologia urbana ou de história do urbanismo, e nem sequer dos estudiosos da história de Chicago.

De fato, quando se contrapõe o verbete de pouco mais de 20 linhas dedicado ao *Rotary International* (RI) às 1 117 páginas da recente *The Encyclopedia of Chicago*, constata-se que os próprios autores que se dedicam à história da cidade não perceberam o alcance cultural e político dessa poderosa organização civil dedicada aos serviços comunitários. Entretanto, basta lembrar o enraizamento social dos seus associados em grandes e pequenas cidades do planeta: a roda dentada dos *Rotary Clubs* pode ser vista de Arequipa a Londres, de Aquidauana a Colombo, de São Paulo a Nova York, passando por Paris, Dusseldorf, Mumbai, Baranquilla, Dublin, Caracas, Lima, Mendoza [...]. Organização assim localmente assentada, o *Rotary* age globalmente.

Como se sabe, em 1945, 49 rotarianos participariam da redação da Carta das Nações Unidas e naqueles anos, graças às decisões de uma Convenção rotária dedicada à educação e intercâmbios culturais realizada em 1943, foi criada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Além disso, o *Rotary* Internacional dispõe de um representante permanente junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, bem como de representantes junto à Organização Mundial da Saúde e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), com escritórios em Genebra e Nova Iorque nos próprios locais ocupados pela Organização das Nações Unidas (ONU), o que lhe permite, como organização não governamental, intervir diretamente na formulação de diretrizes e políticas implementadas e observadas nas quatro partes do mundo.

Embora alguns autores da área das ciências sociais comecem a perceber nexos entre alguns atores sociais no campo do urbanismo, suas atividades e a rede transnacional do *Rotary Club*, a organização ainda não mereceu uma obra que analise especificamente esses laços e, menos ainda, o impacto no meio urbano de uma série de iniciativas locais em diferentes municipalidades promovidas pelo Clube e seus membros.

Este trabalho chama a atenção para a importância dessa associação em alguns países da América Latina, particularmente o Brasil, nos anos formadores da noção de política pública nas áreas de educação e urbanismo, ou do que se pode definir como anos de criação de uma “educação urbana” voltada para a formação de novos cidadãos e cidadãos.

### **SERVI- DA CRIAÇÃO DE UMA REDE DE AJUDA MÚTUA A UM CLUBE DE SERVIÇOS**

O contexto de criação do primeiro *Rotary Club* e seu perfil durante sua primeira década de atividades são indissociáveis da própria dinâmica social em Chicago entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Pode-se dizer que a fundação do primeiro clube foi a estratégia encontrada por um pequeníssimo grupo de amigos para enfrentar suas dificuldades pessoais de inserção social na cidade e de desempenho profissional. Na verdade, a associação nasceria a partir da noção de ajuda mútua entre seus membros, em um contexto de grande crescimento demográfico, desigualdades de oportunidades e, ainda, de forte mobilidade na cidade de Chicago. Em outras palavras, em um contexto, portanto, de relações interpessoais marcadas pelo anonimato, pela competitividade e pela incerteza diante da ausência de regras e valores sociais compartilhados.

Assim, o advogado Paul Harris e seus amigos<sup>1</sup>, um negociante de carvão, um engenheiro de minas e um alfaiate, tiveram a ideia de criar um grupo de indivíduos que pudesse, dentro da “grande cidade”, formar uma pequena “comunidade” e se auxiliar reciprocamente. Nas palavras de Harris:

O grupo incluiu membros de ancestralidade americana, alemã, sueca e irlandesa e representantes das crenças protestante, católica e judaica. Todos produtos do ‘melting-pot’ americano e, nesse sentido, todos moldando os conceptores de uma ordem internacional que eles [próprios] estavam criando (tradução da autora) (Rotary International, 1946, p.14).

Harris, como seus colegas, nascidos em pequenas cidades do interior dos Estados Unidos e como muitos imigrantes que afluíam a Chicago nos primeiros anos do século XX, procurou, assim, de início criar um grupo de pessoas que pudesse fazer negócios e trocar serviços profissionais entre si com mais segurança, reagindo a um meio desconhecido e por vezes hostil para todos.

Escrevendo sobre o momento de fundação do *Rotary*, seu mentor resume:

A hora de maior depressão foi para Chicago o que se segue: ao terminar o século XIX e a primeira Exposição Mundial, havia milhares de mendigos e a miséria é castigo incitante. Lutavam para conservar suas posses aqueles que ainda as tinham e os que nada possuíam lutavam a fim de obter o necessário para viver. Os aluguéis se atrasavam, os juros não eram pagos, os varejistas não honravam suas dívidas, obrigando os atacadistas a faltarem com seus compromissos para com os manufatureiros. As Cortes abarrotavam de processos por apropriações indébitas, manutenção de posses, embargos, procurações, hipotecas vencidas, desembargos, sequestros. Os famintos precisavam comer, mas era necessário também que trabalhassem, pois a ociosidade gerava vícios. Chicago não poderá jamais esquecer os dias posteriores à sua primeira Exposição Mundial — o auge da miséria patenteou-se em todos os pontos de vista. Foi sentido violentamente um pânico financeiro que varreu todo o país [...]. Nos distritos e bairros pobres a evidência da necessidade e do sofrimento despertavam compaixão [...] pela cidade inteira abriram-se casinhas para fornecimento de sopa aos famintos. Nas noites de inverno rigoroso eram recolhidos na Prefeitura, nos edifícios municipais e nas delegacias, homens, mulheres e crianças encontradas sem abrigo. As cadeias achavam-se abarrotadas daqueles que cometiam delitos propositalmente para obterem abrigo [...] (Harris, 1939, p.44).

Nesses anos, teria grande impacto a obra de W. H. Stead, *If Christ come to Chicago*, publicada na Inglaterra, expondo esse quadro de injustiça e desregulação social e perguntando “se viria alguma coisa boa de Chicago”.

Paul Harris, tentando responder à pergunta e melhor definir por que criara uma associação como o *Rotary*, concluiria:

Rotary poderia de fato ter vindo à luz sob céus mais luminosos, num clima mais uniforme e numa cidade de maior sossego mental, embora muitos insistirão que não haveria melhor pátria natal para um movimento semelhante [...] do que a paradoxal Chicago onde se lutava sem tréguas em prol da retidão cívica [...]. Rotary não terá motivo de se envergonhar da cidade de sua origem. Foi precedido por uma linhagem ilustre de movimentos concebidos no espírito patriótico e idealista, sustentados com entusiasmo e resolução [...] (Harris, 1939, p.46).



Na verdade, embora o criador do *Rotary* sempre tenha insistido na pluralidade do perfil social, religioso e étnico do movimento, ele e muitos associados admiravam a obra de certos reformadores sociais e líderes religiosos da cidade, como Dwight L. Moody, Billy Sudday e Paul Rader. Respeitavam também a obra de Frances Willard e de Jane Addams na *Hull House*, todos nominalmente citados por ele. Em todo caso, com maior ou menor sentido “cristão” explícito, eles inseriam a si próprios num conjunto de movimentos e ações sociais que buscavam mostrar que a história de Chicago “era [bem] mais que uma história de crimes e corrupção: era a história das vidas de homens e mulheres resolutos e inspirados pela fé (Harris, 1939, p.51)”.

De fato, para outros observadores era também patente o sentimento de que vinha sendo esboçada uma reação ao estado de anomia social em Chicago. O jornalista Lincoln Steffens, considerado mais tarde um radical nas denúncias de abuso e corrupção no trato da coisa pública, e autor de livros e artigos de impacto publicados nos Estados Unidos, como *The Shame of the Cities* (1904) e *The Struggle for Self-Government* (1906), era por exemplo, um deles. Levando em conta o trabalho da *Municipal Voters League*, criada em 1896 (Teaford, 2004, p.347), Steffens considerava que Chicago, já no início do século, podia servir de exemplo de bom governo para outras cidades norte-americanas, sendo ao mesmo tempo uma ilustração e um triunfo do movimento reformista (Steffens, 1904). Nas primeiras décadas do século XX, Dwight Lyman Moody, Billy Sudday e Paul Rader, também já reconhecidos pregadores em Chicago, começavam uma campanha moralizadora em diversas cidades através dos Estados Unidos.

Mas, embora em sua origem o *Rotary Club* mereça ser analisado tanto à luz dos movimentos confessionais criados à época quanto dos movimentos de lutas por direitos civis e sociais, a identidade da comunidade buscou evitar qualquer crivo religioso e sobretudo político entre os seus membros. A despeito das conquistas dos movimentos associativistas, voltados inclusive para as comunidades étnicas, ainda era forte a lembrança de greves e conflitos trabalhistas, como o de Haymarket, em 1886, e da depressão do período 1894-1897. A essa altura, mesmo entre os “americanos” de classe média, cujas famílias haviam se estabelecido no país há mais tempo e com perfil social semelhante ao dos criadores do *Rotary*, as divergências ideológicas na busca de resposta para a série de “problemas urbanos e sociais” mencionados começavam a se fazer sentir, manifestando-se não só em partidos, mas também na multiplicação das organizações civis e religiosas existentes na cidade.

Embora o grupo tenha adotado de uns os mandamentos do Evangelho, de outros a agenda de temas “progressistas”, a identidade da associação seria definida inicialmente pela ênfase dada à atividade profissional de seus membros e foi guiada por objetivos práticos, de ajuda mútua, pautados nas dificuldades que eles encontravam na vida corrente. Nesse contexto, a associação criou uma rede duplamente solidária, norteadas não por princípios metafísicos, mas pelo simples bom-senso. Essa solidariedade deveria, assim, manifestar-se quase naturalmente, em função do respeito de regras comerciais benéficas

para as partes envolvidas. Ou em outras palavras, graças ao apoio que cada membro da comunidade acabava trazendo aos negócios de seus pares, ao contratar na própria comunidade os profissionais “competentes” e “honestos” que necessitasse ou, simplesmente, ao indicar um colega rotariano para qualquer tarefa.

A adesão ao clube pressupunha a seleção e recrutamento de apenas um membro de cada atividade social “identificada e classificada”, de modo a evitar a competição e concorrência no interior do próprio grupo: jornalista, advogado, médico, contador, representante do setor hoteleiro, minerador e ferroviário, corretor de imóveis, arquiteto, pintor, escultor, e assim sucessivamente. Também a ideia de que toda forma de trabalho deveria ser melhor conhecida e reconhecida socialmente permeia o princípio de classificação de atividades dos membros, daí inclusive a rotatividade das reuniões semanais que, de início deveriam ser, alternadamente, *in the members' places of business in rotation*, o que acabou inspirando o próprio nome do clube.

Essa rede de amigos auxiliando-se mutuamente e, assim, prestando serviços uns aos outros no plano pessoal e comercial estaria unida pelo *ideal of service* adotado por Paul Harris e seus colegas na formulação dos princípios e metas da associação. Entretanto, como entender essa noção de “servir” e como ela evoluiria para ultrapassar a estrita comunidade dos rotarianos? E assim fazendo, como ela evoluiria do plano local — a cidade de Chicago — para escalas cada vez maiores, nacionais, continentais e internacionais, e em ritmo crescente, por exemplo, chegando em 1927 ao recrutamento de quase quinhentos novos membros por mês, nos diversos países? Algumas etapas podem ser apontadas na história das primeiras décadas do *Rotary* e podem ser aqui rapidamente lembradas em seu processo de expansão. Elas sinalizam primeiramente um momento inicial, quando, pouco a pouco, os diferentes sentidos associados à noção de “service” foram sendo enunciados pelos membros até configurarem duas nítidas correntes.

Pode-se dizer que, internamente, sociabilidade e negócios foram as primeiras e principais preocupações dos sócios pioneiros do *Rotary*. Entretanto, já em decorrência das diferentes interpretações de serviço, uma parcela da “comunidade” rotariana, formada ao longo do primeiro ano, rapidamente conseguiu dirigir o foco da ação do grupo também para temas locais e de grande visibilidade, talvez como forma de criar uma maior e melhor interação com as inúmeras “comunidades” (cívicas, étnicas, políticas, trabalhistas, comerciais, profissionais, acadêmicas) atuantes na cidade.

Assim, a primeira campanha rotariana fora dos próprios limites do clube ocorreu ainda entre 1905-1907, em favor da instalação de sanitários públicos em Chicago. Essa iniciativa colocou, lado a lado, coordenadas pelo *Rotary*, todas as associações cívicas da cidade e também da administração municipal. Em dois anos, a campanha atingiu sua meta, e o *Rotary Club* acabou sendo elevado à categoria de “organização cívica” de grande mérito, mostrando para outras associações com perfil semelhante “a razão de sua existência.” Paul Harris comenta que, para que a organização conseguisse

esse seu primeiro sucesso, “foi necessário confessar a falta de visão, ainda que isso custasse algum sacrifício”. Ele escreve:

Afirma-se que o fim da entrada [do Rotary] na esfera do serviço público foi ocultar o seu verdadeiro propósito, isto é, o interesse próprio [...]. O autor [ele próprio] nada poderá dizer [...] quanto ao pensamento dos seus colegas, todavia declara o que pensava à época. Preocupava-se com o trabalho de fundar um Club dos melhores que pudessem existir. Tinha a visão das possibilidades de expansão ilimitada [...]. Algumas pessoas exprimiram sua admiração ao descobrir que [o Rotary] no início não tinha o desenvolvimento completo. Realmente não o tinha, nem estaria de acordo com as leis da natureza [...]. Dera-se início. Rotary não deveria continuar a viver de si para si (Harris, 1935, p.101).

Entretanto, a entrada do *Rotary Club* na esfera do serviço à comunidade deve ser associada também a uma importante iniciativa que, a partir de 1905-1906, passou a envolver ainda mais a opinião pública com as questões urbanas e deve assim ter contribuído para “ampliar a visão” dos primeiros rotarianos quanto a sua própria forma de inserção social. Trata-se da elaboração de um Plano para a Chicago do futuro, organizado por dois clubes da elite econômica da cidade, o *Merchant's Club* e o *Commercial Club*. Uma pequena digressão em torno da elaboração do Plano de Chicago torna-se aqui necessária, não só para uma maior compreensão do campo social quando da criação do *Rotary Club* na cidade, mas também do processo de afirmação de alguns de seus traços identitários, muitos deles em consonância com o vocabulário dos responsáveis pela realização e difusão do Plano: *standards*, educação, progressismo, eficiência, conhecimento aplicado, entre outros.

Como se sabe, o Plano de Chicago acabou sendo realizado pelo *Commercial Club*, que contratou Daniel H. Burnham e Edward H. Bennet, já conhecidos pelo projeto da Exposição Universal de 1893, e também organizou também um *General Committee* composto por 15 de seus membros, para auxiliar a tomada de decisão dos arquitetos. Sua elaboração exigiu 3 anos de preparativos e mais de 200 reuniões dos membros do *General Committee* entre si, com Burnham e com importantes líderes de setores organizados da sociedade para discutir as premissas a serem adotadas. O resultado dos trabalhos seria, enfim, apresentado em 1909 pelo *Commercial Club* à cidade, quando foi oferecido ao prefeito de Chicago, Fred Busse, uma das 200 cópias do documento impresso e ricamente ilustrado intitulado *Plan of Chicago prepared under the direction of Commercial Club during the years 1906, 1907, 1908 and 1909*. Embora a iniciativa não fosse oficial, as condições sociais de concepção, recepção e, mais tarde, circulação do Plano de Chicago convergiram no sentido de legitimá-lo, pelo menos como uma diretriz geral para o crescimento da cidade, e é inegável o seu impacto tanto junto à administração pública quanto na dinâmica dos movimentos sociais, dentre os quais o *Rotary Club*.

Pouco depois, o prefeito Fred Busse criou a *Chicago City Plan Commission* (CPC), composta por mais de 300 membros, entre homens de negócio, políticos e dirigentes de movimentos cívicos, tendo por presidente o construtor, investidor no mercado imobiliário e líder cívico (Krueckeberger, 1983, p.75) Charles J. Wacker. Como Burnham (1993) expôs na *Town Planning Conference* realizada em Londres em 1910, a Comissão visava garantir um controle público às decisões do prefeito e do Conselho Municipal, discutindo um *corpus* de projetos comuns a serem implementados. Além disso, ela deveria “se pronunciar sobre todos os problemas relativos à transformação física da cidade”. Sublinhando a originalidade do modo de funcionamento da comissão, Burnham naquela ocasião esclareceria que esta tinha por fim fazer com que uma “importante porcentagem dos cidadãos compreendesse estes projetos comuns e seus objetivos e que também os apoiasse” (Abbot, 2000, p.615).

Uma das primeiras ações da CPC foi contratar Walter Dwight Moody, importante dirigente e promotor de organizações cívicas, para publicizar o *Plan of Chicago* junto à população da cidade. Moody elaborou então o *Wacker's Manual of the Plan of Chicago: Municipal Economy*, publicado pela primeira vez em 1911 e adotado em todas as escolas públicas da cidade durante toda a década de 1910 até meados dos anos 1920.

A reverberação dessas discussões provocou uma efervescência ainda maior dos debates de temas de interesse coletivo na cidade e coincidiu, assim, com a lenta mas progressiva ampliação da esfera de ação e das metas do *Rotary Club*, que, embora não sendo consensual, passa a marcar o seu perfil. Pode-se dizer que, grosso modo, o *Rotary* foi se autodefinindo e organizando sua agenda à luz do processo de discussão sobre a natureza da cidade e sobre os papéis sociais desempenhados por cada ator, coletiva e individualmente, estimulado pelos debates em torno do *Plan of Chicago*. As atividades da CPC, por sua vez, ao longo das décadas de 1910 e 1920, estimulariam a formação do que se pode chamar de uma “escola de urbanismo e de governança urbana de Chicago”<sup>2</sup> entendendo-se o urbanismo aqui, não apenas como o desenho de uma imagem de cidade, mas como a própria “construção coletiva da cidade e, inclusive, de sua imagem” em um período marcado por inúmeros câmbios tecnológicos e socioculturais.

De fato, nesses anos torna-se evidente para os *chicagoans* não apenas que “todo mundo planeja” (*everyone plans*), como assinalou Abbot, mas também que as cidades são construções coletivas. Como Abbot e Krueckeberger observaram, Chicago viveu até o fim dos anos 1920 um momento cívico excepcional, quando interesse comercial e interesse cívico parecem convergir (Abbot, 2000, p.615). Mesmo para aqueles ligados ao mundo dos negócios, talvez no interesse em se preservar o próprio capitalismo, pareceu necessária uma maior coletivização na formulação de planos e projetos, na adoção e conscientização das decisões, enfim, uma profunda cooperação dos cidadãos na vida municipal (Krueckeberger, 1983). Entretanto, este senso comum não foi considerado um *a priori*, mas uma construção coletiva socialmente consciente e, em consequência, a questão era informar e formar. Daí a importância que a educação passa a ganhar dentre os demais temas debatidos.

É nessa linha de reflexão e ação, centrada na meta de contribuir para a construção de um cidadão consciente e envolvido pelas condições concretas dos quadros (do “frame”) de suas experiências individuais e em grupo, que a imprensa e os meios de comunicação em geral se impuseram como poderosas ferramentas no processo educativo.

Em termos de uma educação de massa, primeiramente foram Moody e alguns membros do *Commercial Club* que pareceram compreender o potencial dos meios de comunicação para a educação urbana e para a (re)fundação dos laços sociais. Entretanto, como o *Wacker's Manual* alcançava grande capilaridade, já que, através da escola suas idéias penetravam na casa de cada habitante de Chicago, levadas pelas mãos dos alunos, ele também auxiliaria tanto no processo de “propaganda” do Plano quanto na preparação para a vida em cidades das novas famílias que cada vez mais nos Estados Unidos troca o ambiente rural pelo citadino, servindo quase como um livro sobre a história das cidades, em geral, e de defesa do urbanismo em particular<sup>3</sup>.

Ora, é evidente que, embora o meio acadêmico nem sempre seja analisado nestes termos, ele também participou desta dinâmica, trazendo insumos para o debate. É no interior desta “escola de urbanismo”, ativista e participativa que a CPC e o *Wacker Manual* estimulam, onde o urbanista não deixa de ser um especialista, mas cuja obra só se conclui se é ‘apropriada e construída’ pelos cidadãos, que se desenha pouco a pouco o perfil da produção científica de certos departamentos da Universidade de Chicago, como os de sociologia ou educação. Como Abbot apontou, reformadores com Adams e Small e a geração seguinte de Charles E. Merriam e William Thomas estavam inteiramente mergulhados nesta visão imediata e concreta da cidade (Abbot, 2000, p.149). Do mesmo modo, é necessário não minorar o impacto desse “círculo virtuoso” de discussão cada vez mais ampla, contínua e cotidiana no trabalho de Robert Ezra Park, e seu clássico *The City* (1915); nos panfletos, livros e filmes que Walter Moody continuou produzindo ao longo da década de 1910, como *What of the City*<sup>4</sup> (1919); ou ainda as tentativas de Louis Wirth nos anos 1930, no sentido de definir o sentido de palavras como “cidade”, “urbanização”, “urbanismo” e o próprio título de seu célebre artigo *Urbanisme as way of life* (1938).

Charles Eliot, ex-presidente de Harvard, chamaria a atenção para outros aspectos da “nova democracia” que esta “escola de urbanismo” de Chicago convidava cada um a exercitar. Ele observava, em 1910:

Que um clube de homens de negócios tenha se engajado em uma tal iniciativa [a elaboração do Plano] e a tenha levado com sucesso a este estágio, [isto] traz uma ilustração favorável dos trabalhos da democracia Americana. A democracia não pode ser dependente da rara aperiência de um Péricles, de um Augusto, de um Colbert ou de um Christopher Wren. Ela deve ser capaz de trabalhar em prol de grandes ideais por meio da ação de grupos de cidadãos inteligentes e dotados de espírito publico e que sabem como se apoiar em especialistas em seu benefício (tradução da autora) (Krueckeberger, 1983, p.77).

Que o *Plan of Chicago* tenha sido organizado e oferecido à cidade e colocado em discussão por um grupo de homens de negócios da alta burguesia da cidade mereceria que a própria natureza desse gesto fosse pensada como matriz de formas possíveis de organização social produtoras de sentidos políticos (Gaudin, 2001, p.12) ao invés de ser ora julgada tendo em mente estruturas estatais fortes e centralizadoras, que historicamente se delinearam mais tarde, ora simplesmente ignorada. De fato, afastadas as interpretações anacrônicas, é possível pensar que o modo de entender a gestão e construção da cidade, implícito no contexto de elaboração e difusão do Plano de Chicago, produziu sentidos políticos não apenas no plano local. Ele inspirou ainda formas de ação social de outras organizações, como o *Rotary Club*, que, trazendo as ideias de democracia e de “construção da cidade” para um plano ainda mais pragmático e cotidiano, engajou um amplo espectro de atores, fazendo com que se espalhassem com a rapidez de um rastilho.

Se para os primeiros rotarianos a noção de serviço passaria a se referir também ao servir à *polis*, a próxima etapa na história do Clube se estende de 1908 a 1912. Esses anos marcam o primeiro período de expansão do “*ideal of service*” rotário à outras cidades norte-americanas. Ainda que continuassem veladas as ambiguidades iniciais, a associação criada por Harris ia fazendo seu caminho, e a concepção de “servir” em suas múltiplas interpretações — comunitarista, cidadã, comercial ou cívica — levava o exemplo do *Rotary Club* de Chicago às cidades da costa oeste, começando por São Francisco, Oakland, Los Angeles, e logo depois saltando de Seattle para a costa leste e daí para o país inteiro: New York, Boston, Minneapolis, Detroit [...].

Na primeira convenção do *Rotary*, realizada em agosto de 1910, existiam 16 clubes funcionando regularmente nos Estados Unidos. Nessa reunião foi organizada a *National Association of Rotary Clubs*, a primeira constituição do clube com seus quatro objetivos e os cinco princípios da organização nacional (Rotary International, 1946) delineados. Em apenas quatro meses, oito novos clubes foram organizados no país, além do primeiro clube internacional, em Winnipeg, Manitoba, Canadá. Rapidamente, dois lemas do clube — um surgido na primeira convenção em Chicago e o outro, na seguinte, em Portland — começaram a ser fundidos e repetidos para além das fronteiras norte-americanas: “*Service above self — He profits most who serves best*” (Rotary International, 1946, p.19). Embora as diferenças na noção de “servir” fossem se tornando mais claras, a ideia de que o *Rotary* era não só um “corpo unido” com mais de 1 500 membros, mas também uma espécie de “engrenagem” começou a se delinear, guiando o desenvolvimento da organização.

A roda dentada, no formato que se conhece, fixa-se como emblema do clube entre 1910 e 1912. Lema e emblema devem ser aqui examinados dentro de uma ideia de “*role playing*” ou “função”, cara a vários analistas sociais naqueles anos (Chapoulie, 2001). Além da sua deliberação de acomodar credos religiosos ou políticos, o *Rotary* também conciliou a ideia de sociedade tanto como um “organismo vivo” — já presente desde 1905 — quanto, a partir de agora, como uma máquina transnacional, para além de raças e países, composta de

diferentes peças e onde as diferentes engrenagens provocam o movimento do todo. Assim, ao mesmo tempo em que busca conciliar as duas ideias de “serviço”, colocando a noção capitalista sob a tutela humanista, o *Rotary* define a sociedade tanto pela metáfora orgânica inspirada nas ciências naturais, quanto pela metáfora mecanicista inspirada nas ciências exatas.

Na perspectiva organicista, como esclareceu um rotariano anos mais tarde, para grande parte dos associados, a noção de serviço era entendida como “um princípio de vida” e “uma lei natural” que regia a *harmonia mundi*. A “menor coisa do mundo” integra uma capacidade maior ou menor de serviço”. Em outras palavras, se ela “vive, ela serve, isto é está servindo ou deve servir para algo [...] o que não serve é inútil, indesejável, se desseca, é sinônimo de morte” (Fuentes, 1935, p.53). “Servir” passa a ser assim, muito mais que um princípio, uma lei metafísica “que rege ao mundo em toda a vida dos seres que o povoam e estendem suas raízes no próprio existir, na própria natureza genuína do homem” (Fuentes, 1935). Assimilada essa lei, a metáfora mecanicista deixava de ser antagonista e resultava “naturalmente” da simples identificação da função que cada um desempenhava na grande “ordem do mundo”. O princípio rotário de classificação poderia ser aplicado com base nas ideias de *standard*, ideal-tipo e cadeia ou funcionamento eficiente para poder desenvolver uma vigorosa ação de conjunto. De todo modo, o *Rotary* agora começava a sua trajetória como uma organização transnacional e um clube de serviços sob a bandeira “*Profits more who serves best*”.

### **A EXPANSÃO DOS CLUBES ROTÁRIOS NO BRASIL E A “CONSTRUÇÃO DA CIDADE”: URBANISMO, ARQUITETURA E EDUCAÇÃO URBANA**

Não se pretende examinar aqui o processo de internacionalização do *Rotary Club* de 1911 a 1916, com a mudança de seu nome para *International Association of Rotary Clubs*, em 1912. Cabe, entretanto, assinalar a fundação do *Rotary Club* de La Habana, Cuba, em 1916, primeiro clube na América Latina, mostrando, como se dizia à época, que o *Rotary* não era um clube apenas para anglo-saxões. A importância dada a esse fato, nos documentos do *Rotary* americano, revela seu perfil de clube de cultura sobretudo branca e protestante, a despeito dos esforços de Harris.

Por outro lado, documentos de nações latino-americanas, como Brasil e Colômbia, por exemplo, registram estranhamento em relação a certos ritos do *Rotary*, que passaram a circular transnacionalmente, como o hábito de cantar antes das reuniões ou bater com os dedos na mesa, práticas consideradas muitas vezes ingênuas e risíveis. Também se estranhava a norma internacional de fazer reuniões semanais almoçando ou jantando, criticada e considerada onerosa, além do mais, sem a família; de conduzir as reuniões com excesso de rigor formal, sem espaço para piadas ou brincadeiras; de fazer as chamadas de presença; de desligar membros por ausências repetidas ou aplicar o princípio da representação da classe de atividade, o que fazia com que companheiros considerados excelentes que mudavam de cidade não pudessem ser absorvidos no novo contexto, ou perdessem o lugar se acaso voltassem.

O próprio princípio de classificação dos membros, funcionalizado e decomposto em detalhes, inúmeras vezes teve que ser justificado pela direção internacional da associação. Entretanto, o desempenho da diretoria do *Rotary* internacional, até os anos 1940 secretariado por Chesley Reynold Perry (Chess Perry), considerado por Paul Harris o verdadeiro “construtor” do *Rotary*, permitiu que, globalmente, essas diferenças de cultura pudessem ser contornadas. Mantidos os princípios e objetivos gerais, alguns pontos eram flexibilizados, tanto quanto possível, buscando respeitar a forma social e o modo de funcionamento, que cada clube foi adquirindo no plano local. Entretanto, como ocorresse com a noção de “servir”, também neste ponto observaram-se tensões em relação à delicada gestão da identidade “global” e “local” da associação, sobretudo na primeira fase de internacionalização do clube, entre 1912 e 1924.

Talvez tenham sido justamente essas tensões internas, aliadas a traços culturais específicos, que tenham tanto dificultado, de início, a fundação do primeiro clube no Brasil, e que se arrastaria por 6 anos. De fato, as iniciativas para criar um *Rotary Club* no Brasil começaram em 1916. Naquele ano, Richard P. Momsen<sup>5</sup>, jovem advogado norte-americano membro da representação dos EUA no Brasil, participou de uma reunião do *Rotary Club* (RC) de Chicago. Almoçando com Chess Perry, ele e o comerciante inglês Herbert Percival Coates<sup>6</sup>, que vivia no Uruguai, se predispuseram a levar os ideais rotarianos à América do Sul, fundando clubes respectivamente em Montevideú e no Rio de Janeiro (Amarante, 1973).

O Clube de Montevideú foi credenciado dois anos mais tarde, em 1918, enquanto o do Rio de Janeiro demorou mais tempo para ser criado, pois a iniciativa não encontrou receptividade de imediato. Em 1919, foi feita nova tentativa de criação de um clube na cidade, agora com o auxílio de dois rotarianos, Frank Lanning, de Pittsburg, e H.G. Wilson, de Toledo, Ohio, que buscaram explicar com mais detalhes as finalidades do movimento. Não se tem detalhes sobre a composição sócio-profissional do grupo, mas, como relata Momsen em carta a Perry, os presentes alegaram que já participavam de inúmeras instituições, como a Câmara de Comércio, o Clube Central, o *Country Club*, a YMCA (Associação Cristã de Moços) ou que atuavam em obras filantrópicas junto a Hospitais ou agremiações como a *Seamen's Mission* e a *Patriotic Society*, não sobrando tempo para participar de mais uma associação.

Ora, em dezembro de 1920, passa pelo Rio e por São Paulo o rotariano Edward P. Chalfant, de Nova Iorque, presidente da *Gill Manufacturing Company*, fabricante de anéis e segmentos de pistões de automóveis, e volta, mais uma vez, à tona a fundação do clube. Entrevistado pelo jornalista e advogado Herbert Moses, Chalfant expôs nos seguintes termos os objetivos do clube:

O Rotary consiste na voluntária agremiação de homens do comércio, cuidadosamente, escolhidos entre os diferentes ramos de atividade comercial, por meio de um processo tendente a eliminar a concorrência e tem por fim assegurar em cada um



dos seus membros o desenvolvimento de uma nova energia, susceptível de ser aplicada em proveito da comunhão comercial e social (Amarante, 1973).

Essa visita deu novo impulso a Momsen e, dois meses mais tarde, foi realizada uma reunião visando à fundação do clube<sup>7</sup>, promovida por ele e J.D.W. Snowden, gerente geral da *American Steel Export Company*, que trouxe consigo grande número de convidados. Entretanto, dos 17 participantes que assinaram a carta dirigida ao *Rotary International* (RI) solicitando o credenciamento do clube, apenas 2 eram brasileiros. Percebe-se ainda que a maior parte deles estavam envolvidos no comércio de importação e exportação, ou na representação de empresas estrangeiras prestadoras de serviços urbanos.

O grupo não obteve o credenciamento solicitado. Chess Perry protestou, primeiramente, em razão da excessiva presença de estrangeiros (e, embora não o tenha mencionado, talvez também em virtude do número excessivo de comerciantes), o que mostra o quanto o *Rotary* em 15 anos já se afastara das diretrizes presentes na sua criação, voltada para a ajuda mútua e sobretudo para uma noção de serviço direcionada ao plano comercial. Perry também vetou o credenciamento pelo fato de estarem participando dois advogados (Momsen e Moses).

Nesse período já haviam sido fundados dois outros *Rotary Clubs* na América do Sul: o de Buenos Aires, criado por Coates, em novembro de 1919, e o de Lima, criado por Frederico Affonso Pezet, embaixador do Peru em Washington, em julho de 1921. No traslado do ideal de serviço rotário para o Brasil, as ambiguidades se explicitaram e passaram a retardar a fundação de um novo clube. Coates agira em Montevideú e Buenos Aires, Pezet no Peru, Panamá e Colômbia, mas no caso do Rio de Janeiro a condução do processo revelou tensões de certo modo já acomodadas nos Estados Unidos.

Pelas trocas de cartas de Chess Perry com os atores no campo brasileiro, como Momsen e Coates, nota-se que a diretoria que controlava o desenvolvimento “federado” do clube (sobretudo Perry e Harris) continuava em 1921 a alimentar no plano norte-americano o diálogo do *Rotary* com associações filantrópicas de matriz religiosa, que congregavam parte da classe média protestante — como a ACM, à qual Coates, por exemplo, também estava ligado. Entretanto, no plano externo, e no caso do Rio de Janeiro em particular, a situação parecia fora de controle, e a própria diretoria internacional também hesitava sobre a nova identidade a dar ao clube, dado o contraste entre culturas tão diversas.

No Rio, enquanto a classe média, por *habitus*<sup>8</sup> culturais, mostrava-se efetivamente distante da forma de ação social do clube, o capital social acumulado pelo *Rotary* em 15 anos de atuação fazia com que potencialmente diversos perfis econômicos e sociais se mostrassem interessados pelas vantagens de pertencer a ele. Mas antes de tudo era preciso saber qual direção ideológica o clube assumiria. Três grupos de interesse se identificavam com o perfil e a plataforma do clube: a comunidade de representantes de empresas estrangeiras, a elite cosmopolita local e os quadros altamente profissio-

nalizados já envolvidos com a temática urbana do ponto de vista técnico. Entretanto, o princípio rotariano de quota de classificação restringia a participação de cada setor e exigia um equilíbrio de forças entre os diferentes perfis. Ora, uma vez reequilibrada as forças e fundado o primeiro clube no Brasil em 1923 no Rio, a expansão do *Rotary* no país se daria em ritmo acelerado: São Paulo, Santos, Petrópolis, Niterói [...].

Nessa (re)fundação do clube do Rio, as inquietações quanto a possíveis desequilíbrios na sua composição fizeram com que Perry solicitasse apoio à “matriz cristã” da organização, representada em seu viés empreendedor e capitalista por Coates, e em sua feição reformadora por Henry H. Lichtwardt, secretário executivo da ACM. Perry acreditava que o clube deveria ser criado por alguém familiarizado com o *Rotary*, como confidenciou a Lichtwardt. Próximo do *Rotary Club* de Detroit, Lichtwardt conheceu Chess Perry em Chicago e também se reencontraram em uma reunião da ACM em Nova York. Lichtwardt estava no Brasil desde 1916 e sua participação no processo assegurava à direção do RI, em Chicago, um mínimo de controle no respeito às novas diretrizes de ação do *Rotary* como um clube de serviço à comunidade.

Essa segunda fundação do clube do Rio ocorreu, em dezembro de 1922<sup>9</sup>, ano em que a cidade organizava sua Exposição Internacional e aumentavam os debates técnicos sobre sua nova configuração, com a destruição do Morro do Castelo e o aterramento de parte da baía de Guanabara. Nesse contexto, havia sido criado não apenas um espaço artificial para acolher os pavilhões da Exposição, mas também uma nova área de terrenos urbanizados, com extensão correspondente a quase metade da zona central da cidade. A realização de grandes obras públicas e a intensa discussão sobre a forma física e social da cidade deve ter estimulado comparações entre a Exposição do Rio e a de Chicago, realizada trinta anos antes. De qualquer modo, o arquiteto Archimedes Memória, membro da segunda lista de fundadores do *Rotary Club* foi um dos mais importantes idealizadores do espaço da Exposição. Archimedes Memória se mostraria atento a às questões locais, a exemplo da atuação do *Rotary* no contexto norte-americano, que vinha observando as singularidades de cada clube em vários aspectos, estimulada pela própria função desempenhada pela Comissão de Classificações<sup>10</sup>.

Archimedes Memória, ao contrário de Daniel Burnham em Chicago, adotou uma linguagem arquitetônica que começava a ser chamada à época de “neocolonial”. Ele integraria o grupo de profissionais brasileiros que, na década de 1920, estimulou as pesquisas sobre a história da arquitetura no país, promovendo, assim, junto aos arquitetos e primeiros urbanistas uma reflexão sobre a construção de uma imagem da cidade que se mostrasse atenta ao próprio passado histórico do país.

Talvez a criação do *Rotary Club* do Rio tenha sido das últimas realizadas sem muito planejamento. Quando o clube do Rio recebeu sua carta de afiliação, em 1923, o Brasil era o 30º país a integrar a rede internacional do *Rotary Club*. Coates, já havia sido designado comissário do *Rotary International* na América Latina desde 1920, mas, agora passa-

va a desempenhar suas atividades de modo mais intenso. Lichtwardt, por sua vez, havia convidado Robert Shalders para auxiliá-lo na secretaria e na direção do clube do Rio nesses primeiros anos, embora o presidente fosse João Thomé Saboya<sup>11</sup>.

Essa direção mais firmemente orientada para uma ação comunitária à qual os interesses comerciais, fortemente presente no movimento, embora sem serem contrariados, deveriam se atrelar, auxiliou na criação do clube de São Paulo. Assim, em 1924 surgiu o segundo *Rotary Club* no Brasil, contando em sua reunião de fundação com a presença mais uma vez da YMCA (ACM) na pessoa de Irving Henry Gallion, e do *Rotary* carioca, representado por Robert Shalders, peça que se tornava importante no diálogo local-global do Clube.

### O ESTADO DE SÃO PAULO

A primeira diretoria do Clube já sinalizava claramente a importância que foi dada às questões urbanas, ao colocar em sua presidência um dos três mais importantes nomes do urbanismo no país, Victor da Silva Freire, diretor de obras da Prefeitura Municipal, conselheiro da *City Improvements*, presidente da Cia. de Pavimentação e Obras Públicas, da Cia. Anglo-Brasileira e professor da Escola Politécnica. Compunham ainda a diretoria os representantes da vida econômica da cidade e das organizações civis de ação filantrópica, como José Carlos de Macedo Soares, vice-presidente da Cia Paulista de Artefatos de *Aluminium*; Antonio Gaffré Ribeiro, secretário importador da *Standard Oil Company*; Irving Henry Gallion, tesoureiro da ACM; Herminio Gomes Moreira, da Escola Remington de Datilografia; Benedicto Montenegro, médico-cirurgião.

O Brasil vivia período de grande mobilização política quando o Clube de São Paulo foi fundado<sup>12</sup>, reunindo um grupo ainda mais seletivo e diversificado do que aquele do Rio, como se constata na lista de seus primeiros membros<sup>13</sup>. A criação do clube coincidiu com a Revolução de 1924, quando foram feitas mais de 10 mil prisões, inclusive dos rotarianos Júlio de Mesquita e Macedo Soares, desestabilizando o clube nesse seu primeiro ano.

Entretanto, no Rio o Clube se firmou: em novembro de 1924, não só foi criada a revista *Notícias Rotárias*, como também ingressaram 62 novos sócios, apesar de 17 afastamentos, 7 dos quais de fundadores (Herbert Moses, Simão da Costa, Schurz, Cartier, Mosquera, McColl, Hackett), por razões que merecem ser mais estudadas<sup>14</sup>.

Embora este estudo não comporte detalhes sobre a atuação dos dois primeiros *Rotary Clubs* em funcionamento no Brasil, vale observar que, a partir de 1925 e durante mais de uma década, o nome do *Rotary Club* passou a ser cada vez mais associado a uma firme ação social no campo da educação, da assistência e do planejamento da cidade, entendida como uma ação coletiva que deveria ser estimulada por diferentes meios de mobilização e propaganda e posta em prática da forma mais cotidiana.

A partir de 1924 e da gestão de Francisco Oliveira Passos, o *Rotary* do Rio de Janeiro, então capital federal, aproximou-se de ministros, embaixadores, médicos higienistas, religiosos católicos, passando a influenciar diretamente na vida da metrópole (Amarante,

1973, p.29). Os problemas da infância e juventude destacaram-se logo dentre as cogitações do Clube, tanto com medidas pontuais, como o Natal das Crianças Pobres, como ainda com políticas de criação de biblioteca em escolas municipais, construção de campos públicos de desportos e a prática do escotismo. As questões comerciais também não foram descuidadas, discutindo-se a organização de uma Feira Internacional de Amstras<sup>15</sup>, divulgando os produtos exportados por grandes empresas norte-americanas.

Entre o final de 1925 e o início de 1926, no Rio de Janeiro, discutiram-se longamente as atividades da Comissão de Programa e o Programa de Ação, começando pela criação de uma “Federação das Instituições de Caridade e Ordens Pias do Distrito Federal”, sob patrocínio do Clube. Seria uma espécie de Legião Brasileira de Assistência, que deveria agir como polícia de costumes, tanto na repressão quanto na assistência, tanto no patronato quanto na reeducação, assim como em questões de seguro social, profissionalização, hospitalização e asilamento de menores abandonados, alcoólatras, toxicômanos, velhos, deficientes físicos e mentais. Em São Paulo, os rotarianos seguiram estratégias semelhantes de ampliação do diálogo com especialistas e autoridades, embora tenham sido ainda mais enfáticas as suas ações no campo do urbanismo. As primeiras conferências introduziram os associados na grande reforma urbana que vinha sendo discutida para a cidade e que era perceptível a cada dia, com o crescimento desta.

Nessa cidade, mais ainda do que no Rio de Janeiro, talvez sob influência de Victor Freire que conhecia o Plano de Chicago e acompanhava os seus desdobramentos desde 1910, quando participou da *Town Planning Conference* em Londres, os próprios membros técnicos do Clube buscavam antes de tudo “educar” os seus próprios pares nas matérias, para criar uma mentalidade. Os engenheiros Ulhoa Cintra e Prestes Maia, por exemplo, foram convidados para discorrer sobre *O Plano de Expansão da Cidade de São Paulo*; Artur Motta, diretor da Repartição de Águas e Esgotos, analisou *A seca de 1924 e suas consequências no fornecimento de água de São Paulo*; e Antonio Carlos Cardoso, engenheiro-chefe da construção da *Light and Power*, fez palestra em 1925 sobre *Distribuição da energia elétrica no Estado de São Paulo*. O traçado urbano, água e luz, temas fundamentais da nova ordenação da cidade, foram objeto de sistemática análise dos rotarianos. Mas não só. O que era socialmente *A radiofonia e sua importância como meio educativo* foi também tema da palestra de José Carlos Macedo Soares. Palestras sobre a reforma física da cidade se aliavam a palestras sobre a reforma social. A cidade torna-se, assim, o centro dos interesses: educar para a cidade, educar para a cidadania, assim como ensinara a “escola de Urbanismo” de Chicago. Foi exposto, por exemplo, o sistema Gaumont de alfabetização, por meio do cinema combinado com alto-falantes da telefonia sem fios: “um carro com aparelho cinematográfico combinado com alto-falantes, carro este que vai de lugar em lugar, para fazer exhibições por meio das quais são dadas lições práticas que permitem a alfabetização em massa.

Enquanto os jornais anunciavam que dentro em pouco São Paulo seria a cidade com mais mendigos no mundo, o grupo rotário atuava na busca de soluções, fundando

a Associação dos Amigos da Escola, embrião das futuras Associações de Pais e Mestres da rede escolar de ensino. Nos anos seguintes, e até o golpe de 1937, o *Rotary* criou dezenas de Comissões de Planos de cidade no Brasil, inspiradas naquela de Chicago e que haviam se espalhado também por centenas de cidades norte-americanas. Estava lançada no Brasil a semente daquele que talvez tenha sido à época o maior movimento social moderno, capaz de interferir ainda hoje nos alicerces de milhares de metrópoles, em razão das instituições que conseguiu criar, embora talvez ainda não tenhamos nos debruçado com suficiência sobre este processo.

## NOTAS

1. Participaram da reunião de fundação com Paul Harris: Silvester Schiele, revendedor de carvão e primeiro presidente do Clube; Gustavus Loehr, engenheiro de minas e Hiram Shorey, alfaiate cf. Rotary International (1946). É também considerado o quinto fundador do Rotary H.L. Ruggles, dono de uma empresa gráfica e que participa do Rotary desde a segunda reunião.
2. Estamos defendendo neste trabalho que as condições específicas de Chicago em um arco temporal longo — entre 1880-1920 — levariam a que não apenas experiências originais construtivas — como a invenção do arranha céu — ou de observações sociais — como os estudos específicos sobre certos grupos sociais — pudessem ser constatadas. Entre uma Escola de Arquitetura de Chicago e uma outra de Sociologia, talvez pudéssemos — sem o desejo de criar nenhuma nova mítica — falar também de uma escola de Urbanismo de Chicago, que como uma ponte levaria de uma a outra: da arquitetura às questões sociais, passando por essa efervescência que se observa nos debates sobre a cidade após a criação do Plano.
3. No momento que redigíamos este texto Jean Castex publicou «Chicago 1910-1930, Le chantier de la ville moderne», Paris, Editions de la Ville, 2009 que traz ainda maiores argumentos à tese apontada aqui na nota 9. O Wacker's Manual é aí analisado às páginas 58-63.
4. Sobre Moody cf. Krueckeberger (1983, p.76).
5. Richard Paul Momsen, nascido em 1890 em Milwaukee, diplomado pela Universidade George Washington, tem portanto 26 anos quando almoça com Coates e Perry em Chicago em 1916. Faz parte da delegação americana no Brasil desde 1913 e em 1918, torna-se consul geral interino. Em 1920 revalida seu diploma e com colegas brasileiros torna-se advogado de várias firmas que estão se instalando no país. Foi membro da Comissão dos EUA na Exposição Comemorativa da Independência em 1922, tendo incentivado a construção do pavilhão americano e que foi a primeira sede própria de embaixada americana no estrangeiro.
6. H.P.Coates, veio para a América do Sul em 1897, ligado a construção de estradas de ferro, passou a servir ao sistema ferroviário uruguaio sendo depois durante quase 30 anos representante de companhias americanas do ramo, não só no Uruguai como em outros países sul-americanos. Tomou conhecimento do RC na convenção de Cincinnati e passou a se dedicar ativamente ao movimento. Foi Secretário do Rotary Clube de Montevideo em seus primeiros 5 anos (1918-1922) e depois tornou-se seu Presidente. De 1920 a 1927 foi o 1º Comissário do RI na A.Latina, como membro da comissão de Expansão do RC visitou cerca de 90 clubes em diferentes partes do mundo. Em 1930-1931 era governador do Distrito 63. Foi sócio honorário do RC do RJ de 1933 até 1941, quando morreu.
7. A ata da reunião foi assinada pelos seguintes participantes: A. Costa Pires, importador de carvão (Gano Moore & Co); C.A. Sylvester, bondes (Treasurer The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Co.); Col. C.H.Grawford, material ferroviário (Baldwin Locomotive Works); F.A.Huntress, luz e força (vice-presidente da The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Co.); Frank M. Garcia, material de construção (vice-president of Corning International); H.L.Dale, equipamentos hidráulicos (Mining Machinery Allis-Chalmers Mfg Co.); H.M.Sloat, equipamento ferroviário (gerente geral da Middletown Car and Otis Elevator); Herbert Moses, advogado (admiralty lawyer); J.D.W.Snowden, aço; T.P.Stevenson, navegação (Cia. Expresso Federal); J.R.Haney, óleos lubrificantes (Standard Oil); P.C.Cothren, seguro (Insurance Co. of North America); R.W.Govern, engenharia; R.P.Momsen, advogado (corporation lawyer); T.L.Wright, importador de automóveis (Sociedade Bom Retiro); W.C.Holmes, pneumáticos (Goodyear Tire & Rubber Co); W.C.Stevens, máquinas de costura (Singer Sewing Machine), cf. Amarante (1973) e *Notícias rotárias* nº 1.
8. cf. Sobre o conceito de habitus desenvolvido por Pierre Bourdieu veja por exemplo Loïc Wacquant, *Eclarecer o habitus* em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.../126>.
9. O único presente à reunião de 1921 foi Herbert Moses. Momen estava fora do país e, ao retornar, em novembro de 1923, ingressou no clube. Os participantes dessa nova reunião de fundação foram: João Thomé de Saboya e Silva (importador de acessórios para automóveis, engenheiro, senador e ex-governador do Ceará, "figura de grande projeção e experiência", amigo de Mosquera); Dr. Fernando de Magalhães (médico- cirurgião); Dr. Lewis Wendell Hackett (saúde pública); Roberto James Shalders (máquinas e acessórios); Henry Herman Lichtwardt (ACM); Herbert Moses (advogado); Frederick Charles Brown (diversões); José Simão da Costa; Horácio Cartier (imprensa, *A noite*); David Bell (perito em contabilidade); Ismael de Oliveira Maia (material de construção — importação); Renato Rocha Miranda (carvão, mineração); Archimedes Memória (arquiteto); Alfredo Mosquera (importação de automóveis); Major Ernest Leonard Mc Coll (representante diplomático do Canadá); William Schurz (adido comercial da embaixada dos EUA).
10. "A Comissão de Classificações tem dentro do clube um papel de alta importância, esclarecia o rotariano Dr. Ismael de Souza, em discurso publicado na revista *Notícias rotárias* de 1928. A ela incumbe, estudan-

do todas as atividades da cidade onde está instalado o clube, dizer quais devem ser seus representantes dentro dele, de modo que represente uma miniatura de toda a vida profissional e de negócios da cidade.”

11. Saboya relembra que para alguns isso impacientava, mas ele se sentia “um cristão novo, sem conhecimento íntimo da instituição que ia dirigir[...]”. Shalders e Lichtwardt é que conduziam o Rotary[...] Cf. *Rotary Brasileiro*, mar. 1939, depoimento.
12. O Rotary Clube de São Paulo recebeu o registro nº 1 945 em 24 de março de 1925.
13. Além da Diretoria, foram fundadores ou membros do RC de São Paulo no seu primeiro ano de funcionamento os seguintes membros: Ademar Moraes (engenheiro construtor); José Ferreira de Oliveira (fabricante de arreios); Manfredo Antonio da Costa (vendedor de aparelhos elétricos); Richard O. Connell (cônsul dos EUA); Augusto Marques Guerra; Gilbert J. Huber; Edgar Egdio de Souza (diretor da São Paulo Light and Power); Erasmo Teixeira de Assumpção (exportador de café); Frederico Vergueiro

Steidel (professor de Direito); Geraldo de Paula Souza (médico higienista); Horácio Rodrigues (fabricante de produtos químicos); José Bento Monteiro Lobato (escritor); J.F. Belfrange (contador e auditor), José Maria Whitaker (banqueiro e fundador do Banco Comercial de São Paulo); Júlio de Mesquita Filho (jornalista e diretor de *O Estado de São Paulo*), Nagib José de Barros (negociante de máquina de escrever); Nestor Rangel Pestana (notário público da Capital); Rudolph Kesselring (diretor do Clube de Pesca), Washington Luís Pereira de Souza (deputado estadual); William Alfred Reeves (atuário e empresário).

14. Seria interessante, dentre outras figuras de destaque, melhor estabelecer as relações entre o movimento rotariano e Herbert Moses, importante personagem nas Organizações Globo, fundador do jornal e presidente da Associação Brasileira de Imprensa durante décadas.
15. As Feiras de Amostras passaram a ser oficialmente promovidas pela Prefeitura do Distrito Federal a partir de 1928.

## REFERÊNCIAS

ABBOT, C. *Planning Chicago*. In: GROSSMAN, J.; KEATING, A.D.; REIFF, J. *The Encyclopedia of Chicago*. London: University of Chicago Press, 2000.

AMARANTE, A.P. *Contribuição à história do Rotary Club no Brasil*. Rio de Janeiro: Cooperativa Brasil Rotário, 1973.

BURNHAM, D.H., et al. *Plan of Chicago*. New York: Princeton Architectural Press, 1993.

CHAPOULIE, J.-M. *La tradition sociologique de Chicago 1892-1961*. Paris: Seuil, 2001.

FUENTES, A. *Servir, servir y servi*. In: THE ROTARIA. Chicago: Rotary International, 1935.

GAUDIN, J.-P. *Le socialisme municipal en Europe*. Munique: Oldenbourg Verlag, 2001.

HARRIS, P. *This rotarian age*. Chicago: Rotary International, 1935.

KRUECKEBERGER, D.A. *The American planner: biographies and recollections*. New York: Methuen, 1983.

ROTARY INTERNATIONAL. *Adventure in service*. Chicago: RI, 1946.

STEFFENS, L. *The Shame of the Cities*. New York: McClure, Philips, 1904.

TEAFORD, J.C. Good government movements. In: GROSSMAN, J.; KEATING, A.D.; REIFF, J. *The Encyclopedia of Chicago*. London: University of Chicago Press, 2004.

## RESUMO

Criado em 1905, em Chicago, o *Rotary Club* conta hoje com filiais pelo mundo inteiro e é reconhecido como uma organização engajada em várias ações humanitárias. Fundado no Brasil (Rio e São Paulo) no começo dos anos 1920, o clube desempenhou um importante papel até a II Guerra Mundial. De fato, o *Rotary Club* delineou seu perfil não somente como uma organização associativa interessada em promover a coesão social de seus membros nos negócios, auxiliando-os a enfrentar suas dificuldades de inserção e atuação profissional. A instituição foi a mais importante organização civil sem fins lucrativos existente até os anos 1950, acumulando uma longa série de ações que marcaram a vida social de milhares de cidades, inclusive suas formas construídas. As experiências desenvolvidas em Chicago, no começo do século XIX, em matéria de planejamento, de certo modo, serviram de baliza às suas ações exportadas para os quatro cantos do mundo. Vistas em uma perspectiva histórica, a criação e expansão do *Rotary Club* no Brasil, bem como suas atividades, permitem observar a comutação transnacional de experiência em questões do planejamento urbano, focando atores sociais, conceitos, linguagens e planos, em escala global e local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Associativismo. Brasil. História Transnacional. *Rotary Club*. Urbanismo.

## ***COSMOPOLITANS AND COMMUNITARIANS: THE ROLE PLAYED BY THE INTERNATIONAL ROTARY CLUB ON THE URBAN PLANNING NETWORK IN BRAZIL (1905-1945)***

### **ABSTRACT**

*Created in 1905 in Chicago, the Rotary Club now has branches all over the world and is recognized as an organization engaged in various humanitarian actions. Created in Brazil — in Rio and São Paulo — in the beginning of the 1920's, the club played a major role until the II World War, not only as an associative organization interested in improving the commercial affairs of its members but also creating a global network of social action directly dealing with the built environment and the urban culture of the city. The Rotary Club in Brazil seen in a historical perspective, allows us to observe the transnational commutation of experiences in urban planning matters, focusing social actors, concepts, languages and plans, within global and local scales.*

**KEYWORDS:** Associative organization. Brazil. Transnational history. *Rotary Club*. Urban Planning.



EDIFÍCIO SANTANA, O PRIMEIRO ARRANHA-CÉU DE CAMPINAS | Silvia Amaral Palazzi Zakia

Doutoranda | Universidade de São Paulo | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Cidade Universitária | R. do Lago, 876, 05508-080, São Paulo, SP, Brasil  
Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo  
*E-mail: zakia@uol.com.br*

# EDIFÍCIO SANTANA, O PRIMEIRO ARRANHA-CÉU DE CAMPINAS<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

O edifício Santana, construído em Campinas em 1936, iniciou o processo de verticalização da cidade. Situado em uma das principais ruas de comércio da cidade, na esquina da Rua Barão de Jaguara com a rua César Bierrenbach, a construção de apenas seis pavimentos foi à época laureada publicamente com o título de primeiro arranha-céu de Campinas, expressão cunhada até nos documentos oficiais<sup>2</sup> da prefeitura municipal. Tratando-se da primeira construção da cidade a romper o padrão de três pavimentos, sua imagem foi associada aos prodígios tecnológicos verticalizados das grandes metrópoles. Seu programa funcional dedicado exclusivamente a uso comercial era mais um aspecto da instituição da modernidade na cidade. O Santana rapidamente tornou-se um valioso ícone no processo de construção imagética da cidade moderna (Figura 1).

## ARRANHA-CÉUS: ÍCONES MODERNOS

Sabe-se que o termo arranha-céu, tradução de *skyscraper*, difundiu-se a partir da Escola de Chicago, no final do século XIX e princípios do XX, como sinônimo de edificação de grande porte de altura. A construção desses edifícios de grande número de pavimentos foi possibilitada pelos avanços tecnológicos que liberavam as alvenarias da estrutura através das ossaturas de concreto armado ou de ferro pré-fabricado, e pela disseminação do uso do elevador, inventado em 1852 por Elisha Otis e aperfeiçoado em 1880 por W. Von Siemens. Durante a



CAMPINAS ⇒ Prédio Sant'Anna

Photo Parodi

**FIGURA 1** – Prédio Sant'Anna, projeto e construção do escritório técnico do engenheiro Lix da Cunha, Projeto nº 182, 1936.

Fonte: Museu da Imagem e do Som de Campinas.

década de 1920, essa nova tipologia arquitetônica, difundida sobretudo pela Escola de Chicago, caracterizava simbolicamente o progresso industrial das grandes cidades. O arranha-céu tornou-se símbolo por excelência da modernidade. A pujança econômica e os avanços tecnológicos da indústria da construção civil identificavam-se com a nova tipologia da arquitetura verticalizada, produzida pela latente potência mundial dos Estados Unidos da América.

Em 1931, foi inaugurado o emblemático *Empire State Building*, em Nova York, com 102 andares e 381 metros de altura. Ironicamente, no auge da depressão de 1929, o *Empire State* representava o ápice da modernidade progressista norte-americana. Por mais de quarenta anos ostentou o título de maior edifício do mundo. Sua arquitetura serviu de inspiração para edificações em diversas localidades, inclusive para o projeto do edifício Altino Arantes em São Paulo, construído entre as décadas de 30 e 40.

### OS PRIMEIROS ARRANHA-CÉUS DO BRASIL: EDIFÍCIO MARTINELLI E EDIFÍCIO A NOITE

Os primeiros sinais da tipologia do arranha-céu no Brasil ocorrem no final da década de 1920: quase simultaneamente dois edifícios de mais de cem metros de altura foram construídos nas principais cidades do país: Rio de Janeiro e São Paulo. Nesta última, o imigrante italiano Guiseppe Martinelli assumiu a grande empresa de construir o mais alto prédio da capital paulista, preliminarmente com quatorze andares passíveis de um aumento de mais quatro, com projeto iniciado em 1924 e concluído em 1929; o prédio com seus 105,65 metros de altura simbolizava a ascensão do imigrante pobre.

Com uma linguagem estética eclética, o edifício tornava-se um cartão postal da cidade, ostentado o título de prédio mais alto do mundo construído em concreto armado. No seu programa de uso multifuncional, estava incluída a existência de apartamentos residenciais (247), cinema, restaurantes, salões de chá, cassinos, *night clubs*, barbearias, escritórios (960), um hotel e lojas no térreo. O edifício era servido por telefones automáticos e doze elevadores importados da Suíça<sup>3</sup>.

Enquanto São Paulo exibia seu cartão de visitas, os cariocas se orgulhavam do prédio A Noite, projeto dos engenheiros Joseph Gire e Elisiário da Cunha Bahiana. A Noite também foi construído com a técnica do concreto armado, pela firma Gusmão, Dourado & Baldassini Ltda., entre 1928 e 1929. Uma massa vertical de 22 pavimentos com 102,80 metros de altura em estilo *art déco* era o primeiro arranha-céu da capital do país. Ignorando o Martinelli, uma publicação carioca de 1929 reivindicava para o prédio A Noite o título de maior edifício em concreto armado do mundo. Disputas em torno dessa questão parecem ser relevantes quando se tratava da imagem progressista que grandes cidades almejavam transparecer, de modo que a construção de prédios altos interessava também ao poder público, como pode ser constatado no caso paulista.

A questão dos arranha-céus despertava o interesse público nesse primeiro quartel do século XX, chegando inclusive a ser tema de matéria<sup>4</sup> publicada em três edições dominicais do jornal carioca *O País*, em julho de 1928, quando quatro escritórios proeminentes de engenharia da capital foram indagados a respeito do assunto. Seis perguntas<sup>5</sup> sobre o tema dos arranha-céus foram formuladas aos seguintes profissionais: Lúcio Costa<sup>6</sup>, Cortez & Bruhns<sup>7</sup> e Joseph Gire<sup>8</sup>, Preston e Curtis, Cypriano de Lemos<sup>9</sup> e Archimedes Memória<sup>10</sup>.

Campinas, em 1936, desejando equiparar-se às grandes cidades progressistas, festejava a construção de seu modesto arranha-céu de concreto armado. Embora a denominação de arranha-céu possa parecer inapropriada para uma edificação de somente seis pavimentos, um olhar mais acurado desvenda o contexto no qual o Edifício Santana inaugurou o processo de modernização do espaço urbano, que já vinha sendo delineado através da implantação do plano de urbanismo de Prestes Maia, e de consolidação de uma nova imagem de cidade, desvinculada da tradição agrária: uma cidade que se industrializava.

Uma das ferramentas técnicas necessárias para implantação do plano foi a elaboração, em 1934, de um código de obras para Campinas, a cargo de uma comissão formada por quatro engenheiros: Perseu Leite de Barros, único representante do poder público, Carlos W. Stevenson, Hoche Néger Segurado e Lix da Cunha. Os dois últimos seriam pelos anos seguintes os responsáveis pelos escritórios<sup>11</sup> de engenharia mais operosos da cidade, sendo o segundo o responsável pelo projeto e construção do edifício Santana. Lix mantinha também em São Paulo um escritório de engenharia, ambos em sociedade com o engenheiro mecânico Antonio Gouvêa. É importante salientar que o pavimento térreo e a sobreloja do Edifício Santana haviam sido projetados inicialmente pelo colega Hoche Néger Segurado e que posteriormente foi alterado pelo engenheiro Lix da Cunha.

Lix da Cunha e Hoche Néger Segurado partilharam um caminho profissional similar; o primeiro, formado em 1918, cursou o *Rose Polytechnic Institute*, Terre Haute, Indiana, nos Estados Unidos da América, e o segundo, formado em 1919, estudou na Escola Politécnica de São Paulo. Em 1922, ambos os engenheiros foram trabalhar na capital, Rio de Janeiro, instalados na mesma pensão com suas respectivas esposas. Lix da Cunha trabalhava no departamento de engenharia da empresa *Standard Oil Company* e Segurado para a construtora Mon-

teiro & Aranha, empresa que também atuava em São Paulo. Os recém-formados engenheiros puderam vivenciar um mundo mais cosmopolita, diverso da provinciana Campinas para qual retornariam e onde prosseguiriam suas carreiras bem sucedidas, implantando, com saber acadêmico e técnico diferenciado e já alguma experiência profissional, escritórios de engenharia que seriam os responsáveis pela modernização do padrão arquitetônico da cidade.

A partir da entrada em vigor do Código de Construções, as novas edificações erigidas na cidade passaram a obedecer aos novos padrões impostos pelo código, que sinalizava para a verticalização acanhada da área central de Campinas. Nas ruas centrais estipuladas pelo Código, todos os prédios novos ou sujeitos a reformas deveriam conter no mínimo dois pavimentos: *Artigo 343 — Nenhum prédio poderá ser construído, reconstruído ou reformado, sem ter, no mínimo, dois pavimentos, nas ruas e praças abaixo especificadas* (Campinas, 1935a, p.106).

Induzindo a uma verticalização modesta na zona central da cidade, o artigo 223 estabelecia o limite de altura para os prédios no alinhamento em proporção à largura das ruas (Quadro 1).

**QUADRO 1.** RELAÇÃO DE PROPORÇÃO ENTRE LARGURA DAS VIAS E ALTURA DAS EDIFICAÇÕES.

LARGURA DA RUA (m)	ALTURA DO PRÉDIO (m)	
9m	2 vezes a largura da rua	18m
Entre 9m e 12m	2,5 vezes a largura da rua	22,5m a 30m
Acima de 12m	3 vezes a largura da rua	36m

**Fonte:** Dados obtidos do artigo 223º do Código de Construções de 1935.

**Fonte:** Campinas (1935a, p.75).

Para as demais zonas, ficou estabelecido o limite máximo de altura de uma vez e meia a largura da rua.

As regras para definição de altura das edificações de Campinas eram as mesmas que as estabelecidas em São Paulo pelo Código Arthur Sanoya, de 1929, como se pode observar:

Art. 118 — Nos edifícios construídos no alinhamento das vias públicas da zona Central, a altura será:

- a) no mínimo, de cinco metros;
- b) no máximo, de duas vezes a largura da rua, quando esta for de menos de nove metros;
- c) de duas vezes e meia, quando a largura da rua for de nove a doze metros;
- d) de três vezes, quando a largura da rua for de mais de doze metros.

Art. 119 — Fora dessa zona, a altura dos edifícios construídos no alinhamento da via pública será, no mínimo, de três metros, sob condição de não servirem para habitação.

Art. 120 — Fora dessa zona a altura dos edifícios construídos no alinhamento das vias públicas será, no máximo, de uma vez e meia a largura da rua (São Paulo, 1930, p.48).

Ambos os códigos apontavam uma solução que liberava a verticalização da zona central, ainda que de forma moderada. O Código de Saboya coordenava as leis que o precederam, a Lei nº 2.332, de 1920, e a Lei nº 2.611, de 1923. A primeira estabelecia um padrão municipal para as construções particulares, inclusive estipulando as alturas máximas para edificações segundo uma relação com a largura das vias públicas. Já a segunda determinava regras de arruamento, classificação de vias e definição de sua largura, além de uma tentativa de zoneamento, baseada no Building Code de Nova York. (Somekh, 1997, p.77)

Empregando como modelo o Código de Saboya, os engenheiros de Campinas estabeleceram um padrão municipal de construção que permitia, além da viabilização da implementação do plano de urbanismo, o início do processo de verticalização comedido da região central da cidade. A construção do edifício Santana inaugurou a trajetória de modernização da paisagem urbana campineira.

Campinas estava sendo redesenhada a partir das demandas de uma nova estrutura econômica, da participação de novos atores políticos no jogo do poder e de mudanças sociais que estabeleciam novos padrões de convívio e fruição do espaço urbano. Os planos de urbanismo e as figuras míticas dos arranha-céus são, por excelência, a expressão da modernidade de uma cidade industrial em que Campinas havia se transformado.

Nesse sentido, é possível compreender por que um edifício de apenas seis andares seria considerado um arranha-céu, louvado pela população e pelo poder público. Sua existência na paisagem campineira veio consolidar uma imagem de modernidade, sintonizada inclusive com o ideário estabelecido na esfera federal pelo governo de Vargas, que, repleto de jargões, exaltava o Brasil, país do futuro: moderno, progressista e industrializado.

O edifício Santana tornou-se um cartão postal da cidade, figurando nas propagandas comerciais ou institucionais. O filme realizado pela Prefeitura, em 1936, para comemorar o centenário de Carlos Gomes é revelador: na busca por uma visão panorâmica da cidade, a câmera se detém por longo período à frente do Santana (onze segundos) e de outros poucos edifícios também modernos, como, por exemplo, a casa projetada por Mário Penteadó em 1934. (oito segundos)

Portar como endereço comercial o Santana atribuía ao profissional ou ao negócio um *status* de vanguarda e modernidade. A loja de Chapéus Cury, uma das mais prestigiosas indústrias do estado de São Paulo, ocupava o térreo do edifício. No jornal *Correio Popular* de 4 de agosto de 1936, um anúncio da chapelaria Cury demonstra o quão oportuna era essa associação. Abaixo desse mesmo anúncio, um dentista participava seu consultório no mesmo prestigiado endereço (Figuras 2 e 3).

A publicidade, ferramenta fundamental da modernidade, é amplamente empregada na sedução e convencimento das massas não só para venda de mercadorias como também de ideias e conceitos. Interessante observar como esse recurso foi bastante aplicado no processo de modernização urbana de Campinas: de um lado, a associação de imagens de certos objetos, como automóveis, aviões, transatlânticos e arranha-céus com



FIGURA 2 – Propagandas vinculadas à imagem moderna no prédio Santana.  
Fonte: Será... (1936).



FIGURA 3 – Propaganda comercial publicada no jornal Correio Popular, com imagem do edifício Santana à direita.  
Fonte: Campinas... (1939a).

o conceito de moderno; de outro lado, uma estratégia de persuasão pública para conquistar a adesão da sociedade na realização do projeto urbanístico.

Os dois engenheiros, Prestes Maia e Anhaia Melo, envolvidos na elaboração do plano de urbanismo insistiram nessa prática, emprestando inclusive expressões específicas do *marketing* empresarial como, por exemplo, fazia Anhaia Melo em suas dissertações a respeito de urbanismo<sup>12</sup>.

Selling city planning — é o título de uma contribuição de Carl Hunt ao Congresso de Urbanismo da Flórida, de 1926. E a propaganda para a venda ao grande público dessa mercadoria de escol que é o urbanismo, necessidade premente e inadiável da vida moderna, é feita por todos os meios, pela imprensa, pela tribuna, revistas, cartazes, folhetos, sermões, exposições, cinema, radio, e pelo contacto pessoal principalmente, como estou fazendo aqui (Mello, 1929, p.18).

A adesão e engajamento da sociedade com a implantação do plano parecem ser condicionantes de sucesso para a realização da grande empreitada que se pretendia efetivar. Não só foi divulgado um discurso de convencimento como também fora montada toda uma estrutura para veiculação do mesmo, através da criação de comissões cívicas e da fundação de entidades, grêmios e associações profissionais igualmente envolvidas no projeto de modernização espacial da cidade.

A estratégia de convencimento para legitimação do grande projeto modernizador valia-se da publicidade em torno do emprego da própria palavra moderno, da associação do conceito de modernidade a certas imagens, objetos ou atividades e também da linguagem estética da arquitetura *art déco*. O importante é ser moderno e a própria palavra moderno, comenta Sevcenko (1992, p.227).

Adquire conotações simbólicas que vão do exótico ao mágico, passando pelo revolucionário. Assim como os talismãs são objetos-fetiches, assim também a palavra moderno se torna algo como uma palavra-fetice que, quando agregada a um objeto, o introduz num universo de evocações e reverberações prodigiosas, muito para além e para acima do cotidiano de homens e mulheres [...]. Não há limite para o seu uso e, embora na sua raiz ela comporte um mero registro temporal, na semântica publicitária ela capitaliza as melhores energias da imaginação e se traduz, por si só, no mais sólido predicado ético em meio à vasta expectativa **por uma vida melhor** (grifo do autor).

## A CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO SANTANA

O terreno onde foi construído o edifício Santana já havia sido objeto de estudos anteriores, realizados pelo engenheiro Segurado para os proprietários do lote à época, a família de Elmira de Souza Queiroz.

O primeiro projeto (nº42), desenvolvido em setembro de 1929, pretendia ser o Palacete Souza Queiroz, construção comercial em estilo eclético, com dois pavimentos ocupando 1.566m<sup>2</sup>. O projeto previa a construção de 7 lojas no térreo e 17 salas comerciais em cada um dos dois pavimentos superiores, o que não foi levado a cabo.

O mesmo engenheiro desenvolveu um segundo projeto (nº46), do qual só foi encontrada uma perspectiva que apresenta um edifício comercial de quatro pavimentos, já empregando a linguagem estética do *art déco*. Presume-se que tenham sido construídos somente o térreo e a sobreloja (Figura 4).

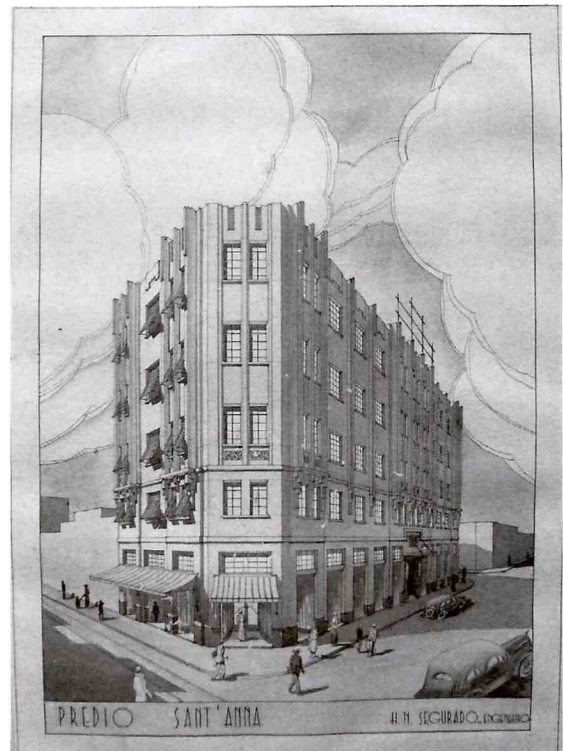


FIGURA 4 – Perspectiva do projeto do Prédio Sant'Anna, de autoria de Segurado.

Fonte: Acervo particular do escritório H. N. Segurado.



Em 01/08/1935, o protocolo nº 4.617 (Campinas, 1935b), assinado pela firma Gouvêa & Cunha, pedia a demolição da construção existente naquele lote, agora nas mãos de novo proprietário, Severiano do Amaral Campos:

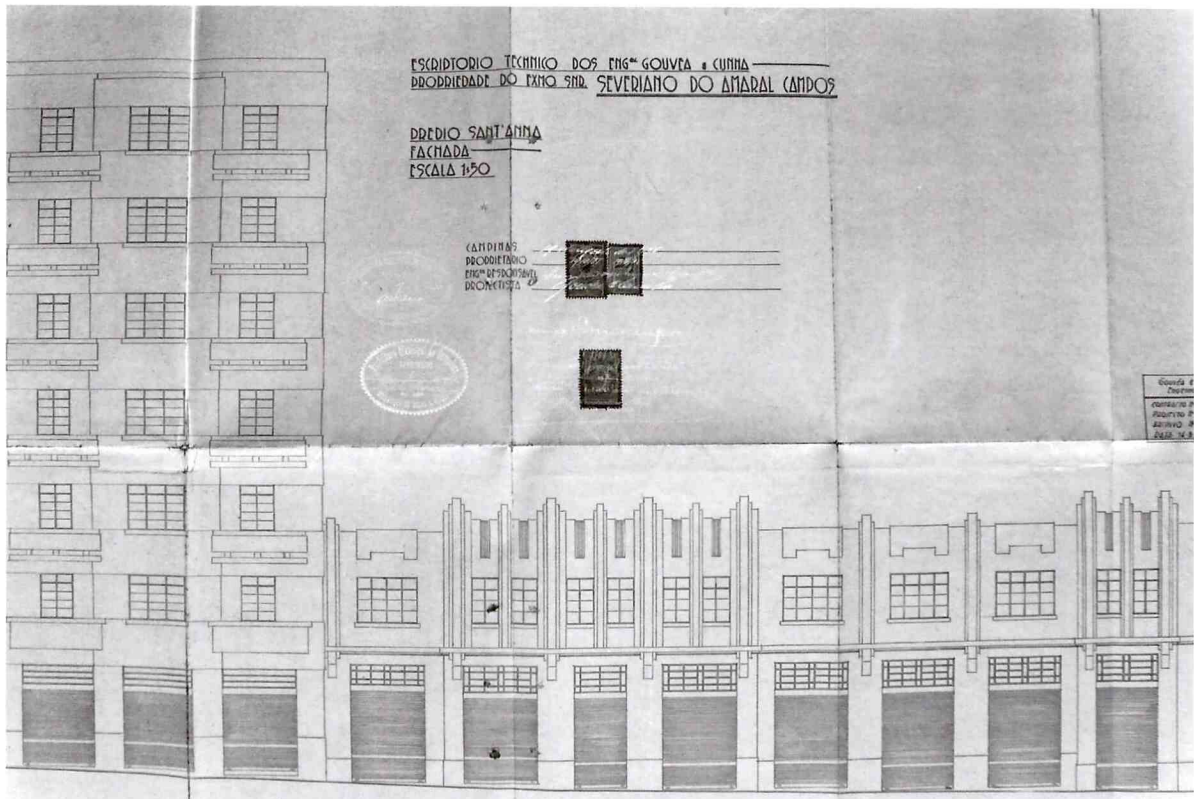
Os abaixo assignados, engenheiros architectos, vem requerer a V. Excia mandar a Directoria de Obras e Viacção expedir o alvará para a demolição do prédio sito à rua Barão de Jaguará, 1132 e 1338, de propriedade do snr. Severiano do Amaral Campos.

As plantas desenvolvidas no projeto de Lix da Cunha apresentam uma variação estética na parte térrea voltada para a rua César Bierrenbach, o que indica ser esta porção da edificação remanescente do projeto de Segurado.

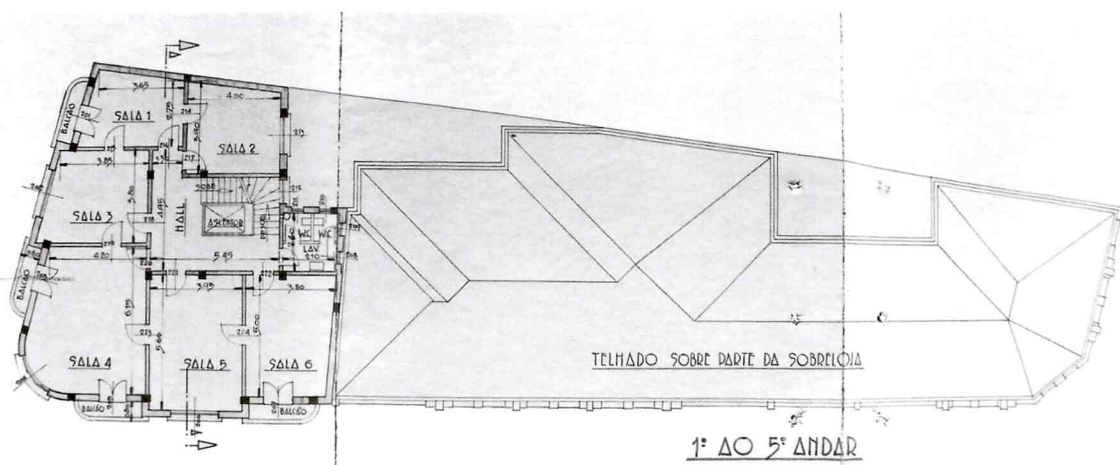
O projeto de Gouvêa & Cunha foi concluído em 14 de agosto de 1935, cinco dias depois que um novo protocolo fora encaminhado à Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura, requerendo sua aprovação. O alvará de construção foi expedido em 12 de setembro de 1935, tendo o *habite-se* sido concedido em 7 de julho de 1936.

A edificação apresentava uma solução vertical para um programa exclusivamente comercial: no térreo estavam dispostas sete lojas; na sobreloja, dezoito salas comerciais; e nos cinco pavimentos superiores, seis salas por andar. O acesso aos andares superiores era possibilitado pelo uso de um elevador de marca Atlas<sup>13</sup>. O pavimento térreo e a sobreloja ocupavam praticamente todo o lote, o que se traduz em uma área três vezes maior que a ocupada pela laje do pavimento-tipo. O edifício estava localizado na confluência da principal rua de comércio campineiro, Barão de Jaguará, com a rua César Bierrenbach. O pavimento da sobreloja era dividido em dezoito lojas e dois banheiros, enquanto os pavimentos-tipo contavam com seis salas comerciais e dois banheiros, sendo acessíveis por elevador e escada. Na cobertura encontrava-se a caixa d'água. A entrada desprestenciosa do edifício se fazia pela na rua Barão de Jaguará, por meio de uma porta dupla de madeira com vidros bisotados, que dava acesso ao simples e funcional *hall* do elevador. As paredes externas do andar térreo foram revestidas de granito polido até a altura de 1,5m, como maneira de conciliar praticidade e enobrecimento da fachada. Se o primeiro aspecto atendia a um receituário pragmático e moderno, o segundo ainda estava vinculado a uma postura projetual mais conservadora. Todavia, em relação ao conjunto total da obra parecem ter prevalecido as escolhas funcionais, técnicas e econômicas, sem excessos no acabamento, e a opção por uma estética asséptica.

Com uma linguagem estética desprovida de ornamentações e empregando materiais de acabamento sem sofisticação mas de qualidade, a edificação se sobressaía na paisagem, pelo porte e pelo interessante jogo volumétrico proporcionado pela alternância de saliências e reentrâncias produzidas pelas sacadas. Apesar do emprego do inovador sistema construtivo do concreto armado, a distribuição dos espaços internos vinculava as paredes divisórias e de vedação à localização dos pilares e vigas. A cobertura também mantinha a solução tradicional de telhas de barro e estrutura de madeira (Figura 5).



**FIGURA 5** – Folha nº3 do projeto nº 182, de Gouvea & Cunha – elevação do edifício Santana, voltada para a rua César Bierrenbach.  
 Nota: Observe-se a diferença de linguagem estética da loja e sobreloja, existentes antes do projeto de Lix da Cunha, bem como a semelhança com a perspectiva de Segurado, na Figura 4.  
 Fonte: Arquivo Municipal de Campinas.



**FIGURA 6** – Planta do pavimento-tipo, projeto nº182 de Gouvea & Cunha. Edifício Santana.  
 Fonte: Arquivo Municipal de Campinas.

Segundo o memorial descritivo apresentado à Prefeitura pelo escritório de engenharia Gouvêa & Cunha, o edifício seria construído de acordo com as seguintes especificações: estrutura de concreto armado (fundações, colunas, vigas e lajes); paredes de alvenaria de tijolos; revestimento externo: argamassa de cimento raspado; cobertura: estrutura de madeira, telhas de barro tipo francesa, calhas e condutores de ferro galvanizado nº 24; piso: tacos de madeira (*parquet paulista*) de peroba rosa nas salas comerciais; corredores e WCs: piso com ladrilhos tipo “ceramit”, paredes revestidas até altura de 1,50m de azulejos importados brancos; escadas: concreto armado revestido de mármore branco nacional, balaustrada de ferro, corrimão de madeira, soleiras de mármore branco nacional; portas internas: madeira cedro; porta de entrada: com vidros bisotados; fachada revestida de granito polido até a altura de 1,50m (granito artificial); elevador Atlas: lotação para nove passageiros (Figura 6).

Todos os cálculos do projeto estrutural acompanhavam o projeto arquitetônico, ambos desenvolvidos pelo engenheiro Lix da Cunha. Por conta desse projeto, Lix da Cunha recebeu, em 1968, o primeiro título honorífico de doutor em engenharia concedido a um estrangeiro pela instituição *Rose Polytechnic Institute*. Desde a fundação da instituição, em 1871, até esse momento, somente 32 ex-alunos tinham recebido títulos semelhantes.

Em síntese, o edifício Santana, construído pelo escritório técnico de engenharia Gouvêa & Cunha, sob encomenda do empresário Severiano do Amaral Campos, inaugurou o processo de modernização do espaço urbano de Campinas. Com um programa funcional exclusivamente comercial e adotando uma linguagem estética que valorizava o jogo volumétrico em detrimento da aplicação de elementos decorativos ornamentais, o edifício simbolizava um ideário de modernidade vinculado ao progresso industrial que se consolidava juntamente com a implantação do plano de urbanismo.

## NOTAS

1. Texto apresentado no 9º Seminário Docomomo realizado em Brasília no período de 7 a 10 de junho de 2011.
2. “Registrou-se neste exercício a construção pelo engenheiro Lix da Cunha do 1º arranha-céu da cidade (edifício de concreto armado ainda com 8 pavimentos)” (Campinas, 1936; 1939b, p.53).
3. Mais dados sobre o edifício, como área construída (Homem, 1984, p.87).
4. Sobre o tema, vide Leonídio (2007, p.40).
5. As seis perguntas foram: 1. Como justifica a existência do arranha-céu? / 2. Acredita que o arranha-céu tende a se fixar nas grandes capitais? / 3. Julga o arranha-céu susceptível de receber novas manifestações arquitetônicas? / 4. Qual o processo de construção que convém ao arranha-céu? / 5. Em que estilo deve ser tratado o arranha-céu? / 6. Acha o arranha-céu compatível com o nosso ambiente? (Leonídio, 2007, p.40).
6. Lúcio Costa até a data da entrevista não havia sido nomeado para dirigir a Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), o que só ocorreria em 1930. Sua produção arquitetônica era nesse momento vinculada ao movimento neocolonial. Sobre a primeira pergunta, assinalou que fatalmente todas as grandes cidades modernas teriam que aceitar esse partido de construção.
7. Angelo Brunhs presidiu o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) no biênio 1932-33. Foi responsável, juntamente com José Cortez, pelo projeto do Instituto da Educação, edificação neocolonial de 1928.

8. Joseph Gire foi responsável, juntamente com Elisiário da Cunha Bahiana, pelo projeto do edifício A Noite.
9. Cypriano de Lemos presidiu o IAB no biênio 1928-29.
10. Archimedes Memória possuía um dos escritórios mais importantes da capital. Foi professor da cátedra de Composição de Arquitetura, desde 1921, para as turmas do 4º, 5º e 6º ano do curso especial de Arquitetura. Foi nomeado para dirigir a ENBA após a curta gestão de Lúcio Costa, ex-aluno e estagiário de seu escritório em 1922.
11. Escritório de engenharia Hoche Néger Segurado, situado na rua Barreto Leme, 1049. Escritório Técnico de Engenharia Gouvêa & Cunha, situado na rua Gal. Osório, 981, em Campinas, e na rua Líbero Badaró, 51, em São Paulo.
12. “Em matéria de urbanismo, para Anhaia Mello, o segredo não era a alma do negócio, mas, sim, a ampla publicidade, “porque ninguém tem mais direito de conhecer antecipadamente os detalhes do negócio do que o capitalista, que é o público” (Somekh, 1997, p.45).
13. Elevadores Atlas, em 1918, uma pequena oficina situada em São Paulo, no bairro Canindé, era responsável pela instalação e manutenção de elevadores importados. Em 1935, a pequena oficina se transformou em indústria, sendo criada a marca Atlas de elevadores. (www.atlas.schidler.com — acesso em 23 jun. 2010). Sobre elevadores em São Paulo, vide também Somekh (1997, p.73).

## REFERÊNCIAS

- CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. *Código de Construções*. Campinas: Typografia da Casa Genoud, 1935a.
- CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. Diretoria de Obras e Viação da *Protocolo nº 4.617 de 1 de agosto de 1935*. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, 1935b.
- CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. Relatórios dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1934 apresentado ao Conselho Consultivo desta Cidade e ao Departamento de Administração Municipal pelo prefeito José Pires Neto. Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1936.
- CAMPINAS a princesa D'Oeste do Estado de S.Paulo. *Correio Popular*, de 3 de setembro de 1939a. p.34
- CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. Relatórios dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1936 apresentado à Câmara Municipal desta cidade pelo prefeito João Alves dos Santos. Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1939b.
- HOMEM, M.C.N. *O prédio Martinelli: a ascensão do imigrante e a verticalização de São Paulo*. São Paulo: Projeto, 1984.
- LEONÍDIO, O. *Carradas de razões: Lúcio Costa e a arquitetura moderna brasileira*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007.
- MELLO, L.A. *Problemas de urbanismo: bases para a resolução do problema técnico*. São Paulo: Instituto de Engenharia de São Paulo, 1929.
- SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. *Código de Obras Arthur Saboya*. São Paulo: Sociedade Técnica & Commercial Ltda, 1930.
- SERÁ instalada hoje a Camara Municipal. *Correio Popular*, Campinas, 17 jul. 1936.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

## RESUMO

O artigo trata da construção do edifício modernista Santana, em 1936, situado em Campinas, estado de São Paulo. Contando com apenas seis pavimentos de altura, o edifício tornou-se um ícone de modernidade, sendo laureado publicamente com o título de primeiro arranha-céu da cidade. Sua construção inaugurou o processo de modernização do espaço urbano da cidade, que já vinha sendo delineado através da implantação de um plano de urbanismo elaborado a partir de 1934 com a contratação do urbanista Prestes Maia pela prefeitura do município. O edifício foi projetado e construído pelo engenheiro civil Lix da Cunha, responsável por um dos mais respei-

tados escritórios de engenharia da cidade. O edifício, de arquitetura asséptica e linguagem estética do *art déco*, projetado com um novo sistema construtivo de concreto armado e dedicado exclusivamente a uso comercial, estabeleceu um marco físico e simbólico no processo de transformações pelas quais a cidade passava. A cidade, que da segunda metade do século XIX até princípio do século XX fora importante centro econômico do país e responsável pela produção da maior parte do café exportado, superara os problemas econômicos advindos da crise de 1929 e as sucessivas oscilações do mercado do café, incentivando um processo de industrialização que alteraria por completo sua paisagem física. A imagem de progresso e modernidade que a cidade buscava transmitir estava indubitavelmente aliada à arquitetura do Santana. Ter como endereço comercial o edifício Santana denotava aos profissionais locatários ou proprietários *status* de modernidade.

**PALAVRAS-CHAVES:** Arquitetura modernista. Arranha-céu. *Art-déco*. Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas.

## **SANTANA, THE FIRST SKYSCRAPER IN CAMPINAS**

### **ABSTRACT**

*This article discusses the construction of the modernist building called Santana, in 1936, located in Campinas, 100 km from São Paulo, Brazil. The six-story building became a modern icon, publicly heralded as the first skyscraper in the city. Its construction opened the modernization process in the city's urban space which had already started with the implementation of a plan drawn up by an urbanist, Prestes Maia, hired by the city hall, in 1934. The building was both designed and built by the civil engineer Lix da Cunha, who graduated in 1919 from Rose Polytechnic Institute of Terre-Haute, Indiana, USA and who was responsible for one of the most respectable engineering offices in town. The building, an example of clean architecture, without any ornaments, projected with a new concrete building system and dedicated exclusively to commercial use, established both a physical and a symbolic landmark in the transformation process which the city was undergoing. The city, which had been the main economic center of the country between the second half of the 19th century and beginning of the 20th, was the largest coffee exporter at the time, and having survived the 1929 crash, started the industrialization process which completely altered the physical appearance of the city. The image of progress as well as modernity, which the city was trying to transmit, was undoubtedly linked to the architecture of the Santana building. Having the building as a commercial address showed a status of modernity at the time.*

**KEYWORDS:** Modernist architecture. Skyscraper. *Art-déco*. Plano de Melhoramentos Urbanos of Campinas.



Artes Plásticas – Mix: Periscópio, Arte Cidade II.

BANGALÔ – SUBÚRBIO: A CIRCULAÇÃO INTERCONTINENTAL DE UMA NOVA CULTURA  
DA HABITAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX | Maristela da Silva Janjulo

Doutoranda | Universidade de São Paulo | Instituto de Arquitetura e Urbanismo  
Av. Trabalhador São-Carlense, 400, 13566-590, São Carlos, SP, Brasil  
*E-mail: marijan@sc.usp.br*

# **BANGALÔ – SUBÚRBIO: A CIRCULAÇÃO INTERCONTINENTAL DE UMA NOVA CULTURA DA HABITAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

## **INTRODUÇÃO**

Introduzido como um fenômeno de massa, o bangalô baseou-se em uma imagem burguesa do mundo — um ambiente separado, privatizado. Como parte da reação à cidade, houve a mudança para casas unifamiliares, predominantemente térreas, no subúrbio [...] é o que o bangalô representa nos países ricos, industrializados, capitalistas do 'Norte'. Simultaneamente, no assim chamado mundo em desenvolvimento do 'Sul', na Ásia, África e América Latina, a introdução do 'moderno' bangalô resultou da penetração nestes países da economia de mercado e de gostos, estilos e padrões de vida 'ocidentais' ou 'burgueses'. A forma moderna de se morar, da qual o 'bangalô europeu' foi uma forma preliminar e os subúrbios, o cenário, com o consumo de bens em uma economia em expansão, contrasta com o ambiente tradicional que gradualmente substitui (King, 1995, p. 260).

Para entender esse estilo de vida e a domesticidade que se impõe, é necessário compreender a emergência da economia e cultura globalizadas.

Novos mercados eram necessários para os produtos das indústrias, que se sofisticavam a partir da década de 1880. Novos sistemas de produção e infraestrutura tornavam-se necessários nas regiões provedoras de matérias-primas. Multiplicavam-se as demandas do mercado internacional e assim multiplicavam-se também os negócios. Com a revolução tecnológica,



particularmente nos meios de transporte, as cidades tornaram-se muito semelhantes. Cidades cujas elites locais concentravam-se em áreas residenciais afastadas reproduziam, nos países em desenvolvimento, a estrutura urbana e o estilo de morar dos países desenvolvidos.

As principais condições para a criação dessa cultura urbana surgiram nas três décadas anteriores a 1914. Por todo o mundo, as novas tecnologias estavam sendo introduzidas, assim como circulavam ideias sobre sanitarismo, habitação, planejamento e saúde. Uma nova cultura, que se expressava não apenas em termos econômicos, sociais e políticos, mas também espaciais, deixava sua marca nas cidades e na maneira de viver de seus habitantes.

Nos países da América Latina, estreitavam-se os laços econômicos com os grandes países industrializados. A economia se transformava, ocorrendo a assimilação de gostos, estilos e padrões de vida burgueses<sup>1</sup> importados.

A antiga estrutura demográfica alterava-se quantitativa e qualitativamente. Surgiam novas possibilidades de ascensão social. O fenômeno social mais marcante e significativo dessas cidades foi o crescimento e transformação das classes médias<sup>2</sup>, que foram as principais responsáveis pela renovação das formas de vida urbana.

### O BANGALÔ: DA ÍNDIA À INGLATERRA

A palavra “bungalow”<sup>3</sup> originalmente se referia a um tipo de habitação colonial do leste da Índia: uma casa térrea, com cômodos bem ventilados abertos para um *hall* central arejado, com telhado pouco inclinado e varandas em todas as fachadas.

Esse tipo de habitação migrou para a Inglaterra. Até aproximadamente 1914, o bangalô<sup>4</sup> situava-se na área rural: tomando a aristocracia como exemplo, as classes média e alta urbanas procuraram um refúgio no campo. A segunda casa<sup>5</sup> permitia fugir não apenas do ar poluído e das condições degradadas das cidades, mas também do *stress*, da rotina e das convenções da vida urbana.

No início, essa segunda casa seria utilizada temporariamente no verão, e, a partir dos anos 1880, também para o *weekend*<sup>6</sup>. A “fuga da cidade” aliava-se ao ideal da “simplificação da vida”<sup>7</sup>.

Porém, na primeira década do século XX, muitas áreas do campo tornaram-se subúrbios das cidades, e a “síndrome da volta à natureza” passou a aplicar-se à casa do subúrbio, de onde todos os dias se vai e se volta do trabalho. O bangalô faz parte desse contexto, tornando-se a habitação característica do subúrbio, onde habitam famílias cada vez menores, resultantes de uma impressionante queda na taxa de natalidade na Grã-Bretanha no período 1890-1910 (King, 1995, p.126).

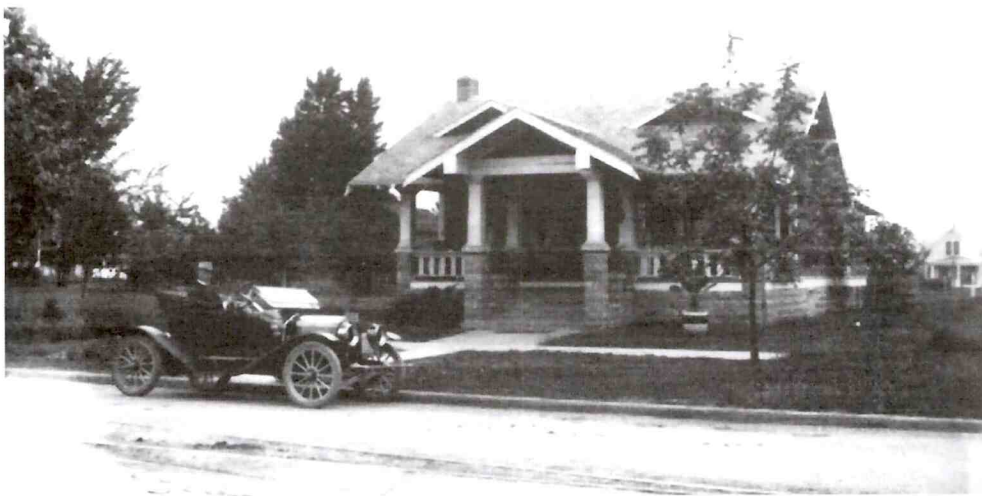
### ESTADOS UNIDOS

Se as origens do bangalô moderno estão na Inglaterra, foi nos Estados Unidos que ele se desenvolveu plenamente, chegando através de conexões que incluíam livros, jornais e revistas<sup>8</sup>, a partir do início do século XX, e principalmente após 1905. Dezenas de livros e

artigos eram publicadas sobre o bangalô, além de periódicos técnicos e novas revistas destinadas à classe média, como *House and Garden*, *House Beautiful*, *Ladie's Home Journal*<sup>9</sup> e *Keith's Beautiful Homes Magazine*.

Entre as revistas, destacava-se *The Craftsman*, que divulgava o movimento social e estético *Arts and Crafts*<sup>10</sup>. No início do século XX, o movimento *Arts and Crafts* americano,<sup>11</sup> de maneira informal, adotou o bangalô como a casa *Craftsman* ideal<sup>12</sup>, conforme implícito no próprio subtítulo da revista: “uma revista mensal ilustrada para a Simplificação da Vida”.

Nos Estados Unidos, essa forma de habitação também marcou presença na configuração do subúrbio moderno, como na Inglaterra. Anteriormente acessíveis apenas às classes de maior poder aquisitivo, os subúrbios tornaram-se uma realidade para a classe média, com grandes e lucrativos investimentos na sua criação. A seguir, a produção em massa do automóvel tornou ainda mais atraentes esses locais (Figura 1).



**FIGURA1** – O binômio bangalô-automóvel, já presente em 1912 nos Estados Unidos.  
**Fonte:** Kreisman e Mason (2007, p.180).

Apesar de existir em grande número na costa leste e no meio oeste, foi na Califórnia que a “explosão suburbana” aconteceu<sup>13</sup>: Los Angeles, no início do século XX, tornou-se o protótipo da metrópole fragmentada, com milhares de habitações unifamiliares espalhadas por seus subúrbios. O típico bangalô californiano era feito em madeira, pintado nas cores verde, marrom ou cinza. Internamente, uma das características mais marcantes era a planta aberta: a sala de estar, ligada por um arco à de jantar, tornou-se o centro da vida familiar: “Se a sala de estar informal não se originou com o bangalô, ali ao menos desenvolveu todo seu potencial, [...] tornou-se o núcleo, o coração da casa, ordenando sua pulsação e o fluxo de vida que a animava. [...] o estar normalmente se abria para a varanda ou terraço, para onde suas funções eram transferidas quando o tempo permitia”(Lancaster, 1985, p.241).

Nos livros de bangalôs, como o de Wilson (2006), havia exemplares com características externas diversas, confirmando que esse tipo de habitação não se constituía em um “estilo”, com determinados estilemas<sup>14</sup> a serem reproduzidos, mas em um tipo de habitação

informal, simples, confortável, de baixo custo e adequado a seu morador. Poderia ter diferentes conformações externas, de acordo com o local a ser construído, procurando inspiração na arquitetura vernácula, ou em apenas uma tradição criada, um passado reinventado<sup>15</sup>.

Era, pois, uma maneira moderna de viver no início do século XX, materializada no subúrbio: um novo estilo de vida da classe média, centrado na família nuclear.

## BRASIL

Em São Paulo, também a formação de subúrbios se iniciou no final do século XIX. “Em 1890 [...] São Paulo já começara a expandir-se em todas as direções, a partir de sua colina central<sup>16</sup> [...] a noroeste, a zona de chácaras subdivididas de Santa Efigênia e Campos Elíseos claramente denunciava então a cultura e os interesses urbanos da elite em ascensão [...] (Morse, 1970, p.355).

A ocupação do espaço além do triângulo central, pela alta burguesia, se deu a partir de Higienópolis<sup>17</sup> em direção à Avenida Paulista<sup>18</sup>, no espigão, para prosseguir pelas vertentes a sudoeste até os Jardins, acompanhando a ascensão de “uma elite imigrante, industrial e comercial, destituída de tradições [...]. Ilustra também como o ideal de uma classe de lazer tranqüila, culta, afrancesada, implícito no nome ‘Campos Elíseos’, cedia o lugar à imagem anglo-saxônica de uma plutocracia dinâmica, trabalhadora, endinheirada, dedicada ao lar, e dada aos esportes e ao conforto — imagem popularizada pelo urbanismo de Barry Parker” (Morse, 1970, p. 357)<sup>19</sup>.

A “expansão concêntrica (de São Paulo) ocorreu com grande rapidez através da atuação de transações particulares e companhias de loteamento com fins lucrativos, sem os auspícios de regulamentações de zoneamento ou qualquer plano controlador” (Morse, 1970, p.355). Às companhias loteadoras juntou-se a atuação das concessionárias de serviços públicos.

A *Light*<sup>20</sup> teve o monopólio de vários serviços públicos, como a iluminação das ruas e o transporte urbano, tornando-se a companhia um “Estado dentro do Estado” (Pereira, 2002, p. 92). Foi o maior agente especulador, tendo o poder de manipular a valorização do solo urbano em associação com particulares, inclusive com grande parcela da elite paulista, e comprometeu o desenvolvimento da cidade, criando partes desconexas (Sevcenko, 2003, p. 122).

Foram criados novos bairros elegantes para as famílias de classe alta que haviam abandonado os centros tradicionais, saturados desde o final do século XIX com atividades comerciais e administrativas. Na década de 1920, os novos loteamentos foram divulgados nas primeiras páginas dos grandes jornais, agora acompanhados dos anúncios de outro produto — o automóvel norte-americano.

A Companhia *City* foi a mais importante urbanizadora em São Paulo nesse período, com loteamentos destinados às classes abastadas. O Jardim América, primeiro subúrbio-jardim da cidade, foi criado nos anos 1910. O arquiteto inglês Raymond Unwin começou a desenvolver a planta do loteamento, depois retomada por seu colega Barry Parker. Ambos mantiveram uma sociedade até 1914 e, juntos, planejaram a primeira cidade-jardim, Letchworth, em 1902<sup>21</sup>.

O Jardim América foi implantado em terrenos planos, pertencentes à planície de inundação do Rio Pinheiros. Sem grandes atrativos naturais, haveria a necessidade de criá-los, através de um traçado interessante, misto de composição clássica e pinturesca. As ruas curvas adicionavam certa variedade ao desenho, calcado em eixos ortogonais e diagonais, de inspiração barroca; formava-se um desenho quase simétrico “quebrado” por ruas curvas, criando vistas interessantes e recantos que faziam do bairro um refúgio na cidade:

As grandes avenidas bem arborizadas, extensos gramados em diversos formatos para recreação do público [...] dão ao jardim América uma aparência sugestiva e peculiar às residências dos Anglo-Saxões do outro lado do Atlântico. É verdadeiramente pitoresco e encantador o local e o único jardim do gênero existente no Brasil (THE CITY OF SÃO PAULO IMPROVEMENTS & FREEHOLD LAND, 1923, texto de apresentação).

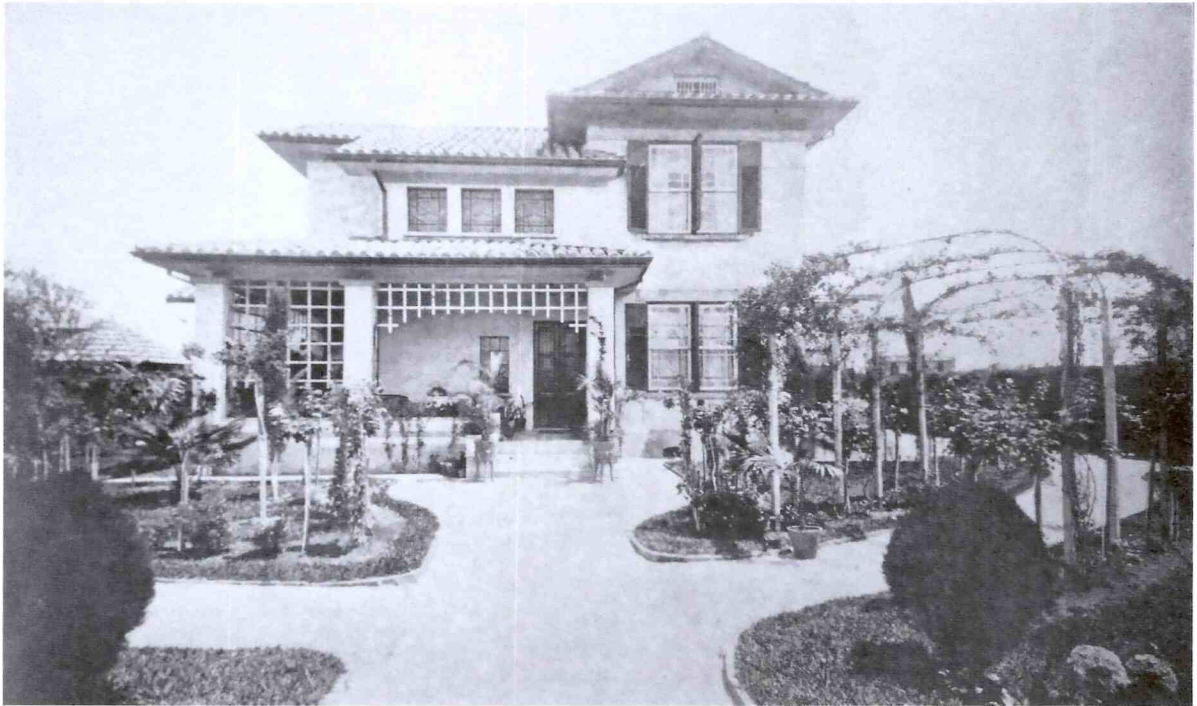
Casas localizadas no centro do lote e cercadas por jardins já existiam na cidade, porém de forma isolada, com algumas casas, em algumas ruas e avenidas. No entanto, todo um bairro planejado dessa forma, em que havia toda uma permeabilidade visual (Andrade, 1998, p.248), possibilitada ainda pela limitação na altura dos muros laterais — dois metros —, era uma novidade no conjunto da cidade. Era uma nova forma de morar, associada às cidades-jardins inglesas e aos subúrbios anglo-americanos do século XIX e início do XX.

Nas “cláusulas das servidões para o uso dos terrenos” (Andrade, 1998, p.247) que regulamentavam as construções no Jardim América, provavelmente elaboradas por Barry Parker, eram especificados os recuos em todas as laterais da casa, isolando-a no centro do lote<sup>22</sup>.

O padrão dos loteamentos da Companhia *City* foi tão bem recebido, que empreendimentos das concorrentes passaram a incorporar as características do bairro-jardim, como o Jardim Europa, implantado em 1921.

A arquitetura do Jardim América representou um novo padrão de moradia. Apesar da aparência externa bastante variada, se outro aspecto for levado em consideração, ela constituiu uma unidade: é uma nova forma de morar — moderna —, para a qual o bangalô foi um dos modelos, e os subúrbios, o cenário. Um novo estilo de vida assimilado pela classe média, que se expandia e comprava sua casa própria no novo bairro, que se tornará símbolo de elegância, pois o Jardim América não era um bairro de elite, ao menos em seus primeiros tempos<sup>23</sup>. A classe média encontrou ali seu refúgio, financiado pela própria Companhia *City*.

A crônica da época já tratava dessa arquitetura de classe média, bastante variada: “Na arquitetura, o *Art Nouveau* já morrera. Construtores licenciados faziam modestas moradias enfeitadinhas [...]. Procura-se restaurar, sem sucesso, o estilo colonial mal imitado. [...] Mas interessantes eram agora as residências “bungalow” com “bow windows” e confortáveis mobílias “chippendale”, cômodas poltronas de couro, tapetes grossos, paredes e tetos lisos, um quadro e uns pratos na parede”<sup>24</sup>. Eram casas simplificadas, mas confortáveis. Bangalôs ou sobrados bem iluminados por várias janelas, abertos aos jardins, sempre presentes, pois houve uma libertação dos limites do terreno<sup>25</sup>.



**FIGURA 2** – Casa na Rua Equador, Jardim América.  
**Fonte:** Álbum Jardim América.

Exemplo disso é a casa projetada pelo arquiteto Adhemar de Moraes<sup>26</sup>, na Rua Equador (Figura 2). A varanda constitui um espaço de transição entre o interior e o exterior: o jardim começa aí, com floreiras e suportes para as plantas, que criavam uma moldura no acesso à casa. Existe um caramanchão no jardim, outro espaço de estar e fruição. O viver de forma mais simples e em contato com a natureza se transfigura no habitar uma residência unifamiliar, isolada em um lote no subúrbio, em meio a um jardim doméstico<sup>27</sup>, cenário perfeito para se viver em torno da família, distante do barulho, da poluição e das multidões.

Inúmeros álbuns de bangalôs e revistas dirigidas ao público leigo auxiliavam as futuras moradoras a escolher a casa ideal, para família menor que a de poucas décadas atrás.

Em muitas dessas casas, a sala de estar, ligada por um arco à sala de jantar, substituiu a antiga e enclausurada sala de visitas, como também ocorrera nos Estados Unidos. Nos dias quentes, a varanda atuava também como ambiente de estar. O próprio jardim apresentava equipamentos para favorecer a permanência, constituindo-se em outro ambiente onde a família se reunia. Na copa, eram feitas as refeições mais informais, que predominavam.

Trata-se de uma nova cultura ligada à moradia, um estilo de vida centrado na família nuclear, adotado pela classe média. A família, vista como base do sistema social e sua instituição mais importante, era tida como fonte e solução da maioria de seus problemas<sup>28</sup>.

“Os segmentos médios foram, em São Paulo, o público-alvo predileto dos conselhos e campanhas publicitárias que previam o enfraquecimento da sala de visitas como zona de representação social e o seu fortalecimento como área de convívio familiar, íntimo e confortável, segundo o modelo inglês do *living room*” (Carvalho, 2008, p.165).

O conforto dos moradores passou a ser a prioridade, e não a exibição da casa a pessoas estranhas à família: “A casa em que moramos é justamente aquella que nos deve merecer o maior cuidado, não pela vaidade de apresentarmos a quem nos visita instalações bizarras ou luxuosas, demonstrando preocupações exibicionistas, senão porque o arranjo cuidadoso, quer exterior, quer interior da nossa habitação, tem uma justificativa imperiosa no facto de ser ali que vivemos dois terços da existência [...]” (A Casa, 1928, p.17).

A Casa<sup>29</sup> (Figura 3) foi uma das principais revistas que serviram de modelo à classe média na definição da moradia. Na revista, a casa é sempre definida como “o lar,” o local ideal para a existência<sup>30</sup>: um refúgio na cidade, principalmente para o homem cuja “carga” deveria ser suavizada quando retornasse do trabalho.



**FIGURA 3** – O lar.  
Fonte: A Casa (1924a, p.33).

Os bangalôs são frequentemente mencionados na revista, ainda com o termo em inglês, *bungallows*. São mostrados como uma casa pequena, para um público médio, e geralmente vendidos em várias prestações, associando-se a um estilo americano de morar, moderno: “No Rio, como em São Paulo, o estylo americano com todos os seus requintes de conforto, foi introduzido, garantindo a victoria do typo ‘bungalow’ para a pequena moradia. Nas residências mais abastadas, em que o architecto pode com mais liberdade estylisar a construção, o ‘colonial’ venceu, e lindos edifícios podem ser hoje observados” (A Casa, 1925, p.11)<sup>31</sup>.

O crescimento da classe média no Brasil e o incremento da propriedade individual da casa podem ser constatados pela quantidade de anúncios de casas e terrenos vendidos em prestações. De outro lado, loteamentos nos subúrbios tornam-se possíveis graças aos novos meios de transporte público<sup>32</sup>.

Pode-se perceber, inclusive, a tentativa de transmissão desse ideal às classes menos abastadas, não apenas à classe média<sup>33</sup>, como no anúncio (Figura 4) de lotes pagos em prestações mensais, no “aprazível bairro do Andarahy”, em que é mostrada uma imagem idílica de uma casa no subúrbio, em meio ao jardim, onde brinca uma criança.

ONDE FAZER O MEU LAR?



**TERRENS**

Vendem-se  
no aprazível bairro do Andaraí  
esplendidos lotes bem situados  
nas seguintes ruas:

Iraty, Indayassú, Barão de Vassouras,  
Pontes Corrêa, Maxwell, Ladislau Netto,  
Amaral, Barão de S. Francisco Filho,  
Barão de Mesquita e Uruguay.

Vendas a dinheiro ou a  
prestações até ao prazo  
de cinco annos.

TEL. N. 3259  
TRATA-SE NA RUA S. PEDRO, 132-SOB.

**FIGURA 4** – Ilustração da revista, com anúncio de lotes no bairro do Andaraí.  
Fonte: A Casa (1924b, p.4).

## CONCLUSÃO

Da Inglaterra aos Estados Unidos, da América ao Brasil, observa-se, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a circulação de padrões burgueses de habitação, com ambientes privados, contrapostos ao espaço público das novas metrópoles.

Tais ideias transitam entre os continentes e são apropriadas nos diversos locais a que chegam, como a parceria subúrbio-bangalô, presente nas grandes cidades, em uma espécie de reação aos efeitos que a intensa urbanização trouxera. Contrapondo-se à efervescência da vida nas ruas, criam-se esses “refúgios”, onde ainda seria possível uma vida “simples”, mas confortável e moderna. São refúgios abertos a jardins e fechados à cidade, próprios para seu “novo” habitante, morador de pequenas casas e recluso em seu subúrbio-jardim, o “oásis” na metrópole.

## NOTAS

1. Sobre a circulação das ideias relacionadas a essas formas modernas de vida (King, 1995, p. 259-263).
2. O acelerado desenvolvimento urbano após a guerra provocará a expansão do pequeno comércio nos centros mais importantes do país, assim como de pequenas indústrias. Há o aumento das antigas classes médias — pequenos comerciantes, artesãos, pequenos industriais, alfaiates, carpinteiros e sapateiros — e das novas classes médias, como funcionários públicos e assalariados. A urbanização ocorrerá simultaneamente ao crescimento da burocracia dos serviços públicos (Pinheiro, 1985, p.16).
3. Do híndi banglā, ou casa no estilo de Bengala.
4. A palavra *bungalow* (ou banggolo, com várias pronúncias) tem sido utilizada de várias formas, desde suas origens na Índia. Ali, para designar uma habitação para os colonizadores europeus, utilizaram-se critérios raciais, culturais e implicitamente políticos. Quando se transferiu à Inglaterra, na segunda metade do século XIX, o bangalô foi definido de diversas maneiras. A noção que prevalece hoje, de que o termo se refere a uma habitação térrea isolada, é muito simplificada. Inicialmente, quando foi introduzido, distinguia-se pela sua função, como casa para lazer e férias ou, algumas vezes, pelo seu tipo de construção (pré-fabricada ou não) e algumas vezes pelo seu desenho. Também pela sua localização — era uma casa para um local em particular: no campo, à beira-mar. Não é fácil estabelecer uma simples definição, indicando o que o termo significa. Na prática, na Europa e Estados Unidos referia-se a uma habitação isolada, às vezes com varanda, geralmente habitada por apenas uma família e locada em seu próprio terreno. Não era necessariamente térrea, no início (King, 1995, p.90).
5. Possível graças às novas ferrovias e, depois de 1900, também ao automóvel.
6. No Brasil, a ideia de passar o final de semana junto à natureza também pode ser observada (Morse, 1970, p.358) expõe: “Na realidade o fim de semana em um chalé ou bangalô suburbano, assim como as férias no Guarujá, Campos do Jordão ou Poços de Caldas, tornou-se uma instituição fixa para aqueles que se podem permitir tal. Originalmente uma simples mania, que Hollywood muito contribuiu para popularizar, o “fim de semana” vem se tornando cada vez mais uma fuga necessária do torvelinho e das tensões da existência na cidade. Inverteu-se a tendência para menosprezar a vida e a quietude do campo, tendência esta evidente depois de mais ou menos 1880 [...]”
7. O movimento pela simplificação da vida estava basicamente ligado à classe média, pregando o valor da vida no campo e do trabalho na terra, ao ar livre.
8. Inclusive *The Studio*, que publicou um artigo do arquiteto R.A. Briggs em 1894. Este publicou o primeiro livro de projetos para bangalôs na Inglaterra, *Bungalows and Country Residences*, que teve cinco edições entre 1891 e 1901, contribuindo bastante para a difusão desse tipo de habitação em ambos os lados do Atlântico.
9. Prova de que as ideias difundidas por essas revistas americanas circulavam também no Brasil é o anúncio da revista brasileira *A Casa* (1929, p.5), sobre a *Ladies' Home Journal*. A revista brasileira representava a americana e as assinaturas poderiam ser obtidas escrevendo-se para a redação no Rio de Janeiro. Existem muitos paralelos entre os assuntos tratados pelas revistas nos EUA e por *A Casa*, como a casa de classe média. A esta não era reservado muito espaço nas revistas técnicas de arquitetura existentes aqui. Revistas mais antigas, como *A Revista Feminina*, apresentavam alguns conselhos sobre a casa, principalmente em relação à decoração, mas faziam parte de uma miscelânea de assuntos, como as atuais revistas femininas.
10. Movimento desenvolvido na Inglaterra, a partir dos anos 1880.
11. O movimento *Arts and Crafts* atingiu sua maior popularidade nos Estados Unidos, de forma mais pragmática, sem a carga ideológica da Inglaterra, onde se iniciara. Os americanos diluíram os ideais do movimento ao não se manterem fiéis às suas mais profundas aspirações. Apesar disso, os produtos alcançaram um público muito maior ali do que em qualquer outro país. Os Estados Unidos tinham uma classe média numerosa, e assim, as condições para o “faça-você-mesmo” do *Arts and Crafts* prosperar.
12. Na prática, o bangalô *Craftsman* é muito diferente do modelo original da Índia. Havia até mesmo bangalôs de dois pavimentos. (Weissman, 1988, p. vi)
13. A Califórnia oferecia o cenário perfeito. Seus recursos, além do clima, incluíam uma provisão enorme de terra barata, acessível graças ao bonde elétrico. A introdução desse tipo de transporte nos Estados Unidos, no final dos anos 1880, foi uma das causas do crescimento dos subúrbios.
14. Estilema é um termo utilizado para designar as características de um estilo. É imprescindível certo número de estilemas para a classificação de um determinado estilo. Em certos casos, encontram-se estilemas de diversos estilos em uma mesma obra, gerando uma composição eclética.
15. Como é o caso do estilo *Missiones*, nos Estados Unidos, ou mesmo o Neocolonial no Brasil.
16. A Vila Buarque foi criada em 1890 (Segawa, 2000, p.109).
17. Data de 1893 a criação do primeiro *cottage square* paulistano, o bairro de Higienópolis (Morse, 1970, p.357).
18. A abertura da Avenida Paulista ocorreu em 1891.
19. Um observador da época relata: “Vista do alto, a cidade é como um mar em toda a grandeza da sua vitalidade crescedora, expansionista [...] Desta periferia



- lançam-se para os campos e colinas fronteiras, ruas em esboços, gavinhas da colossal trepadeira a enramar e a se estender incessantemente; arcabouço dos novos bairros, Bom Retiro, Barra Funda, Vila Deodoro, Perdizes, Santana, etc. que o bonde elétrico, o telefone, a iluminação e a rede de esgotos vão incorporando gradualmente ao núcleo central, num trabalho inflexível de aglutinação e de apropriação definitivas (Passos & Emídio, 2009, p.38).
20. Sobre a *Light*, ver o artigo escrito por Victor da Silva Freire, “O Futuro Regimen das Concessões Municipaes na Cidade de São Paulo”, publicado na Revista Polytechnica, n.º60, X.º volume, outubro de 1919, p. 259-334, onde o autor coloca que: “Graças à superioridade do seu jogo em relação ao meio, mercê do valor das suas cartas sobre o daquellas que a Prefeitura podia ter em mãos, conseguia a ‘Light’ ganhar a partida no momento em que se estabelecia em São Paulo [...] não sabermos, nem mesmo aproximadamente, a que serviço, a que conforto e commodidades nos dão direito, os preços que lhes estamos pagando”, nas páginas 314-315, referindo-se ao Contrato de 1899 para distribuição de energia e iluminação.
  21. O desenho de Parker, em relação ao anterior de Unwin, realizado em abril ou maio de 1917, alterou o traçado das ruas, porém manteve sua estrutura básica, aumentando ainda o número de jardins internos às quadras e definindo a divisão em lotes (Andrade, 1998, p.247).
  22. O Código Sanitário de 1918 influenciou de modo decisivo a implantação e a volumetria das residências desse período. Introduziu noções de higiene nas habitações, ao reconhecer os benefícios propiciados pela ação bactericida do sol. Eram recomendados cuidados especiais quanto à implantação das edificações no terreno e à orientação das janelas. Essa orientação evitaria também a incidência direta dos ventos úmidos que ocorriam na capital paulista em certas épocas do ano. Os afastamentos dos limites do lote permitiriam uma insolação mínima diária. As prescrições do código foram tão importantes, que muitas foram endossadas depois pelo Código de Obras de São Paulo (Lei n.º 3.427, de 1929). Promulgado como Código Arthur Saboya em 1934, ele estabeleceu um novo padrão para as edificações residenciais paulistanas, pois definiu recuos mínimos frontais, laterais e de fundo a serem atendidos pelas construções particulares. As novas condições de afastamento entre as edificações, em busca de salubridade, sugerem certa influência dos critérios de implantação trazidos pelos loteamentos da Companhia City.
  23. O fato de a companhia vender os terrenos a prazo e também de conceder financiamentos para a construção tornou o loteamento acessível às camadas médias, compostas de profissionais liberais, funcionários de grandes empresas e comerciantes, entre outros. Estendiam-se, assim, a outras camadas sociais as possibilidades, antes restritas à elite, de morar em um bairro diferenciado.
  24. Embora a crônica não esteja datada, provavelmente seja de 1922, pois o livro, logo em seguida, traz uma crônica sobre a Semana de Arte Moderna (Americano [193-]).
  25. Essas casas menores e mais simples, de fácil manutenção, sem a necessidade de tantos empregados domésticos, tornaram-se possíveis devido ao fato de vários produtos alimentícios já serem beneficiados fora da casa, como doces, arroz, massas, pães, banha de porco, queijos e linguiças. Aliado a esse fator, houve o aparecimento de novos equipamentos para a casa, como os fogões a gás e posteriormente as geladeiras elétricas. Graças à expansão de vários tipos de serviços, como as entregas domiciliares de gêneros diversos — o leite, a manteiga, o pão — e as lavanderias que buscavam e entregavam as roupas, tornou-se possível a localização da moradia nesses subúrbios distantes do centro da cidade.
  26. O arquiteto era bastante conhecido à época. Sobre ele (Janjulio, 2009, p.291-305).
  27. Segundo Bruno (1984, p.1331): “O gosto pelos jardins particulares — que era de certa forma coisa tradicional em São Paulo — se desenvolveu e tomou novas orientações depois que as residências aristocráticas emigraram mais decisivamente do centro e suas adjacências para os bairros afastados em que houve mais espaço para cada casa. [...] mesmo em certas áreas afastadas e não aristocráticas, já em 1929 notava um observador o gosto pelo jardimzinho particular”.
  28. Havia a predominância da organização do tipo nuclear nas famílias paulistanas à época, reforçada pelo fato dos filhos deixarem a casa da família quando se casavam, para constituírem um domicílio independente (Carvalho, 2008, p.309).
  29. No *boom* das novas publicações dos anos 1920, surgiu a revista *A Casa*. Sua análise é importante, pois se trata da primeira revista destinada ao público leigo de classe média, e não apenas aos profissionais. Isso fica claro nas casas mostradas — de tamanhos pequeno ou médio —, sem a sofisticação dos palacetes das classes mais abastadas. Apesar de publicada no Rio de Janeiro, isso não invalida tal fonte documental, já que o alcance da publicação não ficava circunscrito à capital do país; *A Casa* era vendida em São Paulo e a cidade foi objeto de vários artigos. A importância da revista não se deve tanto aos edifícios e projetos mostrados enquanto produção vinculada a determinados arquitetos, mas como modelo para a moradia de classe média. Em grande parte dos projetos, a autoria não é nem mesmo explicitada. A revista foi criada em 1923, pelo arquiteto Ricardo Wriedt. A periodicidade era mensal e as tiragens, a princípio de 4 mil exemplares, em 1940 atingiram 8 mil exemplares. A revista recebia contribuições de vários estados.

30. É a mesma concepção de casa formulada na época vitoriana, como local para se proteger do tumulto, da violência e dos males sociais encontrados nas ruas. De forma mais ampla, corresponde à cultura burguesa da habitação. Nascido na burguesia e difundido entre as classes trabalhadoras e outros grupos sociais, o lar vitoriano significava estabilidade, ordem e paz, o contraponto às incertezas do mundo exterior em constante transformação, o ponto de equilíbrio possível entre as esferas pública e privada (Correia, 2004, p.34).
31. O Neocolonial é inicialmente utilizado em grandes casas, de arquitetos conhecidos, feitas para clientes abastados. No final da década de 1920, com maior frequência, o Neocolonial foi apropriado pela classe média (Janjulio, 2009, p.238).
32. Percebe-se aqui a ligação entre a questão da moradia e da circulação. Sem o acesso a transporte público, seria impossível a localização da moradia nos subúrbios (Correia, 2004, p.34).
33. No Brasil, esta já era uma intenção antiga: gerir a vida do trabalhador, tornando-o mais sedentário, saudável, regrado, ligado à família e apto ao trabalho. A moradia seria a base para um novo trabalhador, pois se acreditava que as condições do meio, no caso a habitação, poderiam regenerar indivíduos abatidos, afeitos à marginalidade pela convivência em ambientes caóticos, superlotados e sujos. Esse discurso se articulou em uma gigantesca campanha de higienização e moralização das classes pobres no Brasil, a partir da década de 1890, principalmente. Sobre a discussão da moradia do trabalhador, ver Correia (2004, p.23-46).

## REFERÊNCIAS

- AMERICANO, J. *São Paulo nesse tempo (1915-1935)*. São Paulo: Melhoramentos, [193-].
- ANDRADE, C.R.M. *Barry Parker: um arquiteto inglês na cidade de São Paulo*. 1998. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- BRUNO, E.S. *História e tradições da cidade de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984. v.3.
- CARVALHO, V.C. *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material — São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Fapesp, 2008.
- CORREIA, T.B. *A Construção do habitat moderno no Brasil — 1870-1950*. São Carlos: RiMa, 2004.
- JANJULIO, M.S. *Arquitetura residencial paulistana dos anos 1920: ressonâncias do Arts and Crafts?* 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.
- KING, A.D. *The Bungalow: the production of a global culture*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- KREISMAN, L; MASON, G. *The arts and crafts movement in the pacific Northwest*. Portland: Timber Press, 2007.
- LANCASTER, C. *The American bungalow: 1880-1930*. New York: Abbeville Press, 1985.
- MORSE, R.M. *Formação histórica de São Paulo (de Comunidade a Metrópole)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- PASSOS, M.L.P.; EMÍDIO, T. *Desenhando São Paulo: mapas e literatura, 1877-1954*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.
- PEREIRA, M.S. The Time of the Capitals: Rio de Janeiro and São Paulo: Words, Actors and Plans. In: ALMANDOZ, A. (Ed.). *Planning Latin America's Capital Cities 1850-1950*. London: Routledge, 2002. p.75-108.
- PINHEIRO, P.S. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, B. (Ed.). *O Brasil Republicano*. São Paulo: DIFEL, 1985. Tomo III, v.2.
- A CASA. Segadas & Cordeiro, n. 4, 1924a.
- A CASA. Segadas & Cordeiro, n. 8, 1924b.
- A CASA. Segadas & Cordeiro, n.16, 1925.
- A CASA. Segadas & Cordeiro, n.56, 1928.
- A CASA. Segadas & Cordeiro, n.68, 1929.
- SEGAWA, H. *Prelúdio da metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do Século XIX ao XX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.
- SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- THE CITY OF SÃO PAULO IMPROVEMENTS & FREEHOLD LAND. *Jardim América*. São Paulo, [s.n.], 1923.
- WEISSMAN, A. Introduction to the Dover Edition. In: STICKLEY, G. (Org.) *Craftsman bungalows: 59 homes from "The Craftsman"*. New York: Dover Publications, 1988. p.v-vi.
- WILSON, H. L. *The Bungalow book: floor plans and photos of 112 houses, 1910*. Mineola, N.Y.: Dover Publications, 2006.

## RESUMO

No limiar do século XX, novas questões sobre a vida moderna transitaram entre os países, nos vários continentes, como sanitário, habitação, planejamento e saúde. A circulação de novas ideias tornou-se possível, entre outros fatores, devido ao incremento do comércio internacional, que levou a vários tipos de trocas, de caráter comercial, científico, cultural e social. Com a expansão da economia, a urbanização acelerada e o crescimento das cidades, observa-se, no final do século XIX, a constituição de subúrbios em áreas rurais das grandes cidades. Um tipo de habitação originário da Índia — o bangalô — se consolidará como a habitação suburbana por excelência, constituindo um ambiente privatizado e planejado para a família nuclear, contraposto ao espaço público. O presente texto analisa a migração dessa cultura burguesa de habitação, primeiro da Inglaterra para os Estados Unidos, e depois para o Brasil, com foco na cidade de São Paulo. Com o crescimento acelerado da cidade, os subúrbios também se constituirão em solução para a localização da moradia, basicamente unifamiliar. Serão criados vários subúrbios-jardins voltados para as camadas médias, tendo como modelo o Jardim América, da Companhia City, o precursor, nos anos 1910.

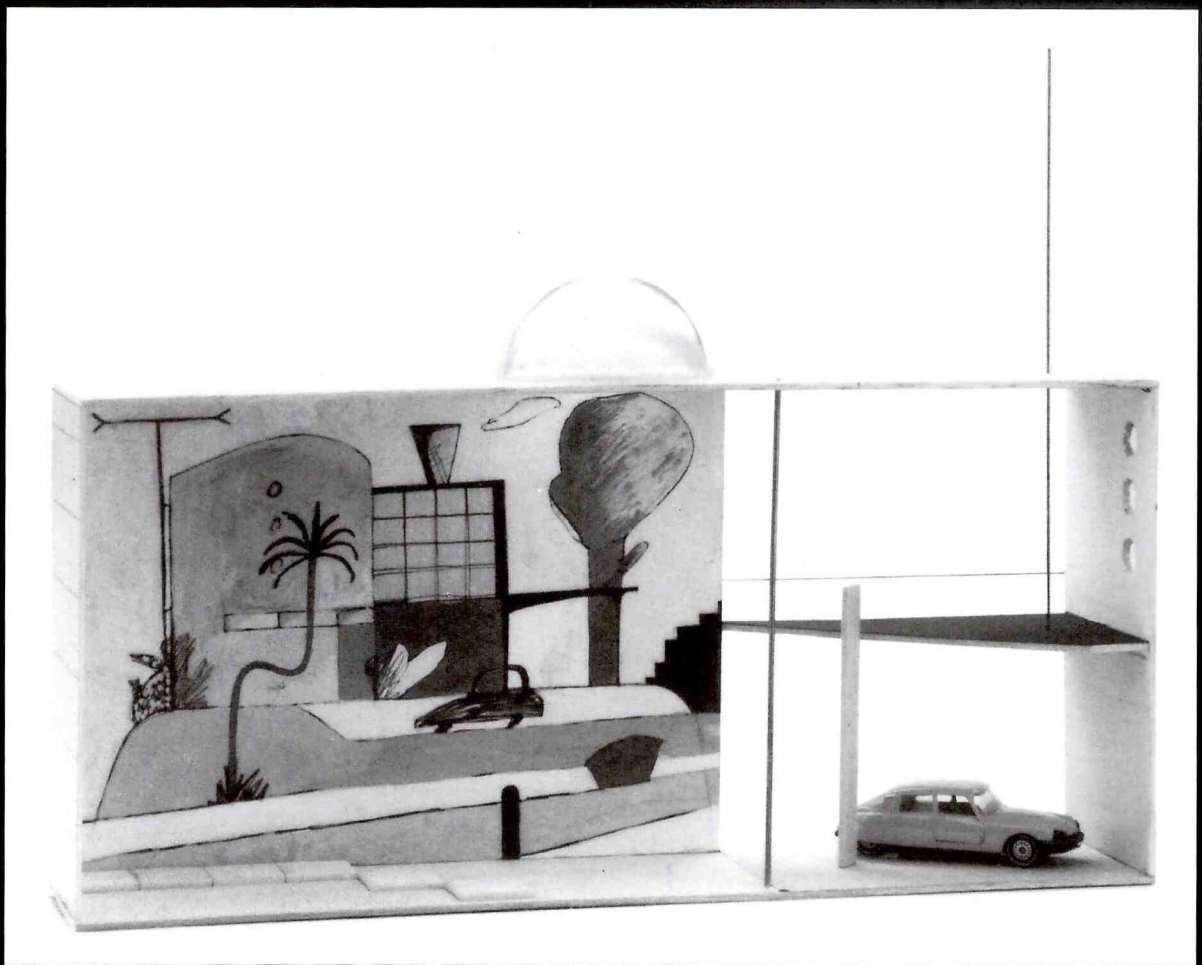
**PALAVRAS-CHAVE:** Arquitetura anos 1920. *Arts and Crafts*. Bangalô. Casa burguesa.

## ***BUNGALOW-SUBURBS: THE INTERCONTINENTAL CIRCULATION OF A NEW HOUSING CULTURE IN THE BEGINNING OF THE TWENTIETH CENTURY***

### ***ABSTRACT***

*In the beginning of twentieth century, new questions about modern life were moving from country to country, in the various continents. Sanitation, housing, planning and health are some of the subjects that were being discussed in the places they reached. This circulation of new ideas was possible, besides other causes, due to the increasing international trade, that led to various kinds of exchanges: commercial, scientific, cultural and social. With the rising economic growth, the expanding urbanization and the development of cities, suburbs arose in country areas in the end of the nineteenth century. A form of dwelling that came from India — the bungalow — becomes the characteristic urban house, a privatized environment, planned for the nuclear family, opposed to public space. This article analyses the migration of this bourgeois housing culture from Britain to the United States and then to Brazil, focusing on the city of São Paulo. With the increasing growth of cities, suburbs became the solution for housing location, mainly single-families. Many garden-suburbs were developed for the middle class, having as a model the precursor Jardim America from the company City, created in the 1910's.*

**KEY WORDS:** *Arts and Crafts*. 1920's architecture. Bungalow. Bourgeois house.



Artes Plásticas – Mix: Moderna casa, colagem no espaço.

HABITAR O PLANO PILOTO: 50 ANOS – ENTRE AS PRIORIDADES DEFINIDAS  
NO PROJETO E AQUELAS VALORIZADAS PELA POPULAÇÃO | Tânia Beisl Ramos

Pós-doutoranda | Universidade Técnica de Lisboa | Faculdade de Arquitetura  
Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design | R. Sá Nogueira,  
Pólo Universitário Alto da Ajuda, 1349-055, Lisboa, Portugal  
E-mail: [taniaramos@fa.utl.pt](mailto:taniaramos@fa.utl.pt)

# HABITAR O PLANO PILOTO: 50 ANOS – ENTRE AS PRIORIDADES DEFINIDAS NO PROJETO E AQUELAS VALORIZADAS PELA POPULAÇÃO

## INTRODUÇÃO

### A HERANÇA PORTUGUESA COMO INGREDIENTE DA SUPERQUADRA

Em *Registro de uma Vivência* (1995), Lúcio Costa menciona locais e imagens que viveu ou viu<sup>1</sup>, e que transpôs para a concepção urbanística de Brasília. Dentre essas influências, o arquiteto<sup>2</sup> menciona a “pureza da distante Diamantina dos anos 20”, cidade que reflete a herança portuguesa. A descrição que faz da cidade revela a surpresa de alguém que se vê desarmado diante de uma situação inesperada: o passado era “de verdade”, e o desconhecimento sobre aquela realidade, total. O texto aponta as coisas que Lúcio Costa vai contemplando, na sequência de trajetos que faz: as edificações, o sistema construtivo, a implantação urbana, as ruas, os detalhes das janelas<sup>3</sup>. O relato deixa transparecer seu estado de espírito, expresso na descrição detalhada e no modo afetivo com que se despede da cidade, quando, “do alto do campanário fica olhando os telhados, até escurecer”<sup>4</sup>. Os registros aquarelados do interior da Igreja do Carmo e do “Colégio com passadiço e janela de treliça no térreo” falam por si.

A tranquilidade encontrada na cidade colonial de Minas Gerais constitui uma referência, que o autor do plano urbanístico da nova capital procurou implantar nas áreas residenciais de Brasília (Costa; 2001). No *Registro*, Lúcio Costa explica como foi possível criar, na superquadra, uma atmosfera de bem-estar e serenidade como a de Diamantina, conjugando ingredientes diversos, e ainda conseguir estabelecer paralelis-

mos com uma cidade nova, planejada. A receita estava “à mão de semear”, mas os ingredientes, estes foram influenciados pelo caminho aberto pelas tradições encontradas na arquitetura portuguesa construída no Brasil — tradições que ele ignorava, e que viria a referir como uma “revelação”. Os estudos viriam a ter continuidade nos levantamentos realizados pelo autor em Portugal, nas décadas de 1940 e 1950. Lúcio Costa voltaria a Portugal uma vez mais, na década de 60, já depois da concepção do Plano Piloto.

### CONTRASTES

É, entretanto, visível o modo como a regularidade das superquadras contrasta com a irregularidade das cidades coloniais brasileiras, e em especial com o traçado concentrado de Diamantina. Nesse sentido, é importante salientar que o processo de urbanização português tinha como objetivo a adaptação da malha urbana à topografia local<sup>5</sup>.

Por um lado, verifica-se que, por meio desse processo, a rua assume a função de conexão entre pontos de referência e indicadores de vivência urbana, prevalecendo as alternativas de trajetos o mais diretos possível. Procurava-se a regularidade, intuía-se a racionalidade.

Por outro lado, nos terrenos estreitos estavam implantadas habitações que apresentavam diversidades tipológicas mínimas. A repetição volumétrica era uma constante, emoldurada pela vegetação, formando um conjunto arquitetônico colonial harmonioso (Cairo & Pessôa, 2007).

### O ENCADEAMENTO DAS SUPERQUADRAS

Características semelhantes às de Diamantina repetem-se nas superquadras.

Lúcio Costa irá inovar, ao sobrepor a estrutura tradicional colonial à vida urbana da superquadra. Irá rebater os argumentos de elevadas densidades, com definição das cérceas, e propor a implantação de blocos de alturas semelhantes sobre pilotis, em espaços que se conectam horizontalmente, no sentido Norte-Sul, ao longo de dois eixos de seis quilômetros em cada direção. A relação entre duas fileiras próximas (quadra 100 e 300, por exemplo) é feita por meio de ruas locais. Mas, entre pares de fileiras, essa relação esbarra em vias de maiores dimensões, no sentido Leste-Oeste. Os quadriláteros, emoldurados por “faixas verdes com árvores de porte”, estão organizados de modo a privilegiar o encadeamento de superquadras em cada fileira horizontal.

As superquadras têm, por si só, uma estrutura centrípeta. As edificações estão dispostas num grande espaço ajardinado e abrigam, de modo profundo no seu interior, os equipamentos escolares. Quem conheceu bem o conceito de superquadra<sup>6</sup>, ou aqueles que moram numa superquadra do Plano Piloto de Brasília, sabem que o objetivo de Lúcio Costa foi alcançado: a superquadra “funciona” (Ramos, 2006; 2009), apesar das planejadas unidades de vizinhança não terem sido construídas na totalidade<sup>7</sup>, como propunha o autor.

A unidade de vizinhança 107/108/307/308 Sul, declarada Patrimônio Cultural de Brasília<sup>8</sup>, durante muito tempo, foi única no Plano Piloto<sup>9</sup>. As suas características

funcionais e a proximidade dos equipamentos públicos pretendiam conferir aos moradores autonomia em relação à envolvente urbana, o que todavia não aconteceu.

## MÉTODOS

Quais são os aspectos prioritários para a população que reside na unidade de vizinhança, capazes de influenciar o modo como moram e interagem socialmente? A resposta foi obtida junto à população residente, de forma anônima, identificando-se apenas a superquadra e o bloco. O levantamento das opiniões foi obtido por meio de inquéritos estandardizados, realizados inicialmente nas superquadras que compõem a unidade de vizinhança analisada<sup>10</sup>. O estudo considerou as diferentes escalas — da área da unidade de vizinhança 107/108/307/ 308 Sul, da superquadra, do bloco e do apartamento<sup>11</sup>. Sessenta e dois moradores dos blocos das superquadras 107 (Blocos C, F, I), 108 (Blocos D, E, K), 307 (Blocos C, H, K) e 308 (Blocos D, E) responderam integralmente aos questionários. Os blocos pesquisados localizavam-se tanto próximos à entrada da quadra, quanto distantes, no interior da mesma.

Paralelamente, foram levantadas informações semelhantes em várias outras superquadras do Plano Piloto (Ramos, 2006), que não integram unidades de vizinhança e contam apenas com o comércio local presente nas entrequadras. A análise contou com o acompanhamento da evolução da cidade, por meio de bibliografia recente, imprensa, entrevistas aos moradores e visitas à cidade. Os dados analisados neste artigo relativamente à influência que exercem na vida em comunidade abrangem: a) o tipo convívio entre vizinhos, se formal ou informal; b) a segurança; c) os espaços públicos; d) a existência e a localização de equipamentos, comércio e serviços.

O estudo apoiou-se na análise estatística dos dados, recolhidos e ordenados em base de dados.

## PASSADO COLONIAL E MODERNIDADE

São as referências sobre o modo de vida e interação social, assim como a qualidade arquitetônica da cidade colonial mineira, que Lúcio Costa procurou transferir para as superquadras do Plano Piloto de Brasília. O efeito bumerangue está patente.

Reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco em 1997, Diamantina acolheu, na década de 50, três edifícios modernos, de autoria de Oscar Niemeyer: o Diamantina Tênis Clube (1950), a Escola Júlia Kubistcheck (1951) e o Hotel Tijuco (1951). O impulsionador foi o então governador do Estado e futuro presidente Juscelino Kubistchek, nascido na cidade. No futuro, o encontro entre os três protagonistas entraria para a história, com a construção da capital do país.

No Plano Piloto de Brasília, a superquadra é a unidade padrão reproduzível, que preenche as “asas” habitacionais da cidade e inaugura um novo modo de morar e viver. A intenção de definir um programa social está subjacente à sua concepção, porém não cabe aqui tal discussão.



A unidade de vizinhança 107/108/307/308 Sul, embora tenha blocos com alturas diferentes, exhibe a tipologia do bloco que irá predominar na maioria das superquadras<sup>12</sup>. Alguns blocos têm garagens que “engolem” o automóvel e liberam a superfície para áreas verdes e espaços de lazer, enquanto outros possuem estacionamento edificado em áreas contíguas aos blocos. A superquadra 308 Sul tornou-se modelo de implantação, contando ainda com jardins de Burle Marx no seu interior. Entre os vários equipamentos existentes, a unidade de vizinhança possui uma das primeiras edificações de Niemeyer, a Igreja Nossa Senhora de Fátima, que empresta o nome à rua comercial 107/108 Sul fronteiria, conhecida como Rua da Igreja (Figuras 1 e 2).

No interior das superquadras, o traçado viário curvo e irregular indica o abrandamento da velocidade. A superquadra foi concebida com base nos pilotis, de modo que a continuidade visual e topológica fosse o principal elemento de organização da área. Muito já se tem dito sobre o seu fechamento por meio de grades, áreas verdes e guaritas, por motivo de segurança. Contudo, embora esta seja uma das preocupações da população inquirida, não é a mais valorizada, tal como ocorre com os equipamentos especializados.

## A ORDENAÇÃO DE PRIORIDADES

Confirmando a concepção de Lúcio Costa, a população residente da unidade de vizinhança salienta como uma característica positiva a existência de equipamentos públicos coletivos, serviços e comércios na proximidade, facilitando a vida cotidiana. Porém, grande parte dessa comunidade não usufrui daqueles equipamentos: preferem os centros comerciais para as compras, frequentam os clubes na orla do Lago Paranoá, não frequentam os equipamentos escolares existentes, por exemplo. O objetivo consiste em frequentar os mesmos locais que as pessoas com quem se mantém (ou se pretende) vínculo de amizade, assim garantindo uma relação de privacidade e isolamento formal com os vizinhos diretos/mais próximos<sup>13</sup>.



FIGURA 1 – Esquema da Unidade de Vizinhança 107/108/307/308 Sul.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.



A – Bloco na SQS 308.



B – Espaço de transição/lazer entre as superquadras 307/308.



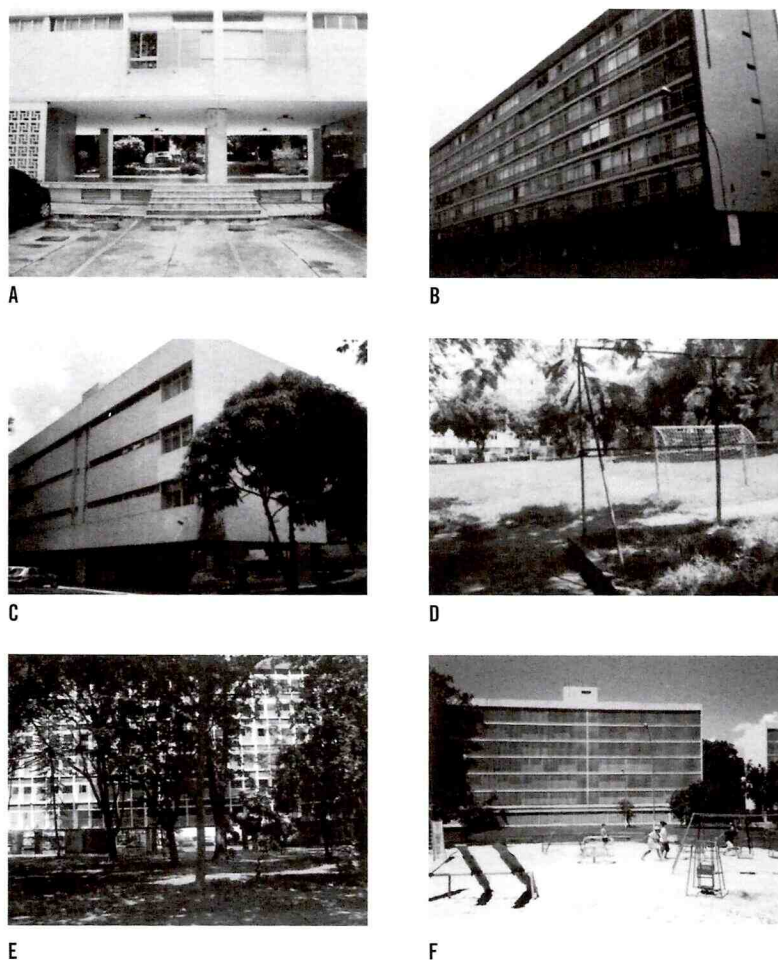
C – Escola-Parque.



D – Igreja Nossa Senhora de Fátima.

FIGURA 2 – Imagens parciais da Unidade de Vizinhança.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.



**FIGURA 3** – Imagens de superquadras diversas (A, B, C, D, E, F).  
**Fonte:** Arquivo pessoal da autora.

Trata-se de um resultado surpreendente, referido por uma população inserida em área urbana rica em alternativas de lazer, comércio e serviços. Observa-se uma tendência para o isolamento social no interior da habitação, que vem sendo combatido com iniciativas locais das respectivas prefeituras; voltar a usar o espaço público do interior da superquadra é promover o convívio social.

Curiosamente, é a proximidade entre superquadras vizinhas, por fileiras laterais (2 a 16 em eixos simétricos), que assume especial importância no uso do espaço, independentemente de estar inserida em unidade de vizinhança. Contam: os mais curtos/rápidos trajetos, a organização funcional, bem como a existência de jardins, parques infantis e equipamentos, em outras quadras próximas à de origem. A transferência do local de encontro para a envolvente acaba por promover algum convívio entre vizinhos de superquadras próximas. Contribui para isso o comércio local, já que as entrequadras comerciais estão presentes ao longo do Plano Piloto. Note-se ainda que a cidade-parque é também conservada localmente, a ponto de a prefeitura de cada quadra aí investir diretamente, seja com a manutenção ou com a execução de novas áreas ajardinadas no interior da superquadra.

Nessa ordenação, a segurança é um aspecto que, embora não prioritário, merece uma breve reflexão. É a escala do bloco<sup>14</sup>, como espaço de transição entre a área pública e o espaço privado do apartamento, o alvo das atenções. Essa escala do habitar destaca-se pela presença dos pilotis, onde o atravessamento é contínuo. As alternativas de trajeto são limitadas, pelo fato de não se querer pisar a grama; caminha-se pelas ruas modernas. Ou seja, se a superquadra é a “raiz” do Plano Piloto de Brasília, os pilotis são os “suportes” por meio dos quais os percursos pedonais são livremente traçados, promovendo conexões entre superquadras vizinhas (Figuras 3).

## ESTABELECENDO PARALELISMOS

O Plano Piloto de Brasília, inventado por Lúcio Costa, ordena elementos morfológicos que se repetem compassadamente do longo de seu traçado urbano. A repetição do quadri-látero e a repetição tipológica do bloco de altura semelhante estruturam a cidade de modo harmonioso. A população residente mostra-se satisfeita<sup>15</sup>.

A vegetação cresceu e emoldurou a área habitacional. O encadeamento de superquadras e respectivas entrequadras comerciais permitem o funcionamento de uma cidade quinquagenária, em expansão.

A construção das unidades de vizinhança é desejo geral. Mas as demais superquadras, ainda não inseridas em “bairros”, atuam como elementos de ligação capazes de promover o convívio de modo longitudinal, por meio da complementaridade de equipamentos numa escala mais ampla, contribuindo, assim, para a valorização do valioso conjunto arquitetônico e urbanístico em que está patente a influência da colonial e acolhedora Diamantina.

## NOTAS

1. Costa (1997, p.282).
2. *A ordonnance* de filiação intelectual francesa, os imensos gramados ingleses, os terraplenos, arri-mos e pavilhões com desenhos de implantação da China, as auto-estradas e viadutos americanos (Costa, 1997: 282).
3. Costa (1997, p.27).
4. “Diamantina” Costa, (1997, p.27).
5. Reis Filho (1994).
6. A autora foi residente nas superquadras de Brasília durante cerca de vinte anos.
7. Cada conjunto de quatro superquadras deveria constituir uma unidade de vizinhança. Para além desse conjunto, há o da SGHAN 604/605 Norte, cujo equipamento central é o clube de vizinhança.
8. Em 2009, o Governo do Distrito Federal elevou à categoria de patrimônio histórico cultural local a unidade de vizinhança modelo de Brasília, formada pelas superquadras sul 107, 108, 307 e 308, por meio do Decreto nº 30.303, de 27 de abril de 2009 (Brasil, 2009).
9. Inclui no seu interior o jardim de infância e a escola classe; e, nos espaços contíguos entre as quadras, a escola parque, a igreja, o posto de saúde, o cinema, o teatro, a área de comércio e o clube social. Recentemente, foi instalado o posto comunitário de segurança da unidade de vizinhança.
10. Ramos (2006).
11. As respostas tiveram por base a escala de 1 (péssimo), 2 (razoável), 3 (bom) e 4 (ótimo).
12. Algumas superquadras adotaram a tipologia da torre em “H” formalizando pequenos conjuntos construídos.
13. São os “convívios formais” que atingem valores mais elevados (80%). A referência permite a interpretação de que na superquadra predomina o isolamento entre moradores.
14. A análise distingue a escala residencial entre: unidade de vizinhança, superquadra, bloco e apartamento.
15. Com indicação de uma percentagem de 75% (Ramos, 2006).

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto nº 30.303, de 27 de abril de 2009. *Diário Oficial do Distrito Federal*, 28 abr. 2009.
- CAIRO, C.; PESSÔA, J. "Diamantina, MG" In: PESSÔA, J.; PICCINATO, G. (Org.) *Atlas de centros históricos do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
- COSTA, L. *Registro de uma vivência*. 2.ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1997.
- COSTA, M.E. *Com a palavra Lúcio Costa*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- RAMOS, T.B. *Os espaços do habitat moderno: evolução e significados. Os casos português e brasileiro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.
- RAMOS, T.B. *Superquadra: vida suspensa*. *Arquitextos* n.112. Texto Especial 552. 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp522.asp>>. Acesso em: 20 set. 2009.
- REIS FILHO, N. G. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil, 1500-1720*. São Paulo: PINI, 1994.

## RESUMO

Como refere Lúcio Costa, a superquadra é a "raiz" do Plano Piloto de Brasília. A agregação de dois pares de superquadras contíguas define uma unidade de vizinhança e delimita a escala do "bairro". Embora essa denominação não faça parte do vocabulário local, ela define um perímetro onde estão localizados os equipamentos especializados da unidade de vizinhança. O convívio social e o espaço de acolhimento fazem parte da ordenação inventada por Lúcio Costa. A inspiração vem, inicialmente, da cidade colonial de Diamantina, passando ainda pelo estudo das tradições lusas que o arquiteto realizou pessoalmente em Portugal. Passados 50 anos da inauguração da capital, este estudo lança um olhar sobre as prioridades definidas por Lúcio Costa e aquelas efetivamente valorizadas por quem habita as "asas" do Plano Piloto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Convívio social. Superquadra. Unidade de vizinhança.

## **LIVING PLAN PILOT: 50 YEARS – BETWEEN THE DESIGN PRIORITIES AND THOSE APPRECIATED BY INHABITANTS**

### **ABSTRACT**

As Lúcio Costa says, superblocks are the "root" of the Pilot Plan of Brasilia. The aggregation of two pairs of contiguous superblocks defines a neighborhood unit. The existence of different functional programs identifies the scale of "neighborhood". Although this naming is not part of the local vocabulary, it defines a perimeter of accessibility to facilities, commercial places and services located nearby. The spaces that support the social encounters between the residential population were "created" by Lúcio. The inspiration comes, initially, from the colonial city of Diamantina, passing through the study of "lusos" traditions which the architect held in Portugal. 50 years after the inauguration of the capital, the paper takes a look at the Lúcio Costa's priorities defined in the urban plan and the priorities pointed out by those who inhabit the "wings" of the Pilot Plan.

**KEYWORDS:** Social interaction. Superblock. Neighborhood unit.

EXPANSÃO URBANA E EXCLUSÃO SOCIAL EM BOA VISTA – RORAIMA | Pedro Marcelo Staevie

Universidade Federal de Roraima | Departamento de Economia | *Campus* do  
Paricarana | Av. Enê Garcez, 2413, Aeroporto, 69304-000, Boa Vista, RR, Brasil  
*E-mail: pedrostaevie@yahoo.com.br*

# **EXPANSÃO URBANA E EXCLUSÃO SOCIAL EM BOA VISTA – RORAIMA**

## **INTRODUÇÃO**

Na Amazônia Legal, residem em áreas urbanas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 15 milhões de pessoas. Ao se tratar de cidades da Amazônia e seus problemas sociais, recai-se quase sempre sobre as metrópoles regionais (Belém e Manaus), que, somando suas respectivas regiões metropolitanas, alcançam uma população de cerca de 4 milhões de habitantes, e sobre algumas cidades de rápida expansão demográfica situadas na região sudoeste do Pará (Marabá).

Entretanto, nas últimas décadas, outras cidades amazônicas têm experimentado um contínuo processo de crescimento populacional, resultando numa crescente demanda por serviços públicos, alguns deles até então inexistentes nessas regiões. Esse movimento tem levado a um novo arranjo institucional e a novas formas de organização da sociedade civil, bem como a uma reconfiguração do espaço urbano, caracterizando uma nova morfologia urbana, formada por um vasto mosaico cultural, onde convivem inúmeras representações identitárias coletivas, cristalizando-se em distintas manifestações territoriais.

Entre os diversos municípios amazônicos a sofrer tais intervenções em seu espaço urbano, delineando novos traçados socioeconômicos e culturais, encontram-se as capitais dos Estados periféricos da Amazônia. Esses municípios representam uma parcela significativa dos Produtos Internos Brutos (PIB) de seus respectivos estados e

concentram o maior contingente populacional nessas unidades da federação. Isto ocorre de forma ainda mais intensa nos dois últimos estados federativos criados com a Constituição de 1988, Amapá e Roraima (Staevie, 2009).

Roraima, o estado mais setentrional do País, conta com uma população de apenas 451 mil habitantes, das quais 285 mil residem na capital, Boa Vista. Sua ocupação tomou impulso a partir dos anos 1970, com os programas de colonização agrícola e a “corrida do ouro”, que levou milhares de pessoas de todo o país a exercer a atividade garimpeira no interior do estado. Apesar de a garimpagem se realizar no interior, a população se concentrou em Boa Vista, em função de vários fatores que serão apresentados posteriormente. Ainda que o *boom* demográfico tenha ocorrido a partir dessa época, a cidade passou por outros momentos que ajudam a explicar sua expansão demográfica e a respectiva expansão urbana. Neste ensaio, busca-se apresentar uma perspectiva histórica para o entendimento desses processos, analisando a formação socioespacial da capital roraimense a partir de seus agentes interventores.

A Figura 1 mostra a localização do estado de Roraima.

O estado de Roraima, juntamente com o Amapá, tem experimentado as maiores taxas de crescimento populacional desde os anos 1980, assim como suas respectivas

capitais — Boa Vista e Macapá. De outro lado, as duas capitais aparecem encabeçando o *ranking* da exclusão social no país, segundo os dados de Pochmann e Amorim (2004). O vertiginoso crescimento populacional deveu-se (e deve-se) fundamentalmente ao intenso fluxo migratório observado nesses estados e municípios. Não obstante a redução da intensidade na migração, esta ainda constitui importante fonte para o acréscimo populacional experimentado atualmente pelas duas unidades territoriais.



FIGURA 1 – Posição geográfica de Roraima.

Fonte: <www.ibge.gov.br>.

## DINÂMICA DA EXPANSÃO URBANA EM BOA VISTA

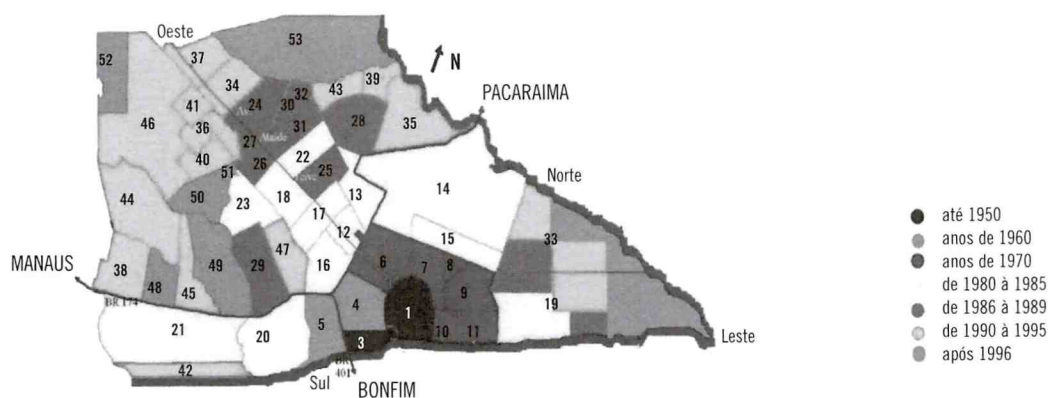
A cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, faz parte da subdivisão Fronteira de Integração da porção ocidental da Amazônia. Encontra-se na mesorregião Norte de Roraima, na microrregião de Boa Vista. Possui clima equatorial com média de temperatura de 27,4°C, vegetação típica de savana e duas estações bem definidas: a chuvosa (inverno), entre abril e setembro, e a seca (verão), entre outubro e março. Localiza-se na margem direita do rio Branco, dentro da bacia hidrográfica de mesmo nome.

A cidade conta atualmente, segundo dados do Censo 2010 do IBGE, com uma população aproximada de 285 mil habitantes, mais do que o dobro daquela observada em 1991, que era de 122 mil habitantes. Conforme aponta Vale (2007, p.22), até o início da década de 1980, a expansão urbana da capital roraimense foi capitaneada pelo governo, que, “visando a segurança nacional, promoveu o crescimento populacional do Território

por meio de uma política urbana concentrada na capital [...]”. Já em 1991, através da Lei nº 244, que regulamenta o Plano Diretor do município de Boa Vista, foram criados mais 30 bairros. Em 1999 o Plano Diretor foi alterado, redefinindo os limites de alguns bairros e acrescentando mais 18. Em 2000 a cidade já contava com 49 bairros e em 2011, com os novos bairros criados em 2007 (São Bento) e 2010 (Said Salomão), já são 55, expandindo a área urbana para a região oeste (Figura 2).

A região comporta uma vasta quantidade de corpos hídricos (lagoas e igarapés), conferindo risco ambiental à expansão urbana desordenada. A Figura 2 mostra a evolução urbana da cidade de Boa Vista até 2005. Cabe destacar que, por sua restrita navegabilidade, o rio atualmente não se apresenta como elemento dinâmico da economia local e de sua demografia. Entretanto, os bairros localizados às suas margens, sobretudo o bairro Caetano Filho (nº 2 na Figura 2), sofrem anualmente com as cheias que ocorrem no período chuvoso, entre abril e setembro.

O atual Plano Diretor, aprovado em 28/11/2006 e publicado no Diário Oficial do Município em 30/11/2006, foi considerado ineficiente e incompleto em vários aspectos, segundo o documento intitulado “Diagnóstico do Plano Diretor de Boa Vista — RR”, realizado pela Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos, em 2007. Para os avaliadores, o Plano Diretor de Boa Vista não representa um planejamento efetivo de longo prazo para a cidade. O volume migratório e o intenso processo de urbanização não foram contemplados de forma satisfatória no



#### BAIRROS

- |                       |                     |                         |                      |                         |                      |
|-----------------------|---------------------|-------------------------|----------------------|-------------------------|----------------------|
| 1. Centro             | 10. São Pedro       | 19. Caçari              | 28. Caranã           | 37. Equatorial          | 46. Hélio Campos     |
| 2. Fco. Caetano Filho | 11. Canarinho       | 20. Marechal Rondon     | 29. Centenário       | 38. Nova Cidade         | 47. Cinturão Verde   |
| 3. Calunga            | 12. Liberdade       | 21. Distrito Industrial | 30. Jardim Primavera | 39. Jardim Caranã       | 48. Bela Vista       |
| 4. São Vicente        | 13. Jardim Floresta | 22. Tancredo Neves      | 31. Santa Tereza     | 40. Silvío Botelho      | 49. Araceli S. Maior |
| 5. 13 de Setembro     | 14. Aeroporto       | 23. Jóquei Clube        | 32. Piscicultura     | 41. Santa Luzia         | 50. Jardim Tropical  |
| 6. Mecejana           | 15. dos Estados     | 24. Silvío Leite        | 33. Paraviana        | 42. Jardim das Copalbas | 51. Olímpico         |
| 7. São Francisco      | 16. Pricumã         | 25. Caimbé              | 34. Alvorada         | 43. União               | 52. Conjunto Cidadão |
| 8. 31 de Março        | 17. Buritis         | 26. Cambará             | 35. Cauamé           | 44. Operário            | 53. Cidade Satélite  |
| 9. Aparecida          | 18. Asa Branca      | 27. Nova Canaã          | 36. Pintolândia      | 45. Raiar do Sol        |                      |

FIGURA 2 – Evolução urbana da cidade de Boa Vista.

Fonte: Vale (2007).



Plano, tornando a política habitacional o ponto fraco do documento. Esses processos têm contribuído para o aumento na demanda por habitação e terra urbanizada e, conseqüentemente, para uma crescente disputa pelo espaço urbano na cidade de Boa Vista. Segundo o Diagnóstico, apesar da grande segregação socioespacial e dos elevados índices de pobreza observados no município, o Plano não se apresenta como uma estratégia econômica e socioterritorial para o desenvolvimento municipal.

Outro ponto negativo refere-se à participação da sociedade civil no processo de elaboração e posterior fiscalização das ações previstas no Plano. Ainda que tais pontos estejam contemplados, não se apresenta de forma clara quais são os canais e mecanismos para a real efetivação dessas práticas. De forma geral, a participação política da sociedade roraimense nos fóruns de decisão de natureza colegiada está muito aquém das reais necessidades coletivas. Historicamente, por razões distintas, a sociedade tem participado de forma muito tímida nesses espaços de discussão e deliberação comunitária. Na última Conferência Estadual das Cidades, realizada em 2010, não mais do que 50 pessoas se fizeram presentes, entre eles autoridades, empresários do ramo imobiliário e pesquisadores/professores universitários. A participação dos movimentos sociais foi bastante aquém do esperado.

Para o entendimento da atual conformação urbana da cidade de Boa Vista, necessita-se compreender o seu processo histórico de ocupação territorial. Com esse intuito, Veras (2010) propõe que Boa Vista possui três espaços urbanos distintos: primeiro, o arreamento histórico do núcleo embrionário, às margens do rio Branco; segundo, o espaço definido no projeto urbanístico radial concêntrico de 1944; e terceiro (mancha urbana), a área que perpassa os limites do projeto inicial a partir dos anos 1970 e se consolida com a expansão urbana a partir dos anos 1990. Essa cronologia é fundamental para se entender a expansão demográfica e urbana, pois tais movimentos se atrelam inevitavelmente a processos sociais ocorridos durante os distintos períodos.

Tais processos sociais configuram o espaço urbano resultante das interações econômicas, políticas e culturais nos diversos momentos de sua dinâmica produtiva. A produção do espaço e a expansão urbana nascem da contínua necessidade da sociedade em atender a suas distintas demandas, em que o processo de produção é acompanhado permanentemente pela reorganização espacial. Relembrando Santos (2005), o espaço permite que os fatores de produção — trabalho, mercadorias e capital — passem a ter grande mobilidade. As mudanças permanentes no espaço ocorrem em função da constante busca por novos significados, “na medida em que o movimento social lhes atribui, a cada momento, frações diferentes de transformações de todo social” (Veras, 2010, p.2).

A gênese da ocupação da área de Boa Vista ocorreu de forma espontânea, segundo Silva (2010), com a transferência do antigo povoado de São Joaquim, que circundava o Forte de mesmo nome, para a região onde se encontra o núcleo inicial da cidade. Esse núcleo iniciou-se efetivamente com a instalação da Fazenda Boa Vista em 1830 e, mais tarde, em 1858, com a instalação da Freguesia Nossa Senhora do Carmo, da Ordem dos

Carmelitas, na sede da Fazenda. A vila foi então alçada à categoria de cidade em 1890, e desmembrada do município de Moura, pertencente ao estado do Amazonas.

Em 1943, com a criação do Território Federal do Rio Branco<sup>1</sup> por Getúlio Vargas, Boa Vista deixou de pertencer ao Amazonas, tornando-se a capital do Território. Foi convidado para a elaboração de seu Plano Urbanístico o engenheiro civil da empresa Riobras, Darcy Aleixo Derenusson. O projeto urbanístico previa um formato radial concêntrico, em forma de leque, em que as principais avenidas irradiavam de um ponto central em direção a um limite estabelecido por duas avenidas a serem construídas. Para Veras (2010), o Plano propiciou a diferenciação do espaço urbano já naquele momento, pois criou um acesso seletivo e desigual das pessoas, visto que só contemplava o núcleo embrionário e a área delimitada no projeto e não toda a cidade. Nesse sentido, aquele autor afirma:

[...] O Plano Urbanístico passou a incorporar novos ritmos de organização espacial devido ao caráter concentrador e pelo fato dos arranjos espaciais que definiam a cidade na época estarem ligados a ações políticas isoladas, que, por sua vez, eram seletivas e acentuavam as desigualdades, criando diferenciações socioespaciais intraurbanas e formação de territórios precários, que até hoje são presenciados (Veras, 2010, p.14).

Com esse projeto urbanístico inicia-se o segundo espaço urbano apontado por Veras (2010), que vai caracterizar a expansão urbana de Boa Vista até pelo menos os anos 1980.

A Figura 3, ao final, permite uma visualização do formato urbanístico concêntrico da cidade, além de mostrar as praias do rio Branco, formadas durante o período de seca.

Já a Figura 4, permite uma visualização do formato da cidade por outro ângulo.

O interesse na criação e ocupação do Território se deu pela necessidade de preencher um espaço de fronteira ainda



**FIGURA 4** – Vista aérea de Boa Vista.

Fonte: <[www.boavista-rr.com.br](http://www.boavista-rr.com.br)>. Foto de Marcelo Lourenço.



**FIGURA 3** – Vista aérea de Boa Vista.

Fonte: <[www.sosriosdobrasil.blogspot.com](http://www.sosriosdobrasil.blogspot.com)>.

pouco ocupado. Juntamente com a vinda de pessoas para a administração pública e para as obras da nova capital, foram criadas colônias agrícolas no interior para a efetiva ocupação da área, algumas das quais darão origem a futuros municípios.

Na data da criação do Território do Rio Branco, menos de 16 mil pessoas nele residiam, o que representava uma densidade demográfica abaixo de 0,1 hab/km<sup>2</sup>. Ele se resumia apenas à cidade de Boa Vista; Caracaraí, seu segundo município, só seria criado em 1955. O Quadro 1 mostra a situação dos municípios roraimenses quanto à sua população, área, densidade demográfica e ano de criação.

Ainda como território e depois como estado (pós-1988), Roraima experimentou um intenso crescimento populacional entre 1950 e 2000 — de 17 247 para 324 397 habitantes —, acompanhado por expressivo processo de urbanização. Na década entre 1991 e 2000, a taxa média de crescimento demográfico anual foi da ordem de 4,72%, passando a população de 217 583 para 324 397 habitantes. A taxa de urbanização nesse período foi de 17,66% ao ano, passando de 64,72% para 76,15%. O processo de urbanização foi mais patente na capital, que concentrou grande parte dessa população; dentre os 324 397 habitantes residentes no estado em 2000, 197 098 residiam na área urbana de Boa Vista.

O estado de Roraima é composto por 15 municípios. Na mesorregião norte encontram-se os municípios de Alto Alegre, Amajari, Boa Vista, Pacaraima (microrregião de Boa Vista), Bonfim, Cantá, Normandia e Uiramutã (microrregião Nordeste de Roraima). Já na mesorregião sul situam-se os municípios de Caracaraí, Iracema, Mucajaí (microrregião de Caracaraí), Caroebe, Rorainópolis, São João da Baliza e São Luiz do Anauá (microrregião Sudeste de Roraima). Além de limítrofe ao Pará e Amazonas, o Estado possui dupla fronteira internacional, com a República Bolivariana da Venezuela e com a República Cooperativa da Guiana. Da capital Boa Vista até a fronteira guianense (Bonfim/Lethem) são aproximadamente 150km, e até a divisa com a Venezuela são cerca de 230km (Pacaraima/Santa Helena do Uairén). Característica interessante é o caráter bilíngue dessas fronteiras, visto que na Venezuela a língua oficial é o espanhol e na Guiana, o inglês.

Entre 1980, início do *boom* demográfico de Boa Vista, até 2007, a população total quase quadruplicou, passando de 67 017 para 249 853 habitantes, chegando atualmente a aproximadamente 285 mil habitantes. Cerca de 98% desse total reside na zona urbana, diferentemente do que ocorria em 1980, quando o tamanho da população rural ainda se aproximava da urbana. Os dados do IBGE apontam que os períodos com maiores taxas de crescimento populacional foram de 1980 a 1991 (7,22%) e de 1996 a 2000 (4,92%). Tal crescimento ocorreu principalmente na população urbana, que apresentou taxas de 9,60% e 6,99% respectivamente. Entre 1980 e 2007, a população urbana de Boa Vista aumentou em mais de cinco vezes, passando de 43 854 para 246 156 habitantes, conforme a Contagem Populacional. O Quadro 2 mostra a evolução populacional de Boa Vista e Roraima entre 1991 e 2010.

**QUADRO 1** – Municípios de Roraima – população total, área, densidade demográfica e ano de criação, 2010.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	ÁREA (km <sup>2</sup> )	DENS. DEMOGR.	ANO DE CRIAÇÃO
Alto Alegre	16.286	25.567	0,63	1982
Amajari	9.330	28.472	0,32	1995
Boa Vista	284.258	5.687	49,98	1890
Cantá	13.778	7.665	1,79	1995
Caroebe	8.114	12.066	0,67	1994
Iracema	8.676	14.410	0,60	1994
Mucajá	14.814	12.461	1,18	1982
Normandia	8.926	6.967	1,28	1982
Pacaraima	10.448	8.028	1,30	1995
Rorainópolis	25.587	33.594	0,76	1995
São João da Baliza	6.778	4.285	1,58	1982
São Luiz	6.750	1.527	4,42	1982
Uiramutã	8.147	8.066	1,01	1995
Bonfim	10.951	8.095	1,35	1982
Caracará	18.384	47.411	0,38	1955
Total	451.227	224.301,04	2,01	

Fonte: IBGE. Elaborado pelo autor.

**QUADRO 2** – População residente em Boa Vista e Roraima – 1991 a 2010 (em mil habitantes).

ANOS	1991	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2010
BOA VISTA	122.6	153.9	158.8	163.0	167.1	200.5	208.5	214.5	221.0	236.3	242.1	249.6	249.8	284.3
RORAIMA	217.5	247.1	254.4	260.7	266.9	324.3	337.2	346.8	357.3	381.8	391.3	403.3	395.7	451.2

Fonte: Staevie (2009)

Além dos números absolutos, o Quadro 2 permite visualizar o aumento da participação relativa da capital no total da população do estado. Enquanto em 1991 a população de Boa Vista representava 56,36% do total do estado, em 2007 sua participação relativa elevou-se para 63,12%, o que demonstra uma maior concentração populacional na capital roraimense ao longo do período analisado. Em 2010 essa participação alcançou 69% e 82% da população urbana do estado.

A população de Boa Vista é aproximadamente 11 vezes maior que a do segundo município mais populoso do estado, Rorainópolis, com cerca de 25 mil habitantes. Em termos econômicos, a capital responde por mais de 80% do PIB estadual, concentrando 80% dos estabelecimentos comerciais, responsáveis por aproximadamente 70% das atividades privadas no estado. Possui sozinha mais estabelecimentos financeiros, hospitalares e educacionais do que o restante (14) dos municípios, e é sede das principais instituições

públicas, tanto da administração direta como indireta. Nesse sentido, Diniz e Santos (2008, p.9), apontam um desequilíbrio hierárquico entre a capital e as demais cidades, resultando num “fenômeno de macrocefalia urbana na capital do Estado”. A Figura 2 ilustra o crescimento da cidade.

No início da década de 1970, ocorreu importante expansão urbana ligada à abertura de rodovias. A área periférica se expandiu com a instalação do 6º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC), que reservou para seu uso uma extensão considerável no Bairro de Mecejana. Os bairros 31 de Março, São Francisco, Aparecida e Canarinho começaram a ser ocupados.

No início dos anos 1980, o espaço realmente urbanizado em Boa Vista era sua área central, ou Centro, onde residia a maior parte da população urbana, calculada, segundo dados de Vale (2007), em mais de 7 mil indivíduos, isso ainda no ano de 1974. A maior parte dos residentes na região eram indivíduos de mais alta renda, constituída sobretudo por políticos, funcionários públicos e pecuaristas. Ademais, na região concentravam-se também a maioria dos equipamentos urbanos, além da “primazia na dotação de redes de esgoto, d’água, elétrica, [...] atraindo as classes mais favorecidas” (Vale, 2007, p.114). Também no Centro encontravam-se os serviços hospitalares, educacionais, administrativos, financeiros e comerciais.

Já os bairros mais residenciais ficavam a leste das Avenidas Enê Garcez e Major Williams, como o São Francisco, 31 de Março, Aparecida e São Pedro. Nesse período, à beira do rio Branco, iniciou-se a construção do “Bairro dos Executivos”, para os altos funcionários do Governo, enquanto o bairro Canarinho e o 13 de Setembro contavam com uma infraestrutura muito precária, quase inexistente.

A partir dos anos 1980 configurou-se uma nova morfologia urbana, no âmbito de uma forte expansão do espaço urbano na cidade de Boa Vista. Em 1981 surgiram os bairros Jardim Floresta II e Novo Planalto; em 1982, Pricumã, Buritis, dos Estados e Caçari; em 1983, o bairro Marechal Rondon. Entre 1985 e 1989 mais 14 bairros foram criados na cidade, refletindo sua intensa expansão demográfica.

O que ocorreu efetivamente após os anos 1980 foi a incorporação de novas áreas mediante a proliferação desordenada de loteamentos, “respondendo especialmente a interesses políticos de assentamentos de migrantes que eram induzidos a se deslocarem para Boa Vista” (Silva, 2010, p.8). Aqui se torna mais evidente o terceiro espaço urbano apresentado por Veras (2010). Os anos 1990 reproduziram a expansão urbana ocorrida na década anterior, num ritmo ainda mais intenso. Com o crescimento da migração intraestadual, em função da desativação dos garimpos e da falência dos projetos de assentamentos rurais no interior do estado, houve uma desordenada expansão da área urbana, resultando na criação de novos bairros. Durante essa década foram criados ao menos 16 bairros, sobretudo na região oeste da cidade, representando um inchaço demográfico na zona ambientalmente mais frágil do município, onde se encontra uma vasta quantidade de lagos e igarapés. Residem nesses bairros cerca de 80% da população da cidade: o Censo de 2000 apontou 152 062 moradores para uma população urbana de 197 298 pessoas, e a Contagem Populacional

de 2007 apontou aí 200 537 dos 246 444 habitantes da capital, com precárias condições de moradia, saneamento e transporte público.

Na zona oeste, aproximadamente 85% dos residentes são migrantes, que residem em áreas doadas pelo poder público, numa clara política de criação de currais eleitorais, sobretudo pelo governo de Ottomar Pinto, entre 1979-1983 e 1991-1995. São áreas ocupadas por pessoas de baixo poder aquisitivo, ali assentadas com fins eleitoreiros, ou invasores que se apoderaram de terrenos desocupados, muitos deles pertencentes à União<sup>2</sup>. As ocupações irregulares são constantes no município, por vezes incentivadas por lideranças políticas que possuem interesses particulares nas ocupações.

Durante os anos 1990, outros agentes sociais incorporaram-se com mais intensidade às forças que determinam a configuração do espaço urbano boa-vistense e concorrem para a legitimação política desse espaço. Até a década de 1980, boa parte dos assentamentos humanos na cidade de Boa Vista tinha como gênese a política de ocupação territorial determinada pela União, seja diretamente na cidade, seja por causa da falência das colônias agrícolas do interior. Já na década seguinte a reestruturação urbana ocorreu principalmente em razão do fim da atividade garimpeira que trouxera de forma *espontânea* milhares de pessoas de todo o país para Roraima. Com o fechamento dos garimpos, grande parte dos garimpeiros se dirigiram para a capital, inchando a periferia da cidade<sup>3</sup>.

A transformação de território para estado, em 1991, também contribuiu de forma expressiva para o incremento populacional na capital. Dada a necessidade de formação de instituições públicas no novo estado recém-criado, ocorreu uma demanda importante de mão de obra, acarretando um movimento intenso de migrações para a cidade. Num primeiro momento, os cargos públicos foram distribuídos pelo governador, sem a realização de concurso. A distribuição resultou num inchaço sem precedentes no setor público e contribuiu pesadamente para a continuidade do fluxo migratório em direção à cidade<sup>4</sup>.

Segundo Vale (2007), com a Lei nº 483, de 9 de dezembro de 1999, a cidade de Boa Vista, já com aproximadamente 200 mil habitantes, passou a ter um total de 49 bairros, assim distribuídos: 6 bairros na Zona Norte, 5 bairros na Zona Sul, 3 bairros na Zona Leste, 34 bairros na Zona Oeste, além do Centro. O Quadro 3 mostra esta distribuição em 2000.

Ao se analisar a evolução da ocupação da área urbana de Boa Vista, são esclarecedoras as palavras de Vale (2007, p.118):

Depende do Estado e do capital a direção que a expansão urbana segue. Até os anos 1960, a expansão urbana ficou em torno do Centro administrativo e comercial porque essa malha urbana fazia parte de uma rede em que tinha como centro Manaus e esta era ligada pela hidrovia do Rio Branco. No ano de 1976 quando construíram a BR 174 (trecho Boa Vista — Manaus) a expansão urbana toma a direção desta (Zona Oeste) e a segue quando realizado o outro trecho que ligaria a cidade à fronteira com a Venezuela, em 1996 (Zona Norte).

**QUADRO 3** – Distribuição dos bairros de Boa Vista por Zona – 2000.

ZONA	BAIRROS
Norte	Dos Estados, Aparecida, Aeroporto, Paraviana, São Francisco, 31 de Março
Sul	Calunga, Distrito Industrial, Marechal Rondon, São Vicente, 13 de Setembro.
Leste	Caçari, Canarinho, São Pedro
Oeste	Asa Branca, Buritit, Caimbé, Cauamé, Caranã, Centenário, Cambará, Equatorial, Jardim Floresta, Jardim Tropical, Liberdade, Mecejana, Nova Canaã, Operário, Pricumã, Tancredo Neves, Alvorada, Bela Vista, Cidade Satélite, Cinturão Verde, Dr. Sílvio Botelho, Dr. Sílvio Leite, Jardim Caranã, Jardim Primavera, Jóquei Clube, Nova Cidade, Pintolândia, Piscicultura, Araceli Souto, Santa Luzia, Santa Teresa, Senador Hélio Campos, Raiar do Sol, União

**Fonte:** Adaptado de Vale (2007).

Um ponto importante a destacar atualmente na composição demográfica de Boa Vista é o crescimento no fluxo de indígenas que chegam diariamente à capital em busca de melhores condições de vida, segundo eles próprios afirmam. No ano de 2005, a Fundação Nacional do Índio — FUNAI estimava uma população indígena em Boa Vista da ordem de 2 437 indivíduos. Já o Censo 2010 apontou um total de 6 150 indígenas vivendo na capital roraimense. Embora seja apenas 3,07% da população da cidade, esse número corresponde a aproximadamente 22,00% de todos os indígenas do estado. Portanto, quase ¼ dos indígenas roraimenses moram na capital, na sua maioria habitando moradias precárias nas regiões sul e oeste da cidade, principalmente nos bairros Pintolândia e Raiar do Sol, locais de frágil estrutura urbana.

Os números podem ser ainda mais expressivos, pois se observa uma recorrente falta de identificação pessoal dos indígenas como tais. Muitos deles, pela flagrante discriminação étnica a qual são submetidos, não se reconhecem como tal, ainda que seu fenótipo demonstre claramente suas origens. Os bairros em que residem são ocupados principalmente por migrantes nordestinos e guianenses de baixa renda.

Até mesmo nas regiões de migrantes os indígenas são vistos de forma discriminatória, sendo considerados incivilizados. Um branco, mesmo que analfabeto, leva vantagem no mercado de trabalho sobre um indígena, ainda que com mais escolaridade. Mal ou bem, aquele é branco, *civilizado* (Silva, 2010, grifo meu).

As principais etnias encontradas em Boa Vista são os Macuxis, Wapixanas e Taurepangs, estes últimos em número bem menor, o que agrava sua situação. Sua etnia é significativamente menor que os Macuxis, por exemplo, que é a mais populosa do estado. Tal fato é grave, pois o futuro pode significar um dizimar da etnia Taurepang nas suas áreas tradicionais.

O que tem ocorrido em Boa Vista nas últimas décadas é uma expansão espacial forjada num amálgama de interesses entre o Estado e o capital, que, na sua lógica de autorreprodução, acaba por determinar a configuração urbana de mais esta cidade da Amazônia brasileira. Seguindo a linha de Harvey (1980), a cidade acaba por se configurar como espaço das relações de interesse capitalista, onde o domínio do capital no

processo de trabalho torna-se condição necessária para sua autorreprodução. Entretanto, nos dois últimos decênios, a população tem exercido papel fundamental na configuração do espaço urbano, através de demandas por moradia e infraestrutura básica, além de participar como força de trabalho produtiva e consumidora.

A forma e a utilidade que a cidade toma são determinadas historicamente, e os distintos atores (Estado, capital, habitantes e suas organizações) são peças-chave nesse processo, de forma mais ou menos atuante nos diferentes períodos. Veras, ao citar Moreira, conclui que “a estrutura econômica da formação econômico-social é que determina a organização espacial, mas é a conjuntura política que comanda seus movimentos (processos e forma)” (Veras, 2010, p.3).

Na última década, ocorreu uma expansão significativa do setor da construção civil, voltada a empreendimentos direcionados à camada populacional com maior poder aquisitivo. Nos últimos três anos, foram construídos na cidade um prédio com dezoito andares (até então o edifício mais alto possuía cinco andares) e cobertura cotada em R\$ 500 mil, um condomínio de apartamentos com dois blocos de seis andares cada, e um condomínio horizontal fechado.

Constata-se uma corrente migratória distinta, vinda sobretudo do sul e sudeste do país, que tem ajudado a mudar os hábitos de consumo, inserindo novos padrões, refletidos nas empresas que se instalam diariamente na cidade. Dentre elas podem-se citar as redes de *fast-food* Giraffas e *Subway*, lojas especializadas em bebidas e alimentos importados de alto padrão de consumo, as concessionárias de automóveis Mitsubishi, Honda, Suzuki, Renault e Toyota, a ampliação da rede Boticário, além de empresas varejistas (boutiques famosas) do ramo de vestuário e calçados. Também está em estudo a instalação de uma loja da rede Americanas. A economia do município permanece, portanto, amplamente atrelada ao setor de comércio e serviços, sendo baixa a participação do setor secundário.

Em suma, com base na análise feita por Veras (2010), que propõe o entendimento da expansão urbana — e a produção do espaço — de Boa Vista em três momentos históricos distintos, percebe-se a participação dos diferentes atores nesse processo. Nos dois primeiros períodos (1890/1943 e 1943/1980) o protagonismo esteve com o Estado, responsável pela expansão urbana através de políticas de ocupação para a região. Num terceiro momento, pós-1980 até a atualidade, tanto o capital quanto os habitantes da cidade têm exercido papel importante na configuração do espaço urbano de Boa Vista. Nesse sentido, afirma Veras (2010, p.7):

O espaço urbano de Boa Vista tem sido, no decorrer dos tempos, destinado a cumprir funções específicas que mudam de acordo com as necessidades e interesses de organizações sociais e políticas das classes dominantes que se revezam no poder. Diante dessa perspectiva, a cidade, inacabada e em transformação, é resultante de intervenções reguladas por diferentes agentes promotores do espaço urbano.



## CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXCLUSÃO SOCIAL EM BOA VISTA

Embora esteja tomando dimensões mais amplas e contornos mais modernos, com uma nova morfologia urbana, a cidade de Boa Vista apresenta indicadores sociais que a colocam como a segunda pior capital do país no índice da exclusão social, segundo estudo de Pochmann e Amorim (2004).

Para a construção do índice, os pesquisadores utilizaram temas relacionados a padrão de vida digno, conhecimento e risco juvenil (Pochmann & Amorim, 2004, p.18). Para os fins deste estudo, não cabe apresentar de forma extensiva e crítica a metodologia de cálculo e apreciação dos índices, bastando considerar que eles oscilam de 0,0 a 1,0, e que o maior número indica a melhor situação social, no tocante a índice de escolaridade, alfabetização, pobreza, desigualdade social, emprego formal, concentração de jovens e violência. O índice foi calculado para os 5 507 municípios brasileiros em 2000.

A capital roraimense, Boa Vista, ocupou a posição 1 452 no *ranking*, com o índice 0,505, havendo 1.451 municípios em melhor situação social e 4 055, pior. Macapá (AP) ocupou a 1 683ª posição, com índice 0,493; Porto Velho (RO), a posição 873, com índice 0,536; Rio Branco (AC), a posição 1.178, com índice 0,519.

O Quadro 4 mostra uma situação de vulnerabilidade social nessas capitais, não apenas por suas posições dentro do *ranking* das capitais, mas também em relação aos demais municípios do País.

Detalhando-se os indicadores parciais que compõem o índice geral de exclusão social, observa-se que o “índice de desigualdade social” mostra Boa Vista como a 5ª pior capital (0,201). Nesse índice, a pior situação é a de Rio Branco (0,155), seguida por Teresina (0,171) e Manaus (0,178). Macapá é a 7ª pior (0,213), e Porto Velho, a 8ª (0,219). Portanto, das oito capitais com maior desigualdade social, quatro delas encontram-se na Amazônia, região que encabeça este *ranking* negativo. Esse índice aponta o desequilíbrio de renda entre os chefes de grupos familiares situados nos extremos da distribuição econômica, mostrando uma alta concentração de renda nesses municípios. Do lado oposto, as capitais brasileiras mais bem colocadas — com menor desigualdade — são Florianópolis (0,748) e Porto Alegre (0,618). Abaixo, o Quadro 5 mostra o índice de desigualdade nas oito capitais com pior posição, dispostas em ordem decrescente, isto é, a 1ª posição equivale à pior colocada, a 2ª posição à 2ª pior colocada e assim sucessivamente (Staevie, 2009).

No que tange ao “índice de pobreza”, Boa Vista (0,703) é a 11ª melhor no *ranking*. A pior colocada entre as capitais amazônicas é Rio Branco (0,619), o 10º pior índice entre todas as capitais. No geral das capitais brasileiras, as mais bem colocadas são Florianópolis (0,870), Curitiba (0,845) e Porto Alegre (0,829). O índice de pobreza indica a participação de chefes de família com rendimento abaixo da linha da pobreza.

No que tange ao “índice de emprego formal”, Boa Vista teve a pior situação do país entre as capitais, com um valor de 0,150. O índice de emprego formal, que mensura a

**QUADRO 4** – Índice de exclusão social e *ranking* geral.

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL	POSIÇÃO NO RANKING
Boa Vista-RR	0,505	1 452 <sup>a</sup>
Macapá-AP	0,493	1 683 <sup>a</sup>
Maceió-AL	0,526	1 040 <sup>a</sup>
Manaus-AM	0,522	1 112 <sup>a</sup>
Palmas-TO	0,608	163 <sup>a</sup>
Porto Velho-RO	0,536	873 <sup>a</sup>
Rio Branco-AC	0,519	1 178 <sup>a</sup>
Teresina-PI	0,521	1 136 <sup>a</sup>

**Fonte:** Atlas da Exclusão Social (Pochmann & Amorim, 2004). Elaborada pelo autor.

**QUADRO 5** – Índice de desigualdade e *ranking* das piores capitais.

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE DESIGUALDADE	POSIÇÃO NO RANKING (PIORES)
Rio Branco – AC	0,155	1 <sup>a</sup>
Teresina – PI	0,171	2 <sup>a</sup>
Manaus – AM	0,178	3 <sup>a</sup>
São Luis – MA	0,183	4 <sup>a</sup>
Boa Vista – RR	0,201	5 <sup>a</sup>
Maceió – AL	0,205	6 <sup>a</sup>
Macapá – AP	0,213	7 <sup>a</sup>
Porto Velho – RO	0,219	8 <sup>a</sup>

**Fonte:** Staevie (2009).

**QUADRO 6** – Índice de emprego formal e posição geral no *ranking*.

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE EMPREGO FORMAL	POSIÇÃO GERAL NO RANKING
Porto Velho – RO	0,299	16 <sup>a</sup>
Rio Branco – AC	0,278	19 <sup>a</sup>
Macapá – AP	0,199	26 <sup>a</sup>
Boa Vista – RR	0,150	27 <sup>a</sup>

**Fonte:** Atlas da Exclusão Social no Brasil (Pochmann & Amorim, 2004).

participação dos trabalhadores assalariados em ocupações formais no total da população em idade ativa, apresentou-se baixo nas capitais menos dinâmicas da Amazônia. O Quadro 6 mostra esse índice para algumas capitais selecionadas e suas respectivas posições no *ranking* nacional, com a cidade de Vitória no topo (0,603), com o maior índice de emprego formal do país (Quadro 6).

Portanto, as duas capitais com pior classificação no *ranking* do emprego formal foram Boa Vista e Macapá. Ambas as cidades apresentaram elevados índices de informalidade, o que demonstra baixo dinamismo de sua economia. Excetuando-se os servidores públicos, o

emprego formal apresenta baixíssimos índices nessas capitais, o que impacta negativamente a arrecadação de tributos, implicando uma reduzida capacidade do poder público em ofertar serviços à sociedade. É também importante ressaltar a provável ligação existente entre o alto nível de informalidade e o forte fluxo de migrantes observado nas duas cidades. Boa Vista e Macapá têm experimentado elevadas taxas de crescimento demográfico desde os anos 1980, decorrentes da migração intensa de pessoas das diferentes regiões do país, em particular nordestinos. Segundo dados da Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima, cerca de 40% da mão de obra em atividade no município é formada por trabalhadores informais.

No ano de 2008, Feitosa (2008) realizou uma pesquisa com 93 trabalhadores informais do Centro Comercial Caxambu, centro de comércio popular na região central de Boa Vista, considerando um total de 144 indivíduos. A pesquisadora levantou dados referentes ao nível de escolaridade, sexo, idade, número de filhos, renda, situação do domicílio, dentre outros. A pesquisa levantou informações relevantes para a elaboração do perfil socioeconômico dos camelôs situados naquele espaço comercial. Em relação ao nível de escolaridade dos entrevistados, os dados mostraram a predominância de ensino médio incompleto (41,00%). Essa é uma importante transformação em relação aos dados de outra pesquisa, realizada em 1997 por Diniz e Matos ([s.d.]), na qual predominavam os trabalhadores com primeiro grau incompleto (54,65%), com pouca participação dos portadores de ensino médio completo (15,11%) (Feitosa, 2008) (Quadro 7).

**QUADRO 7** – Nível de Escolaridade – 2008.

ESCOLARIDADE	%
Alfabetizado/Analfabeto	5
Fundamental incompleto	20
Fundamental completo	10
Médio incompleto	41
Médio completo	17
Superior incompleto	5
Superior completo	2

**Fonte:** Staevie (2009).

Nos dados de 2008, destaca-se a existência de pessoas que frequentaram o ensino superior (7%), em contraste com o levantamento de 1997 (1,16%). Tal situação pode ter ocorrido em função de uma maior precarização do trabalho, com a crise de desemprego desencadeada nos últimos anos ou com o aumento do número de vagas no ensino superior no município. No ano da primeira pesquisa existia no estado apenas a Universidade Federal, ao passo que em 2008 esse número já era significativamente maior. Pelo menos mais três instituições de médio porte desenvolvem atualmente suas atividades de ensino superior na capital, sem considerar outras tantas de pequena atuação (Staevie, 2009).

Merece destaque ainda a situação dos trabalhadores que frequentaram/frequenciam o ensino médio. Os dados de 2008 apontam uma porcentagem de 58% dos trabalhadores, enquanto em 1997 somente 25% deles tinham passado por esse nível educacional. Também esse dado demonstra que houve maior precarização do trabalho no Estado, com pessoas de maior nível de escolaridade não conseguindo entrar no mercado formal. Isso é reflexo principalmente da primazia do setor público como principal empregador no estado de Roraima. Em 1997, uma prática comum de fisiologismo político acabava por garantir empregos por meio de indicações a cargos públicos por parte dos dirigentes governamentais. Ainda hoje a prática é levada a cabo pelos governantes, ainda que (presumivelmente) em menor escala.

Como já destacado, Boa Vista é ainda fortemente caracterizada por uma intensa migração de indígenas, que buscam uma melhora de suas condições sociais e que acabam se submetendo a subempregos em atividades informais, como ambulantes e empregados domésticos não registrados. Na capital roraimense, essa população conta com serviços de apoio por parte da Diocese, de organizações não governamentais e do Conselho Indígena de Roraima. Entretanto, as ações pontuais não chegam a representar mudanças estruturais em sua condição de vida. O movimento de mulheres indígenas, assim como outros movimentos, organiza-se em atividades econômicas cooperativas, conferindo um caráter solidário a essas atividades produtivas e apresentando-se como uma resistência ao problema do desemprego formal observado nessa camada da população. Grupos de mulheres reunidas em torno de um mesmo objetivo exercem distintas atividades, como artesanato, produção de sabão e confecção de roupas íntimas e bichos de pelúcia. Os grupos surgiram entre mulheres (indígenas e não indígenas) residentes na periferia de Boa Vista, nos bairros mais precários do ponto de vista social e de infraestrutura urbana.

Paralelamente, tem ocorrido um intenso afluxo de pessoas oriundas da Guiana em direção a Boa Vista, inserindo-se no mercado de trabalho também de forma precária. As mulheres guianenses têm arranjado trabalho principalmente como empregadas domésticas, mas na sua maioria desprovidas de qualquer segurança laboral. Dado que em sua maioria são migrantes irregulares, não possuem os documentos necessários para adquirir tal garantia. Sofrem ainda, segundo relatos apresentados por Rodrigues (2009), duplo preconceito — racial e linguístico. Vale lembrar que os guianenses são de origem negra africana e falam a língua inglesa, além de sua língua local.

Outro dado importante refere-se ao *deficit* habitacional encontrado nos municípios brasileiros no ano de 2000, calculado pelo IBGE juntamente com o Ministério das Cidades. Embora em termos absolutos esses números sejam relativamente baixos nas capitais periféricas (pois proporcionais a seu tamanho), ao se dividir o valor do *deficit* pelo número de habitantes, a situação se mostra mais fragilizada. Boa Vista aparece na 12ª pior posição no *ranking*. Sob esse critério, as duas piores situações são as de Belém